@revistaemevidencia

em evidência

Desde 2009 - Nº 120 | R$ 99,00

Líderes são leitores.

Inscreva-se em nosso canal

Sérgio Chesini

Entrevista exclusiva com o prefeito de Garibaldi



Comandante Nádia
A vereadora de Porto Alegre assina a coluna "Última Palavra"

Nelton Carlos Conte
Prefeito de Fagundes Varela comemora Selo Ouro em Transparência Pública

Luís Henrique Kittel
O presidente da AMCENTRO em entrevista exclusiva

Fabiano Dallazen
O diretor de Relações Institucionais da Aegea assina o editorial

Rodrigo Massulo
O perfil do prefeito que está fazendo Santo Antônio da Patrulha acontecer

Gladimir Chiele
Entrevista exclusiva com o diretor da Consultoria em Direito Público

Caderno Amesne: especial com os avanços dos municípios da Serra Gaúcha

Mais da metade dos municípios do estado optam pela Kaysermaq.

FIBAM

METISA

ecoplan

PIM









R. Minas Gerais, 143
Niterói - Canoas/RS
92120-040

Tel.: (51) 3475-2666
(51) 99958-0099

kaysermaq@kaysermaq.com.br

kaysermaq.com.br

Referência de bom atendimento e eficiência no mercado de peças para equipamentos rodoviários.

O foco está na qualidade dos produtos, no atendimento aos clientes, com destaque para o pós-venda, e na agilidade na entrega.



KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.

Contrate um profissional legalmente habilitado.

O **CREA-RS** fiscaliza obras e serviços para verificar a atuação de profissionais e empresas legalmente habilitados. Isso reforça a responsabilidade técnica e ajuda a proteger a sociedade com segurança e conformidade.

CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Nossa gestão, nosso propósito!





Uma solução spo

SUSI: a IA que zera faltas em consultas e redefine o cuidado na saúde do seu município.



No Brasil, **3 em cada 10 consultas** médicas simplesmente não acontecem.

Essas faltas **custam milhões** em desperdício e colocam em **risco diagnósticos e vidas.**

A **SUSI nasceu para resolver esse problema** e ir muito além das agendas, **conectando pacientes, profissionais e gestores em um ecossistema de cuidado contínuo.**

Fontes: Fiocruz (2022); Conselho Federal de Medicina (2023); UFMG/Unifesp, Ciência & Saúde Coletiva (2021)

A SUSI é um agente de IA especialista em saúde, integrada ao sistema de gestão e WhatsApp, que:

- **Reduz faltas**
- **Automatiza agendamentos**
- **Conecta pacientes e equipes em tempo real**

Ela envia lembretes, confirmações, faz agendamentos e reagendamentos automáticos, sem precisar de aplicativo, além de entregar dados em um painel inteligente para gestores e clínicas.

Como a SUSI funciona?

Lembra e confirma
envia lembretes automáticos de consultas e exames pelo WhatsApp.

Reagenda sozinha
se o paciente não puder comparecer, oferece novas datas, agenda e atualiza o sistema em tempo real.

Analisa mensagens e imagens
entende texto, áudio e fotos clínicas, identificando possíveis riscos e priorizando atendimentos.

Ativa campanhas de saúde
dispara mensagens segmentadas sobre vacinação, prevenção e rastreamento, ampliando o alcance e a adesão.

Gera dados inteligentes
entrega relatórios sobre comparecimento, triagens e engajamento em campanhas.

Integra-se facilmente
conecta-se a sistemas de clínicas, hospitais e prefeituras sem precisar mudar o que já funciona.

Tudo isso sem aplicativos, sem fricção e sem perder pacientes.

Qual é a **importância da SUSI para a saúde?**

Ela combate o absenteísmo, que representa milhões de reais em perdas anuais para hospitais e redes públicas.

Reduz as faltas drasticamente, automatizando lembretes, confirmações e reagendamentos.

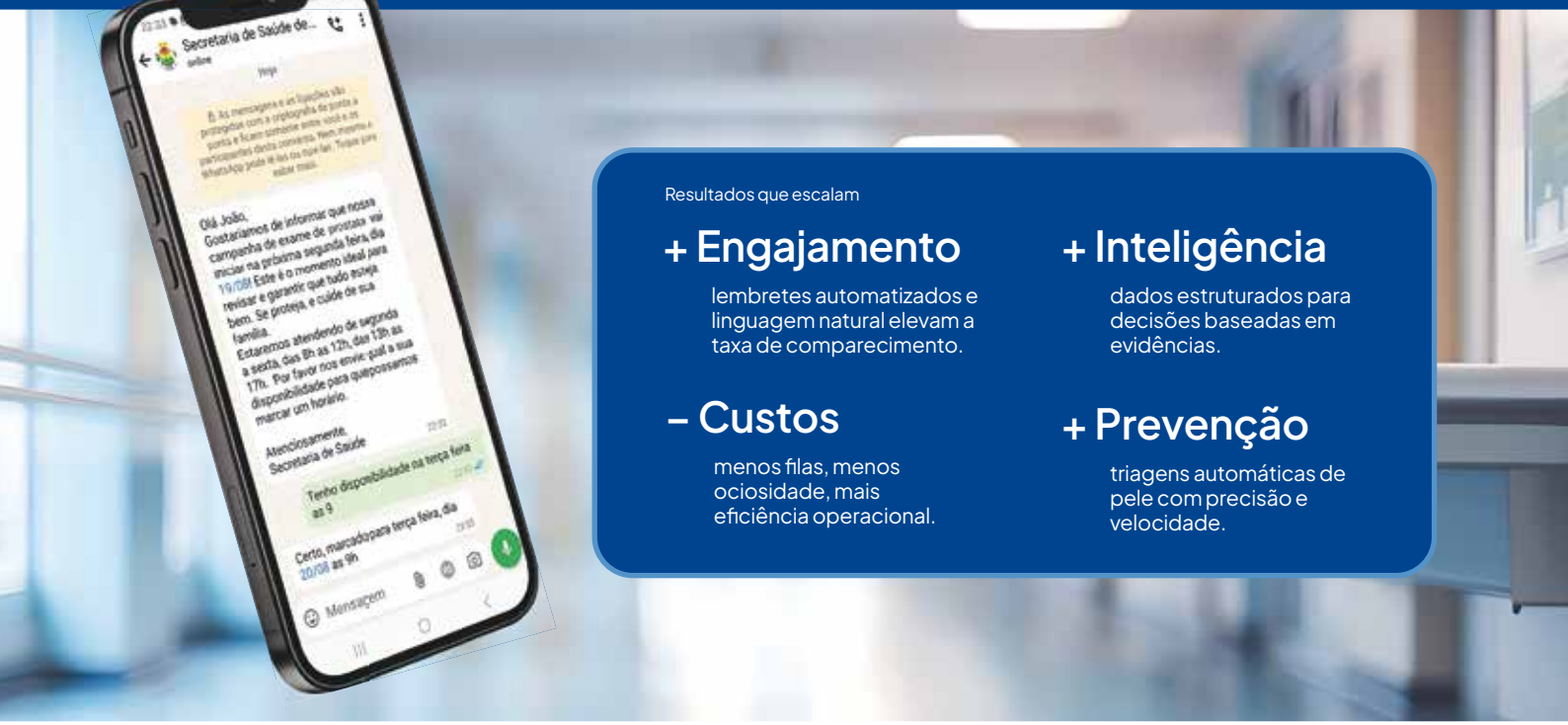
Melhora o fluxo de atendimento e reduz o tempo ocioso das equipes.

Aumenta a adesão a exames, campanhas e programas de prevenção.

Gera dados estratégicos para decisões clínicas e operacionais mais precisas.

Eleva a experiência do paciente, tornando o contato mais ágil, humano e eficaz.

Mais comparecimentos = **Mais diagnósticos** = **Mais vidas salvas**



Resultados que escalam

+ Engajamento
lembretes automatizados e linguagem natural elevam a taxa de comparecimento.

+ Inteligência
dados estruturados para decisões baseadas em evidências.

– Custos
menos filas, menos ociosidade, mais eficiência operacional.

+ Prevenção
triagens automáticas de pele com precisão e velocidade.

Atualização na SUSI

Com sua nova atualização, a SUSI vai além: **agora também realiza triagens automáticas de lesões de pele via imagem, permitindo diagnóstico precoce e encaminhamento imediato, tudo dentro do mesmo fluxo conversacional.**



Entre em contato
Vamos falar sobre como nossas soluções podem ajudar na sua gestão

www.spotec.app
+55 (51) 9 8048–1282

Tupandi | Porto Alegre | São Paulo

spo

CONSTRUSINOS

Tecnologia em Artefatos de Concreto

Infraestrutura para municípios, com Qualidade Comprovada.

Desde 1987, a Construsinos Indústria e Artefatos de Concreto Armado LTDA oferece inovação e tecnologia no seu trabalho

Com alto porte e grande capacidade produtiva, entregamos soluções em saneamento com controle de qualidade rigoroso, frota própria e entrega programada.

Qualidade superior às exigidas nas normas técnicas de cada linha, com comprovação por laudos e rastreabilidade.

Tubos de Concreto - ABNT NBR 8890

- DN 300 a 2.000 mm
- Ponta e bolsa / Macho e fêmea
- Junta rígida ou elástica
- Classes PS/PA/ES/EA
- Fabricados com CP-V ARI resistente a sulfatos, cuidados dimensionais para facilitar o assentamento e laudos de conformidade.

Aduelas — ABNT NBR 15396

- Dimensões a partir de 1,00×1,00m
- Espessuras de 15 a 50 cm
- Monolíticas ou bi-partidas
- Canais abertos/fechados
- Fornecimento de projeto estrutural e ART, encaixe preciso e execução orientada à condição específica da obra.

Pisos de Concreto — ABNT NBR 9781

- Modelos Unistein, Holandês e Duplo T
- 6 / 8 / 10 cm
- 35 ou 50 MPa
- Natural ou colorido
- Comum ou Drenante (ABNT NBR 16416)
- Opção Dupla Capa: melhor acabamento, maior resistência à abrasão e baixa absorção.

PV's Pluviais (Poços de Visita)

- Poços de Visita Pluviais (modulares)
- Diversas seções internas, alturas variáveis, com ou sem fundo.
- Fornecidos com furação conforme projeto, ajustes finos de altura e complementos (tampas/grelhas) com acabamento superior.

Caixas Boca de Lobo

- Boca de lobo / Captação pluvial
- Modelos: 80×80×100 cm, 80×40×100 cm e trapezoidal (ideal para vias íngremes e otimização de custo).
- Entrega ágil em grande volume + periféricos (meio-fio vazado, grelhas e tampas) com padrão Construsinos.

Tampas e Grelhas

- Para calçadas e vias (alto/baixo tráfego), lisas ou com furações, com ou sem grelhas e com insertos (ferro fundido, inspeção etc.).
- Possibilidade de logotipos e inscrições em baixo-relevo (pluvial, esgoto, elétrica, comunicação...).

Construsinos Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda
CNPJ: 91.852.087/0001-80
São Leopoldo/RS • Atendimento em todo o RS
(51) 3588-5674 (Ramal 773) • (51) 99772-7848
vendas@construsinos.com.br • www.construsinos.com.br

O Concreto a Serviço do Saneamento



EM EVIDÊNCIA
NA TV

Entrevistas com quem realmente está fazendo a diferença nos negócios e na política do RS.

Todos os domingos, a partir das 17h30min

Inscreva-se no nosso canal no **YouTube**! Acesse pelo **QR Code** ou busque por
@RevistaEmEvidencia

Assista:
YouTube
MASPER TV

EDITORIAL

SANEAMENTO É O LEGADO MAIS CONCRETO QUE UMA GESTÃO PODE DEIXAR

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



FABIANO DALLAZEN
Diretor de Relações Institucionais do Grupo Aegea

Poucas decisões tomadas hoje terão impacto tão duradouro sobre a qualidade de vida nas cidades quanto a universalização do saneamento básico. Até 2033, o Brasil precisa levar água tratada a 99% da população e coleta e tratamento de esgoto a 90%. Isso exige investimentos de centenas de bilhões de reais, o que significa um volume jamais realizado na história do setor. Um desafio monumental que também representa uma das maiores oportunidades de desenvolvimento urbano desta década: a de transformar indicadores de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento econômico em escalas municipal, estadual e nacional.

Os efeitos são diretos, mensuráveis, amplos e permanentes. Cada real investido no setor retorna múltiplos benefícios para a economia local e para a qualidade de vida da população. Municípios com saneamento avançado registram menos internações por doenças relacionadas à água, melhora do desempenho escolar, maior valorização imobiliária de bairros inteiros, maior atração de investimentos privados e melhoria consistente nos indicadores sociais. Trata-se de infraestrutura invisível no cotidiano, mas decisiva para saúde pública, meio ambiente e competitividade regional.

Para alcançar esses resultados, porém, será necessário executar milhares de intervenções urbanas simultâneas, um volume de obras sem precedentes: modernização de sistemas de água, construção de estações de tratamento, implantação de redes de esgoto e milhões de ligações domiciliares. Esse projeto envolve intervenções urbanas intensivas e inevitavelmente complexas, com intervenções que ocorrem abaixo do solo, mas que impactam diretamente a dinâmica urbana durante toda a sua execução. Exigem escavações em ruas de grande circulação, interferem no trânsito, demandam recomposição de pavimento asfáltico e dependem de licenças ambientais e autorizações diversas. Também requerem a adesão da população por meio das ligações domiciliares, etapa essencial para que o sistema funcione plenamente e gere benefícios sanitários e ambientais. O ponto é que nenhuma cidade do mundo alcançou altos níveis de saneamento sem passar por esse período de transição. São obras inevitavelmente visíveis durante a execução, que se tornam invisíveis quando concluídas.

Trata-se, portanto, de um processo que só se consolida com coordenação entre concessionária, poder público municipal e comunidade. É justamente nesse ponto que a parceria com os prefeitos se torna decisiva. A gestão municipal é a principal interlocutora da população e o elo entre as necessidades locais e a execução das obras. É quem articula o território, organiza o espaço urbano, dialoga com os moradores e viabiliza as condições para que as obras avancem. Quando há cooperação institucional e comunicação clara com a comunidade, os resultados chegam mais rápido, os impactos são melhor administrados, as resistências naturais a intervenções dessa magnitude são reduzidas e os benefícios aparecem ainda dentro do ciclo de gestão.

Na Aegea, assumimos operações formadas ao longo de décadas e estamos promovendo a modernização necessária para cumprir metas contratuais e legais de universalização. Esse esforço combina engenharia pesada, inovação tecnológica, gestão operacional e presença permanente nos territórios atendidos. Nosso compromisso é executar obras com planejamento, rigor técnico, transparência e padrão de qualidade referência no setor, reduzindo impactos no dia a dia e deixando as cidades mais estruturadas ao final do processo.

Em ano eleitoral, é natural que a população cobre resultados imediatos. O saneamento, porém, é uma agenda de Estado e de longo prazo. Obras começam sob uma gestão e entregam benefícios permanentes para várias gerações. Prefeitos que lideram esse processo deixam uma marca na história, com um legado concreto: menos doenças, mais valorização urbana, maior segurança hídrica e condições reais para crescimento econômico sustentável. Por isso o papel dos municípios é tão decisivo nessa jornada.

> “Nosso compromisso é executar obras com planejamento, rigor técnico, transparência e padrão de qualidade referência no setor, reduzindo impactos no dia a dia e deixando as cidades mais estruturadas ao final do processo”

O Brasil vive uma janela histórica para resolver um déficit que se arrasta há mais de um século. Aproveitá-la exige visão estratégica, cooperação entre entes públicos e concessionárias e compromisso com resultados de longo prazo. A universalização do saneamento é uma obrigação legal que cria a oportunidade de reposicionar os municípios brasileiros em um novo patamar de desenvolvimento. Com foco no interesse público, é possível antecipar benefícios que normalmente levariam décadas para chegar, com a redefinição de padrões de qualidade de vida, de preservação dos recursos hídricos e a criação de bases sólidas para melhorias reais de saúde pública. O resultado, ao contrário das obras, será visível e também notório: cidades mais saudáveis, resilientes e atrativas para se viver e investir.

42

Sérgio Chesini

Prefeito de Garibaldi

O prefeito de Garibaldi, Sérgio Chesini, relata nesta entrevista o momento vivido pelo município em seus 150 anos, com uma agenda voltada a obras, turismo, educação e saúde. Ao destacar investimentos em infraestrutura urbana e rural, ações de zeladoria, projetos de mobilidade e iniciativas ligadas ao fortalecimento do turismo, o chefe do Executivo apresenta as prioridades da gestão e a forma como Garibaldi busca ampliar seu protagonismo na Serra Gaúcha, apoiada em sua identidade local, em suas tradições e no título de Capital Nacional do Espumante.



15 **CONHEÇA A AMESNE**
Especial com todos os municípios da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (AMESNE)

90 **OPINIÃO - Rudimar Caberlon**
Manchete: Cisga avança como instrumento estratégico de cooperação e eficiência entre municípios

92 **EM EVIDÊNCIA NA TV**
Gladimir Chiele - diretor da Consultoria em Direito Público - CDP

97 **AMCENTRO**
Conheça os prefeitos dos municípios que compõem a AMCENTRO

101 **EM EVIDÊNCIA NA TV**
Luís Henrique Kittel - prefeito de Agudo e presidente da AMCENTRO

106 **OPINIÃO - Nereida Isonia Omizzolo Giacomini**
Cooperação municipal organizada e capacidade de entrega na gestão pública

108 **OPINIÃO - Helena Tregnago Panichi**
A mulher no mercado de trabalho e a valorização de sua representatividade nas lideranças

110 **OPINIÃO - Veridiana Pacheco**
Compromisso com a vida: liderança e resultados na proteção à mulher

112 **PERFIL**
Rodrigo Gomes Massulo e a continuidade da gestão com rotinas modernizadas

116 **ÚLTIMA PALAVRA - Comandante Nádia**
Municipalismo: onde a vida realmente acontece

REVISTA em evidência

Rua dos Andradas, 1234 - 2º andar
Centro Histórico, Porto Alegre/RS
CEP 90020-008
revistaemevidencia.com.br

Anuncie:
51 98444-4616

DIREÇÃO EXECUTIVA E SUPERVISÃO GERAL:
Lucio Vaz - revistaemevidencia@gmail.com

REDAÇÃO:
Patrícia Cruz

EDIÇÃO:
Patrícia Cruz e Lucio Vaz

DESIGN:
Jonas Furlan

AGRADECIMENTOS:
Carlos Macedo (foto capa)

REVISTA em evidência

EM EVIDÊNCIA NA TV

ree revistaemevidencia.com.br

Siga-nos nas redes sociais:
@revistaemevidencia
@revistaemevidenciaoficial

CONSULTÓRIO DIGITAL NO CAMPO

Projeto de acesso a consultas e diagnósticos de saúde para pessoas que vivem em áreas rurais





Consultórios Digitais com aferição de sinais vitais, exames específicos e videoconferência, médicos da família e especialistas.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

CONSTRUSINOS

Tecnologia em Artefatos de Concreto

Infraestrutura para municípios, com Qualidade Comprovada.

Desde 1987, a Construsinos Indústria e Artefatos de Concreto Armado LTDA oferece inovação e tecnologia no seu trabalho

Com alto porte e grande capacidade produtiva, entregamos soluções em saneamento com controle de qualidade rigoroso, frota própria e entrega programada.

Qualidade superior às exigidas nas normas técnicas de cada linha, com comprovação por laudos e rastreabilidade.

Tubos de Concreto - ABNT NBR 8890

- DN 300 a 2.000 mm
- Ponta e bolsa / Macho e fêmea
- Junta rígida ou elástica
- Classes PS/PA/ES/EA
- Fabricados com CP-V ARI resistente a sulfatos, cuidados dimensionais para facilitar o assentamento e laudos de conformidade.

Aduelas — ABNT NBR 15396

- Dimensões a partir de 1,00×1,00m
- Espessuras de 15 a 50 cm
- Monolíticas ou bi-partidas
- Canais abertos/fechados
- Fornecimento de projeto estrutural e ART, encaixe preciso e execução orientada à condição específica da obra.

Pisos de Concreto — ABNT NBR 9781

- Modelos Unistein, Holandês e Duplo T
- 6 / 8 / 10 cm
- 35 ou 50 MPa
- Natural ou colorido
- Comum ou Drenante (ABNT NBR 16416)
- Opção Dupla Capa: melhor acabamento, maior resistência à abrasão e baixa absorção.

PV's Pluviais (Poços de Visita)

- Poços de Visita Pluviais (modulares)
- Diversas seções internas, alturas variáveis, com ou sem fundo.
- Fornecidos com furação conforme projeto, ajustes finos de altura e complementos (tampas/grelhas) com acabamento superior.

Caixas Boca de Lobo

- Boca de lobo / Captação pluvial
- Modelos: 80×80×100 cm, 80×40×100 cm e trapezoidal (ideal para vias íngremes e otimização de custo).
- Entrega ágil em grande volume + periféricos (meio-fio vazado, grelhas e tampas) com padrão Construsinos.

Tampas e Grelhas

- Para calçadas e vias (alto/baixo tráfego), lisas ou com furações, com ou sem grelhas e com insertos (ferro fundido, inspeção etc.).
- Possibilidade de logotipos e inscrições em baixo-relevo (pluvial, esgoto, elétrica, comunicação...).

Construsinos Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda
CNPJ: 91.852.087/0001-80
São Leopoldo/RS • Atendimento em todo o RS
(51) 3588-5674 (Ramal 773) • (51) 99772-7848
vendas@construsinos.com.br • www.construsinos.com.br

O Concreto a Serviço do Saneamento

CONHEÇA A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE

AMESNE









Nas próximas páginas, você conhecerá os municípios da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (AMESNE), uma região de grande riqueza cultural, força econômica, trabalho, tradição e paisagens marcantes. Um território de valor para o Rio Grande do Sul. Boa leitura.

LE BERG
IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

ANDRÉ DA ROCHA

FAZENDO ANDRÉ DA ROCHA ACONTECER

ACERVO PESSOAL



FELIPE JACQUES
Prefeito de André da Rocha

Em André da Rocha, a gestão pública se mede pelo ritmo de entrega: a rua que permanece trafegável, o acesso ao interior que sustenta o trabalho, a escola com rotina e apoio às famílias, a unidade de saúde com atendimento organizado. Esse é o sentido de fazer o município avançar: transformar prioridade definida em providência formal, execução acompanhada e efeito prático visível. A medida de uma gestão está no caminho completo entre decisão administrativa e serviço funcionando, com manutenção prevista e responsabilidade clara.

Esse caminho começa no básico institucional. Planejamento serve para definir prioridades e alinhar equipe, orçamento e prazos internos. Compras e contratações exigem procedimento, registro e fiscalização, com regras que protegem o interesse público e asseguram organização. Convênios e cooperações ampliam capacidade quando o município soma esforços com outros entes, sempre dentro das competências e dos limites legais. Na ponta, a entrega se sustenta com rotina de conservação, atendimento e prestação de contas.

A administração municipal organiza as ações com esse critério de início, meio e fim. No interior, a atenção é permanente: estradas e acessos rurais exigem manutenção contínua, e o serviço depende de frota e estrutura em operação. A decisão de reforçar equipamentos para atender a comunidade rural responde de forma direta a essa demanda. O efeito é simples de perceber: mais condições de manter a trafegabilidade, reduzir interrupções e dar previsibilidade a quem produz e se desloca.

No espaço urbano, a mesma lógica se confirma. Quando uma via concentra circulação, o padrão de conservação influencia segurança, tempo de deslocamento e organização da mobilidade. A pavimentação asfáltica da Avenida Marcolino Pereira Vieira se apresenta como resposta a essa demanda de organização do tráfego e de qualificação do entorno. O resultado prático aparece no conforto de rodagem, na redução de poeira e na melhora do escoamento local, com impacto direto sobre comércio, serviços e deslocamentos diários.

Segurança pública é uma área em que o município atua com apoio e cooperação, em articulação com as atribuições estaduais de policiamento ostensivo. Ainda assim, há responsabilidade municipal em estrutura, logística e articulação. A entrega de nova viatura à Brigada Militar representa esse tipo de escolha: apoiar o trabalho da corporação para ampliar a presença e a agilidade do serviço, com cooperação institucional e foco nas demandas da comunidade.

Saúde é outra frente em que o resultado aparece no detalhe. A unidade básica precisa de agenda, fluxo, oferta compatível com a equipe e ações de cuidado continuado. A implantação de práticas como a auriculoterapia e a criação de grupos de acompanhamento, como o Hiperdia, caminham nessa direção: ampliar o cuidado, apoiar a prevenção e organizar o atendimento de usuários que precisam de rotina e orientação. Mesmo medidas administrativas, como a definição de horários de farmácia, têm efeito concreto quando reduzem espera, evitam deslocamentos desnecessários e facilitam o acesso ao medicamento.

Na educação, o município tem responsabilidade direta sobre a rede municipal e atua em parceria com Estado e União em programas específicos. A presença de iniciativas de prevenção, como o Proerd, e de ações voltadas à alfabetização e à formação leitora mostram uma gestão comprometida com rotina pedagógica e vínculo com as famílias. A proposta é prática: manter crianças e adolescentes na escola com aprendizagem acompanhada, fortalecer a convivência e apoiar professores e responsáveis com instrumentos que dialoguem com a realidade local.

Esse conjunto de decisões consolida um modo de gestão que prioriza execução, acompanhamento e manutenção. O compromisso é manter o padrão de entrega, com transparência nos atos, controle de execução e aperfeiçoamento contínuo, porque a confiança pública se fortalece pela constância do serviço e pela responsabilidade com o recurso coletivo.



IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

ANTÔNIO PRADO

AÇÕES PÚBLICAS PELA QUALIDADE DE VIDA EM ANTÔNIO PRADO

A Prefeitura Municipal divulgou um balanço das ações realizadas ao longo de 2025, confira as principais ações

ASCOM PMAP

De forma integrada, as ações desenvolvidas ao longo de 2025 demonstram o comprometimento da administração municipal com o planejamento, o equilíbrio fiscal e a entrega de resultados concretos à população. "A administração ouviu atentamente a população e demonstrou, na prática, comprometimento com a melhoria dos serviços prestados e com o desenvolvimento do município, sempre com foco em melhorar a vida dos cidadãos", destacou Roberto José Dalle Molle.

Na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, os avanços foram expressivos na área de infraestrutura e qualificação dos espaços públicos. Ao longo de 2025, foram executados mais de 10 mil metros quadrados de pavimentação em paralelepípedo de basalto em diferentes pontos do município, contemplando vias urbanas e comunidades do interior, como Linha Cavour, Capela Santana, bairros Planalto e Centro. Também foram realizadas repavimentações estratégicas, implantação de estacionamento no Centro de Eventos e troca da iluminação pública por lâmpadas de LED em diversos bairros, promovendo mais segurança e eficiência energética. A secretaria ainda foi responsável pela revitalização de parques e pracinhas em vários bairros, pela construção da Praça da Imigração junto ao pórtico de entrada da cidade, pela revitalização completa do pórtico e arredores, além de obras de contenção, terraplanagem para habitação popular e melhorias em passeios públicos.

A Secretaria da Agricultura assumiu, em 2025, a manutenção das estradas do interior, garantindo melhores condições de trafegabilidade e escoamento da produção rural. O trabalho incluiu patrolamento, britagem, alargamentos e melhorias em diversas localidades, além da construção e recuperação de grandes bueiros e galerias pluviais em mais de 40 pontos. A secretaria também atuou na recuperação de trechos afetados pela enchente de 2024 e na melhoria de acessos estratégicos. No campo do desenvolvimento econômico, foi elaborada e colocada em prática a nova Lei de Desenvolvimento Econômico, assegurando subsídios justos para serviços de máquinas e fornecimento de brita às propriedades rurais. Destaque ainda para a conclusão do programa Conecta Rural, levando fibra óptica a todo o interior, a realização da Expoagro 2025, que reuniu mais de 12 mil visitantes e movimentou cerca de R$ 20 milhões em negócios, e a execução de 3.680 horas de máquinas subsidiadas, gerando retorno direto superior a R$ 640 mil aos produtores. A secretaria também avançou em ações técnicas, como a habilitação para emissão do CAF, o diagnóstico do Sebrae RS para planejamento do desenvolvimento rural e o fortalecimento do viveiro municipal, com produção de mudas nativas e ornamentais.

Na área de Assistência Social, o município concentrou esforços na ampliação do atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e na promoção da inclusão social. Entre as ações realizadas estão a manutenção do Cartão Alimentação, a aquisição de um novo veículo para qualificar os atendimentos, a captação de recursos para reforma de espaços e para políticas voltadas a imigrantes, além da realização de campanhas e eventos como o Dia das Crianças, o Natal Solidário, o Outubro Rosa, o Dia da Mulher e a Campanha do Agasalho. A secretaria também promoveu cursos de qualificação profissional, como confeitaria, estética e cuidador de idosos, além de atividades do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) e da realização de importantes conferências municipais, fortalecendo o controle social e a participação da comunidade.

Na área da Educação, foram desenvolvidas um conjunto amplo de ações voltadas à qualificação do ensino, à valorização dos profissionais e ao fortalecimento do protagonismo estudantil. A Secretaria de Educação, Cultura e Desporto promoveu capacitações multiprofissionais, formações continuadas e ações de bem-estar para professores e servidores, incluindo treinamentos de primeiros socorros, saúde mental, qualidade de vida no trabalho e cuidados com a voz. No campo pedagógico, foram aplicadas avaliações padronizadas, implantados projetos como Prefeito e Vice-Prefeito Mirim, Aluno Destaque e Descarte Consciente do Lixo, além de iniciativas de incentivo à leitura, alfabe-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



TRABALHO INTEGRADO

A Prefeitura de Antônio Prado segue trabalhando com foco no desenvolvimento sustentável, na ampliação dos serviços e na melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos, construindo, dia após dia, uma cidade mais estruturada, acolhedora e preparada para o futuro

tização e educação integral. A secretaria também investiu na melhoria da estrutura física das escolas, com construção de novas salas, mudanças de prédios e reformas em andamento, além de fortalecer parcerias e promover eventos culturais, esportivos e educacionais que ampliaram a participação dos estudantes na vida comunitária e contribuíram para o desenvolvimento acadêmico, social e cidadão das crianças e adolescentes do município.

No Turismo, 2025 foi marcado por uma intensa agenda de ações voltadas à valorização da cultura, da fé, da gastronomia e das tradições de Antônio Prado, especialmente no contexto das celebrações dos 150 anos da Imigração Italiana. A Secretaria de Turismo atuou de forma integrada ao Grupo de Trabalho da Comissão do Sesquicentenário, promovendo eventos e intervenções urbanas que qualificaram os espaços turísticos, como a nova iluminação da Escadaria da Fé, a revitalização da Gruta Natural, a iluminação especial do pórtico e o lançamento oficial da Escadaria da Fé como atrativo. O calendário turístico foi fortalecido com iniciativas como o "Il Tramonto in Piazza", o inédito "Vino in Piazza", o Nostro Natale 2025, a Semana Santa com a encenação da Via Sacra nas escadarias, a Semana Municipal do Turismo e a realização da FenaMassa. Também avançaram ações estruturantes, como o início do Programa de Turismo Rural, a emissão e renovação da Carteira do Artesão, a realização do seminário "Artesão em Foco" e a disponibilização do site oficial do turismo em inglês. O trabalho contribuiu para ampliar a visibilidade do município, que recebeu reconhecimento internacional, reforçando Antônio Prado como destino turístico cultural, histórico e de experiência na Serra Gaúcha.

TRABALHO INTEGRADO

De forma geral, a prestação de contas de 2025 evidencia o trabalho integrado das secretarias municipais e o comprometimento da administração com o planejamento, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e a entrega de resultados concretos à população. A Prefeitura de Antônio Prado segue trabalhando com foco no desenvolvimento sustentável, na ampliação dos serviços e na melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos, construindo, dia após dia, uma cidade mais estruturada, acolhedora e preparada para o futuro.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

BENTO GONÇALVES

BENTO GONÇALVES SE CONSOLIDA NO TURISMO NACIONAL

O município recebeu 1,5 milhão de visitantes em 2025, consolidando-se como um dos principais destinos turísticos do Sul do Brasil

Jennifer Nunes, com informações da PMBG
Foto: SECOM PMBG



De acordo com a Secretaria de Turismo (Semtur), o destino atraiu visitantes de 11 estados brasileiros, com destaque para Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além de turistas de 30 países, com destaque para os pertencentes ao Mercosul. A maioria das viagens ocorreu por lazer e negócios, principalmente em casal ou em família, perfil que reforça o posicionamento de Bento Gonçalves como um destino completo e acolhedor.

O crescimento do turismo também se reflete no ambiente digital. As redes sociais do destino seguem em expansão, com o Instagram ultrapassando 65 mil seguidores e registrando mais de 1,7 milhão de visualizações mensais, ampliando o alcance, a visibilidade e a atratividade de Bento Gonçalves para novos públicos.

Para 2026, a expectativa é de novo avanço no fluxo turístico, impulsionado pelo calendário favorável de feriados prolongados, que tende a estimular viagens de curta e média duração ao longo do ano. “Em 2026, dos 10 feriados nacionais, nove irão cair durante a semana, oportunizando ao turista realizar viagens em feriados prolongados. Queremos que Bento Gonçalves e a Serra sejam os destinos lembrados e que, consequentemente, nossa economia seja aquecida. O turismo é sinônimo de desenvolvimento e, claro, uma oportunidade para apresentar nossas belezas para todos”, destaca o secretário Henrique Nuncio.

> “Queremos que Bento Gonçalves e a Serra sejam os destinos lembrados e que, consequentemente, nossa economia seja aquecida. O turismo é sinônimo de desenvolvimento e, claro, uma oportunidade para apresentar nossas belezas para todos”
>
> **Henrique Nuncio**
> *Secretário Municipal de Turismo de Bento Gonçalves*

Dentro desse contexto, a Vindima 2026 desponta como um dos principais atrativos do calendário turístico do município para o primeiro semestre. A programação oficial ainda contempla o Baile de Máscaras – 2ª edição, no dia 24 de janeiro de 2026, no Salão da Comunidade de São Pedro; a Maratona do Vinho e o Jantar Sob as Estrelas, em 7 de fevereiro de 2026; o Festival Vindima, de 27 de fevereiro a 1º de março de 2026; o Festival do Suco de Uva, em 1º de março de 2026; e o Festival Vale dos Vinhedos, de 27 a 29 de março de 2026, reforçando Bento Gonçalves como referência nacional na celebração da cultura, do vinho e das experiências enogastronômicas.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



TURISMO DE EVENTOS E BELAS PAISAGENS

Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, é um polo nacional de feiras, com destaque para a ExpoBento (multissetorial) e a Fenavinho (vinho), realizadas conjuntamente, além da FIMMA Brasil (moveleira) e a Wine South America. A cidade atrai milhares de visitantes para eventos de negócios e turismo, confira as principais

Feiras e Eventos (2026):
ExpoBento e Fenavinho (04-14 de junho de 2026): A maior feira multissetorial do Brasil, unida à festa nacional do vinho na Fundaparque, abrangendo comércio, indústria, serviços e cultura.

FIMMA Brasil (Agosto de 2026): Feira Internacional de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Madeira e Móveis, uma das mais importantes do mundo no setor.

Wine South America (Maio de 2026): Uma das maiores feiras de vinhos da América Latina.

Envase Brasil (Abril de 2026): Feira voltada para tecnologias de envase, alimentos e bebidas.

Movelsul Brasil (Agosto de 2026): Feira de móveis focada no varejo.

Bento em Vindima (Janeiro a Março): Programação cultural e turística que celebra a colheita da uva. ■

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

BOA VISTA DO SUL

TRÊS DÉCADAS DE MUNICÍPIO COM IDENTIDADE FORTE E GESTÃO ORGANIZADA

PMBVS



PATRÍCIA LÚCIA BAGATINI
Prefeita de Boa Vista do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Três décadas são tempo suficiente para um município aprender a separar o que é urgente do que realmente precisa vir primeiro. No começo, a missão costuma ser direta: criar o básico, colocar o serviço público para funcionar, criar rotinas, definir quem responde por cada tarefa e atender o que chega primeiro. Com o passar do tempo, a exigência muda. A população passa a cobrar consistência. O serviço precisa ter padrão, regra, registro, continuidade e capacidade de passar por momentos difíceis sem deixar o básico parar. Boa Vista do Sul amadureceu nesse movimento: a identidade comunitária e a base econômica no setor primário ajudaram a orientar escolhas, e a administração foi se preparando para executar essas escolhas com método e previsibilidade.

A emancipação trouxe uma tarefa de montar a Prefeitura por dentro, algo que raramente é percebido em toda a sua complexidade. Um município novo precisa criar setores, organizar equipes, definir como os processos correm internamente, estabelecer normas, preparar compras, contratos e controles, registrar atos, publicar informações, cumprir prazos e ter como explicar e comprovar decisões e gastos. Ao mesmo tempo, precisa manter o atendimento do dia a dia em educação, saúde, assistência social, obras, transporte escolar, apoio ao interior e serviços urbanos. A pressão por entrega imediata é real, mas o que mantém a cidade funcionando ao longo dos anos é transformar esse atendimento em rotina: planejar, colocar no orçamento, registrar e executar dentro das regras.

Nesse percurso, a cultura italiana aparece como elemento de coesão que vai além de símbolos e celebrações. Ela se mostra na vida comunitária em práticas de associação, participação, cuidado com tradições, responsabilidade compartilhada e valorização do trabalho. Quando isso está presente no cotidiano, ajuda a sustentar decisões coletivas e a evitar confusões e conflitos desnecessários em momentos de mudança. Para a gestão pública, essa coesão tem efeito prático: facilita acordos sobre prioridades, melhora a participação quando há consultas e audiências e ajuda o município a manter um fio de continuidade que atravessa trocas de governo e períodos difíceis.

A base econômica ligada ao setor primário também influencia a gestão pública em Boa Vista do Sul. Quando o trabalho e a renda dependem do campo, a agenda municipal precisa respeitar rotinas específicas: manutenção de estradas e acessos, drenagem, transporte, logística local, apoio a serviços que precisam chegar ao interior, organização de atendimentos e encaminhamentos e atenção a períodos de maior demanda. Isso não fica só no discurso. Aparece no dia a dia: planejamento, orçamento bem montado e execução bem acompanhada. Exige compras regulares, contratos monitorados, controle de entregas e capacidade de responder com rapidez, sem improviso.

A melhoria do serviço público, nesse contexto, é uma necessidade prática. Ela inclui formação de servidores, procedimentos iguais para situações iguais, atualização de normas internas, organização do atendimento, melhoria de controles e uso consistente dos instrumentos de planejamento. O Plano Plurianual define objetivos e programas para um período mais longo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias organiza prioridades e orienta o orçamento anual. A Lei Orçamentária Anual detalha receitas e despesas e dá base para executar. Em termos simples, esses instrumentos servem para transformar intenção em regra de orçamento e limitar decisões ao que pode ser feito com responsabilidade. Quando esse ciclo funciona, a Prefeitura consegue separar anúncio, formalização, execução e entrega, com registros que permitem controle interno e fiscalização externa.

A transparência entra como parte desse padrão de funcionamento. Publicar informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos e pessoal não é um gesto de comunicação: é cumprimento de regra e condição para controle social e institucional. Quando o município mantém portais organizados, rotinas de publicação e respostas a pedidos de informação, reduz confusão e aumenta previsibilidade. Isso também protege o serviço público, porque as decisões ficam documentadas e podem ser conferidas. O resultado prático é uma administração mais segura para quem executa e mais fácil de entender para quem acompanha.

> “Quando esse ciclo funciona, a Prefeitura consegue separar anúncio, formalização, execução e entrega, com registros que permitem controle interno e fiscalização externa”

Há limites que precisam ser reconhecidos com clareza. O município responde diretamente por políticas e serviços locais e por uma parte decisiva da execução em saúde e educação, dentro das normas nacionais e estaduais. Muitas ações dependem de transferências, convênios e programas de outras esferas, que vêm com regras próprias, prazos e etapas formais. Mesmo quando o recurso não sai do caixa municipal, a cobrança pela entrega cai sobre a gestão local.

O legado das três décadas de Boa Vista do Sul pode ser resumido como um aprendizado de gestão: identidade cultural e vocação produtiva sustentam a comunidade, mas o que garante a continuidade dos serviços é uma Prefeitura bem organizada, com planejamento, regras claras, transparência e execução acompanhada de perto. Esse conjunto permite atravessar dificuldades sem descontinuar o essencial e cria uma base mais firme para o próximo ciclo, com escolhas públicas mais consistentes e resultados mais previsíveis.

CARLOS BARBOSA

EVERSON KIRCH E A CONTINUIDADE MEDIDA POR INDICADORES

Reeleito em 2024, o prefeito de Carlos Barbosa inicia o segundo mandato sob uma régua que não depende de fala bonita: os números públicos que colocam o município lado a lado com cidades do mesmo porte, em um cenário já marcado por reconhecimento no Prêmio Band Cidades Excelentes

Patrícia Cruz

Reeleito para a prefeitura de Carlos Barbosa em 6 de outubro de 2024, Everson Kirch começa o segundo mandato com um fator que pesa mais do que o discurso em muitas prefeituras: a comparação por números públicos. Em cidades de médio porte, com equipe mais enxuta e rotinas que se repetem, manter um padrão que aparece nos dados costuma separar um bom resultado pontual de uma sequência de entregas que se sustenta ao longo do tempo. Na prática, essa régua reduz espaço para improviso e aumenta o custo do erro: quando o número cai, a queda fica visível.

O cargo de prefeito reúne tarefas que raramente andam juntas em uma mesma profissão. Kirch responde por orçamento, contratos, compras, equipe, dever de explicar e comprovar decisões e gastos, execução de políticas públicas e relação com outras esferas de governo. Isso coloca o gabinete no centro de decisões que começam em detalhes do dia a dia — prazos, compras, consertos, equipes — e chegam no cotidiano das pessoas, como manutenção urbana, funcionamento regular de escolas, atendimento nas unidades de saúde e organização da rede de serviços. Quando essas rotinas falham, o efeito aparece em fila, atraso, obra parada, serviço descontinuado e cobrança direta da população.

No segundo mandato, a ideia de continuidade ganha forma quando o município se coloca sob critérios externos de avaliação. O Prêmio Band Cidades Excelentes, organizado em parceria com o Instituto Aquila, usa o IGMA, índice que reúne indicadores públicos em seis pilares: governança e transparência, educação, saúde e bem-estar, infraestrutura e mobilidade urbana, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico e ordem pública. Funciona assim: dados oficiais de gestão e de serviços viram nota e permitem comparar municípios dentro da mesma faixa populacional. Isso cria uma vitrine objetiva: o que está registrado e publicado conta; o que não está, praticamente não existe para o índice.

A escala do prêmio dá peso ao recorte. A inscrição é automática para os municípios do país, com possibilidade de não participar mediante manifestação formal, e a comparação ocorre dentro de faixas populacionais. No dia a dia, esse tipo de avaliação empurra a administração para uma rotina de registrar, conferir e publicar: portal de transparência atualizado, execução orçamentária alinhada ao planejamento, dados consistentes entre secretarias, controle de prazos e histórico claro das ações. Quando essa disciplina falha, aparecem sinais conhecidos — divergência de números, atraso em publicação, retrabalho para "correr atrás" de informação e risco de questionamento.

Carlos Barbosa já tinha aparecido nessas comparações antes de Kirch buscar a reeleição. Em novembro de 2021, o município ficou entre os três primeiros colocados na etapa nacional do prêmio, no resultado principal do IGMA Geral para cidades entre 30 mil e 100 mil habitantes. No ciclo seguinte, em 2022, Carlos Barbosa foi reconhecida como Cidade Excelente no Rio Grande do Sul na mesma faixa populacional e, na etapa nacional realizada em Brasília em 30 de novembro, apareceu entre os destaques em sua categoria no pilar de desenvolvimento socioeconômico e ordem pública. Kirch esteve na capital federal naquele período e participou da cerimônia. Esse histórico aumenta a cobrança: quando já existe referência pública, a expectativa passa a ser manter — ou melhorar — o patamar.

Reconhecimento por índice não substitui o balanço completo de uma gestão, mas muda a forma como o trabalho é organizado. Para manter desempenho em avaliações desse



UM PREFEITO DE RESPEITO
Depois dos reconhecimentos no Band Cidades, os desafios continuam para Kirch: aqui em diante, o desafio está no encontro entre continuidade e prova pública de desempenho. Na foto com a família

tipo, a prefeitura precisa tratar informação como parte do serviço: padronizar rotinas, juntar dados que ficam espalhados entre secretarias, deixar claro quem decidiu, por quê e quando, e garantir que os resultados apareçam nas bases públicas. Em termos concretos, isso costuma significar reuniões de acompanhamento com pauta objetiva, checagem periódica de metas, pedidos regulares de relatórios, atualização contínua de sistemas e atenção diária a prazos legais de transparência. Quando esse cuidado falta, o efeito vem rápido: números inconsistentes, prestação de contas mais difícil e desgaste interno para reconstruir histórico.

Há também um efeito político indireto ligado à continuidade administrativa. Ao se reeleger com 10.678 votos, em uma disputa com quatro candidaturas, Kirch manteve o comando do Executivo e reduziu a ruptura típica de transições. Isso ajuda a preservar equipes técnicas, manter contratos em execução e dar sequência a prioridades já estruturadas, com menos tempo perdido entre troca de comando, revisão de rotas e recomeços. Ao mesmo tempo, o segundo mandato costuma elevar o nível de cobrança, porque o governo deixa de ter o argumento do "início" e passa a ser julgado pela regularidade das entregas, mês a mês, e pela capacidade de corrigir problemas sem paralisar o restante.

No dia a dia, esse tipo de avaliação empurra a administração para uma rotina de registrar, conferir e publicar: portal de transparência atualizado, execução orçamentária alinhada ao planejamento, dados consistentes entre secretarias, controle de prazos e histórico claro das ações

Daqui em diante, o desafio está no encontro entre continuidade e prova pública de desempenho. Indicadores cobram constância, e constância exige método para decidir, disciplina para executar e cuidado diário para que o município se reconheça nos próprios dados — sem buracos, sem contradições e sem atrasos. Se a administração sustenta essa rotina, a comparação por índices deixa de ser um momento isolado e passa a ser régua permanente para medir o que a prefeitura faz, como faz e o que entrega. Quando essa régua é tratada com seriedade, ela reduz mal-entendidos, evita retrabalho e dá mais previsibilidade ao serviço que chega na ponta. ■

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

CASCA

ALUNOS DA ESCOLA VITÓRIA SÃO DEPUTADOS POR UM DIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O prefeito Jurandi Perin acompanhou a atividade e destacou que vivências como esta despertam o interesse pela política, pelo diálogo e pelo olhar atento às necessidades de cada região

Texto: Agência ALRS | Fotos: PMC

Os estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental Vitória viveram uma experiência única recentemente. Eles participaram do Programa Deputado(a) por um Dia, iniciativa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que aproxima o parlamento da comunidade escolar.

A edição deste ano sorteou cinco escolas do Estado, entre elas a Escola Vitória, representada pelos alunos: Rodrigo Sander, Gean Spibida, João Mattielo, Junior Silvestri, Paulo Carminatti, Lara Pimentel, Evellyn Martins, Julia Smolarek, Rafaela Modrak, Philipa Freitas, Clarissa Bregalda, Maria Cecília Valiatti, Mariana Tessaro, Sophia De Almeida Moura e Valentina Lucia Gonçalves.

Acompanharam o grupo a diretora Ana Bregalda e as professoras Marisa Tumelero e Cláudia Oliveira.

Durante todo o dia, os deputados mirins acompanharam a rotina da Assembleia Legislativa, participaram de sessões, defenderam ideias e apresentaram seus próprios projetos. Entre as propostas da Escola Vitória estava o PL "Pedágios Justos – Educação em Movimento", defendido pela líder de bancada Maria Valiatti, que destacou a importância de garantir condições reais de deslocamento para estudantes do interior.



INSCREVA-SE @revistaemevidencia







PREPARANDO NOVAS GERAÇÕES
A iniciativa da ALRS e da prefeitura promove o interesse pelo processo democrático e incentiva o interesse das novas gerações. Nas fotos, alunos se tornam deputados estaduais

O prefeito Jurandi Perin acompanhou a atividade e destacou que vivências como esta despertam o interesse pela política, pelo diálogo e pelo olhar atento às necessidades de cada região.

Além da Escola Vitória, também participaram escolas de Agudo, Westfália, Eldorado do Sul e Bom Princípio. Todos os projetos apresentados pelas bancadas estudantis foram aprovados em plenário.

A Administração de Casca parabeniza os estudantes pela dedicação e pela capacidade de argumentação demonstrada. É motivo de orgulho ver nossos jovens ocupando espaços de cidadania, diálogo e construção coletiva.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

CAXIAS DO SUL

APÓS 20 ANOS DE ESPERA, É SANCIONADA A NOVA LEI DAS ÁGUAS DE CAXIAS DO SUL

Legislação atualiza regras para proteger mananciais e permitir atividades de baixo impacto

SECOM/PMCS
Foto: Vitória Magalhães

Socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável. A frase do empreendedor Sandro Bossardi define a Nova Lei das Águas de Caxias do Sul, sancionada recentemente pelo prefeito Adiló Didomenico diante de mais de 100 pessoas no Salão Paroquial de Vila Seca. Aprovada pela Câmara de Vereadores em janeiro, após quase um ano de estudos técnicos e discussões com a comunidade, a Lei Complementar 812 passa a valer como o principal marco regulatório para o uso e a ocupação do solo nas áreas que garantem o abastecimento do município.

A legislação mantém a proteção ambiental como princípio central e principal nas chamadas Zonas das Águas, que abrangem as bacias Dal Bó, Maestra, Faxinal, Marrecas, Piaí, Sepultura e Mulada. Atividades econômicas com baixo ou nenhum impacto ambiental e edificações com até 18 metros de altura passam a ser permitidas.

"Não havia sentido algum em vetar, por exemplo, uma padaria no bairro Serrano ou uma pet shop no Jardim Eldorado", exemplifica o diretor-presidente do Samae, João Uez. "Quando fazíamos as reuniões, eu via no rosto das pessoas: 'de novo uma reunião para falar sobre a Lei das Águas? Nunca mudou nada'. Agora, mudou. Uma luta de muitos anos. A partir de hoje, a Zona das Águas tem uma legislação adequada", complementa.

Para o prefeito, a sanção da lei representa um passo decisivo para garantir água em quantidade e de qualidade às futuras gerações, ao mesmo tempo em que oferece regras claras e justas para quem vive, produz e investe e, inclusive, para o poder público. Adiló lembra um caso envolvendo a rua Primitiva Zatti, no bairro São Ciro, que, por causa da legislação anterior, não poderia ser pavimentada: "Olha bem o absurdo: a rua de chão batido, uma baixada, íamos lá, patrolávamos, colocávamos brita, na primeira chuva o cascalho e a terra iam para dentro da represa da Maestra. Até que, em um ato de teimosia, calçamos a rua. E assim enfrentamos várias questões. O bairro Serrano, desde o começo, já deveria ter sido regulamentado, de forma racional", destaca.

Representante da Câmara de Vereadores no ato, o vereador Aldonei Machado define a nova lei como mais "enxuta e adequada ao Interior" e destaca a previsão de implantação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), um incentivo à preservação para agricultores que residem em Zona das Águas. "O PSA vai ser revolucionário", projeta.

Outro vereador que participou ativamente do processo, Sandro Fantinel emociona-se ao lembrar das queixas de moradores, principalmente do campo: "o que eu mais ouvia é: 'o que eu tenho não é meu, pois não posso fazer nada. O povo deixa de ser escravo de uma lei que não permitia fazer uso do que era dele".

A atualização da Lei das Águas foi preparada por uma equipe técnica, liderada pelo engenheiro Henrique Gustavo Koch, e debatida ao longo do ano passado em 12 encontros com moradores de bairros e distritos inseridos na Zona das Águas, além de reuniões com entidades representativas da comunidade. As diretrizes do projeto foram apresentadas em uma audiência pública. Por fim, o Samae abriu uma consulta pública para receber sugestões.

Entregue pelo Samae ao Executivo, a matéria foi submetida ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial (Conseplan), antes de o projeto de lei ser enviado ao Poder Legislativo. Em 7 de janeiro deste ano, a Câmara de Vereadores aprovou a Lei Complementar número 812.

O QUE DIZ A LEI

A lei define e regulamenta a chamada Zona das Águas (ZA), que abrange as bacias de captação do Dal Bó, Maestra, Faxinal, Marrecas, Piaí,

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



NOVA ERA

Com fiscalização reforçada, multas e mecanismos de recuperação ambiental, a Nova Lei das Águas consolida uma política moderna de gestão hídrica em Caxias do Sul

Sepultura e Mulada — responsáveis pelo abastecimento de Caxias do Sul atualmente e no futuro. Nessas áreas, a função social prioritária é a preservação dos mananciais, com densidade populacional mínima e regras específicas para parcelamento do solo, edificações, atividades econômicas e uso dos lagos das barragens.

Com o zoneamento por níveis de restrição ambiental — Crítico, Elevado, Moderado e Baixo — a partir de critérios técnicos, cada área tem parâmetros próprios para ocupação, como tamanho mínimo de lote, índice de aproveitamento, taxa de permeabilidade e altura das edificações. Isso permite, por exemplo, que áreas de menor fragilidade ambiental recebam usos urbanos e rurais de forma ordenada, sem comprometer a segurança hídrica do município.

Na prática, a nova lei abre espaço para atividades de baixo impacto em boa parte da Zona das Águas. Passam a ser permitidas, conforme o nível de restrição, habitações, comércio e serviços, turismo ligado à paisagem e a trilhas, esportes e lazer, geração de energia renovável, escolas, unidades de saúde, agroindústrias familiares e produção rural, desde que não gerem efluentes, resíduos perigosos ou riscos à qualidade da água. A legislação também reconhece e regulariza atividades já existentes até 31 de dezembro de 2025, garantindo segurança jurídica para empreendimentos consolidados.

As Áreas de Preservação Permanente, como margens de rios, nascentes, banhados e encostas íngremes, continuam com ocupação praticamente vedada, admitindo apenas usos ligados à proteção, monitoramento, saneamento e lazer controlado. Novas edificações deverão contar com tratamento de esgoto em nível terciário, evitando qualquer lançamento que comprometa o lençol freático e os cursos d'água.

Outro avanço diz respeito a instrumentos econômicos e de incentivo ambiental. A lei prevê, em até dois anos, a implantação de um sistema de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que vai remunerar ou compensar proprietários e produtores rurais que preservem nascentes, banhados, matas nativas e áreas permeáveis, reconhecendo o papel dessas áreas na produção de água de qualidade para toda a população.

A legislação também organiza o uso dos lagos das barragens, permitindo atividades educativas, esportivas e de lazer de forma controlada, especialmente nos complexos do Dal Bó, Maestra e Marrecas, sempre com autorização e fiscalização do Samae e da Secretaria Municipal do Esporte e Lazer, mantendo regras rígidas contra poluição, pesca irregular e ocupações indevidas.

Com fiscalização reforçada, multas e mecanismos de recuperação ambiental, a Nova Lei das Águas consolida uma política moderna de gestão hídrica em Caxias do Sul.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

CORONEL PILAR

COOPERAÇÃO MUNICIPALISTA PARA DAR TÉCNICA E VOZ ÀS PREFEITURAS COM EQUIPES MENORES

ACERVO PESSOAL



IVAN AGATTI
Prefeito de Coronel Pilar

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Na rotina da prefeitura, diferentes demandas chegam ao mesmo tempo, com prazo, regra e impacto direto no atendimento à população. Em muitos casos, a decisão envolve projeto técnico, análise jurídica, contratação bem especificada e o dever de explicar e comprovar cada etapa. Nesse contexto, associações municipalistas e consórcios públicos têm uma função concreta: oferecer apoio técnico e institucional para que a gestão municipal atue com mais segurança, sem perder autonomia.

> “Com cooperação bem organizada, o município ganha melhores condições para decidir, executar e atender a população com responsabilidade, continuidade e respeito às competências de cada esfera de governo”

Esse apoio faz diferença principalmente quando a cooperação deixa de ser algo eventual e passa a integrar o trabalho da gestão. Com organização, critério comum e instrumentos bem definidos, a prefeitura ganha melhores condições para encaminhar temas complexos, reduzir retrabalho e dar continuidade às ações com mais consistência.

Na prática, isso aparece em situações recorrentes da administração municipal. Quando cada prefeitura precisa resolver tudo de forma isolada, aumenta a chance de repetir etapas já enfrentadas em outros lugares, adotar entendimentos diferentes sobre a mesma regra e gastar tempo corrigindo procedimento. Um edital mal especificado pode atrasar a contratação. Um termo de referência fraco pode comprometer a entrega. Uma análise jurídica incompleta pode gerar insegurança para decidir. O trabalho cooperado ajuda a evitar esse tipo de desgaste ao reunir orientação técnica, modelos já testados e referências comuns, preservando a decisão final de cada município.

Outro ponto importante é a representação institucional. As associações municipalistas ajudam a reunir pautas comuns, organizar prioridades e manter diálogo com outras esferas de governo. Com isso, as demandas municipais chegam com mais clareza, mais consistência e melhor fundamentação. Esse trabalho também contribui para defender necessidades regionais de forma organizada, sem levar temas técnicos para um ambiente de confronto político.

A cooperação também pode melhorar a execução de serviços. Em consórcios públicos, é possível estruturar apoio técnico para projetos, especificações e contratações conjuntas, quando isso faz sentido para os municípios envolvidos. Esse tipo de atuação tende a trazer efeitos práticos no dia a dia: compras mais bem definidas, menos interrupções por falha de procedimento, melhor planejamento e mais condições de cumprir etapas dentro das exigências legais.

Para funcionar bem, esse modelo precisa de base formal e rotina de acompanhamento. Isso inclui regras previstas em lei, definição clara de obrigações, rateio, fiscalização e registro das etapas. Com essa organização, a gestão ganha segurança para instruir processos e assinar decisões, porque o caminho fica documentado e sujeito a um mesmo critério de controle. Também se cria um ambiente mais favorável para capacitação conjunta e troca de conhecimento entre equipes técnicas.

Ao mesmo tempo, é importante manter um ponto claro: cooperação não substitui a responsabilidade de cada município. Controle interno, transparência e o dever de explicar e comprovar decisões e gastos continuam sendo atribuições da gestão municipal. Associações e consórcios ajudam quando atuam com regra clara, participação efetiva e publicação regular de atos. Sem isso, surgem atrasos, confusão e perda de tempo com correções.

Valorizar associações municipalistas e consórcios públicos é valorizar uma forma de trabalho que amplia apoio técnico e representação institucional para as prefeituras. Com cooperação bem organizada, o município ganha melhores condições para decidir, executar e atender a população com responsabilidade, continuidade e respeito às competências de cada esfera de governo.

COTIPORÃ

JOSÉ CARLOS BREDA E A CONEXÃO DE COTIPORÃ COM RECURSOS E ORÇAMENTO

Com experiência, articulação institucional e foco no orçamento, José Carlos Breda conduz seu município com prioridades bem definidas, garantindo recursos, equipamentos e ações que reforçam serviços públicos e obras no município

Jennifer Nunes
Foto: Acervo REE

À frente do Executivo, José Carlos Breda mantém o gabinete como centro de articulação com Estado e União, define prioridades do orçamento e conduz a organização necessária para que decisões se convertam em serviços, equipamentos e obras no município.

Ao lado do vice-prefeito Dener Zanella, Breda conduz um gabinete com atendimento organizado e canais diretos para as demandas da rotina administrativa. É desse núcleo que saem encaminhamentos, prazos e acompanhamento das ações, além da articulação com secretarias estaduais, ministérios, parlamentares e equipes técnicas ligadas a programas e repasses.

Essa atuação ganha peso quando o tema é orçamento e captação de recursos. O gabinete passa a funcionar como ponto de coordenação entre prioridades locais, exigências técnicas e prazos administrativos, alinhando secretarias e dando sequência aos encaminhamentos necessários para que projetos avancem com regularidade. Esse trabalho ajuda a manter ritmo, evitar retrabalho e dar direção às frentes consideradas prioritárias pela gestão.

A trajetória de Breda ajuda a explicar esse perfil de condução. Ele foi secretário estadual de Obras Públicas entre janeiro de 2009 e março de 2010. A experiência no governo do Estado, somada à formação em Economia e à pós-graduação em Administração Financeira, aparece em um modo de gestão atento a planejamento, prazos, organização e registro das etapas necessárias para a execução.

No plano municipal, essa conexão com Porto Alegre e Brasília se reflete em ações com efeito direto no funcionamento dos serviços. Em outubro de 2025, Cotiporã recebeu R$ 100 mil para a saúde por emenda parlamentar. Esse tipo de recurso depende de articulação política e de acompanhamento administrativo para que possa ser utilizado dentro das regras. Na prática, reforça o orçamento da área e contribui para a continuidade de despesas e atendimentos.

Na infraestrutura, a gestão também avançou com reforço de equipamentos. Em outubro de 2025, Breda e Zanella receberam um rolo compactador e uma mini escavadeira destinados ao serviço municipal. A chegada desses equipamentos amplia a capacidade de execução da prefeitura, melhora o planejamento de manutenção de vias e estradas e dá mais condições de resposta às demandas da rotina de obras e conservação.

A reconstrução após as enchentes exigiu outra frente de atuação, com alinhamento entre necessidade das famílias, regras do programa e acompanhamento das etapas. Nesse contexto, Breda assinou termo com o Governo do Estado voltado à construção de dez moradias para famílias afetadas. A iniciativa mostra uma atuação que combina articulação institucional e acompanhamento local para que o atendimento avance com base legal, cronograma e organização.

O orçamento municipal também aparece como eixo de coordenação dessa condução. Em 2025, a Prefeitura realizou reunião pública para discutir as prioridades do orçamento de 2026, com apresentação de áreas como saúde e obras. Esse tipo de agenda organiza metas, orienta escolhas e prepara o município para defender prioridades em convênios, emendas e projetos ao longo do ciclo seguinte.

Na mesma linha, Breda conduziu explanação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ciclo 2026 a 2028, ao lado da secretária da Fazenda e Administração, Elisandra Scussel. A

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



CONSAGRADO

Pela quarta vez no cargo de prefeito, Breda reúne experiência de gestão e atuação pública para conduzir prioridades, organizar o orçamento e apoiar ações que chegam ao dia a dia da população cotiporanense

LDO orienta o planejamento do orçamento e ajuda a organizar o que pode avançar em projetos, contratos e despesas, dando referência para o trabalho entre gabinete e secretarias.

Ao longo dessas frentes, o gabinete atua como centro de coordenação política e administrativa, com foco em prioridades, formalização e acompanhamento. Quando esse trabalho está bem alinhado com as equipes técnicas e com o calendário de execução, o resultado aparece de forma objetiva no município: recurso aplicado, equipamento em operação, obras em andamento e ações estruturadas para atender à população.

Com população estimada em 3.846 habitantes, Cotiporã mantém uma gestão que exige definição clara de prioridades e uso responsável de tempo e recursos. Ao conduzir o gabinete como ponto de conexão entre orçamento, captação e execução, Breda consolida uma forma de governar em que planejamento e articulação institucional se traduzem em entregas para a população.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

DOIS LAJEADOS

FABIANA GIACOMIN E A PASSAGEM DO LEGISLATIVO À LIDERANÇA DO MUNICÍPIO

Eleita para comandar Dois Lajeados no ciclo 2025–2028, ela assume uma função que reúne a decisão e a entrega e mostra, no dia a dia, o que muda quando a política sai da Câmara e passa ao gabinete

Lucio Vaz
Foto: Acervo Pessoal

Fabiana Giacomin foi eleita prefeita de Dois Lajeados para o mandato de 2025 a 2028. A vitória nas urnas em 2024 fecha uma trajetória que a leva de funções políticas anteriores à chefia do Executivo, uma posição que, em municípios menores, junta atos formais e respostas rápidas a demandas que chegam direto à prefeitura, muitas vezes sem filtro e sem espera.

A passagem entre o trabalho legislativo e o executivo costuma ser sentida menos como troca de tema e mais como troca de ritmo e de responsabilidade. No Legislativo, a pauta se organiza por proposta, debate, votação e fiscalização. No Executivo, o caminho encurta: a decisão precisa se transformar em ato administrativo, virar rotina interna, seguir para as secretarias certas, responder a pedidos formais e, quando necessário, virar projeto de lei para tramitar na Câmara.

O Gabinete do Prefeito reúne atribuições que ajudam a entender essa mudança de posição. É dali que saem nomeações e exonerações de cargos em comissão, a coordenação do funcionamento administrativo, a assinatura e publicação de decretos e regulamentos, a sanção e promulgação de leis e, quando cabível, o veto a projetos. Também passa pelo gabinete o envio ao Legislativo do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta de orçamento. Em cidades menores, esse conjunto de deveres costuma exigir acompanhamento diário de prazos, etapas e consequências, porque um atraso pequeno pode travar uma contratação, uma obra ou um serviço.

Quando a experiência anterior inclui convivência com a Câmara, a administração ganha um ganho prático: entender o tempo político e o rito formal. Projetos que dependem de autorização legislativa, pedidos de informação e cobranças públicas deixam de ser confusão fora do governo e entram na lista de prioridades da gestão. O gabinete precisa dar previsibilidade a etapas que, para o cidadão, aparecem como uma pergunta só: quando começa, quanto custa, quem faz e quem responde. Por trás dessa pergunta, existe diferença entre decidir, formalizar, contratar, executar e entregar — em cada etapa tem regras e responsáveis próprios.

Na chefia do Executivo, também se acumulam tarefas que raramente ganham espaço no debate eleitoral, mas definem a eficácia da administração. A prefeitura administra bens e receitas, conduz arrecadação e fiscalização de tributos, planeja e executa serviços municipais, analisa requerimentos e representações dirigidas ao governo e precisa responder, dentro do prazo, às solicitações formais da Câmara. Em um município pequeno, a prefeita acaba sendo o ponto de encontro desses fluxos, coordenando o que exige decisão política, o que é dever administrativo e o que depende de procedimento técnico.

> Em Dois Lajeados, a chefia do Executivo coloca Fabiana Giacomin no centro dessa rotina, onde a experiência acumulada precisa se traduzir em decisões que seguem o caminho certo, tramitam sem tropeços e têm efeito claro no funcionamento do município

Fabiana concorreu pelo Progressistas e teve como vice Daian Cavanus. A formação da chapa dá base política e administrativa, porque vice-prefeitura e gabinete se conectam no dia a dia por agendas, representações e conversas com instituições locais. Nesse conjunto de rotinas, a estabilidade do governo aparece tanto em resultados visíveis quanto na capacidade de manter o cotidiano funcionando: atos publicados, prazos cumpridos, equipe organizada e planejamento orçamen-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



EM ASCENSÃO

Em Dois Lajeados, a chefia do Executivo coloca Fabiana Giacomin no centro de uma rotina de sucesso, onde a experiência acumulada precisa se traduzir em decisões que seguem o caminho certo, tramitam sem tropeços e têm efeito claro no funcionamento do município

tário encaminhado no tempo certo.

A passagem do Legislativo e da vice-prefeitura para a prefeitura costuma exigir um repertório específico. Pede critério para separar demanda legítima de urgência momentânea, capacidade de transformar conversa em decisão formal e disciplina para manter o município dentro de regras, prazos e controles que, quando falham, geram problema institucional — como contratação travada, questionamento formal, retrabalho e atraso em entrega. O centro dessa mudança está aí: a política deixa de ficar concentrada na mediação e passa a aparecer na execução, com assinatura, despacho e responsabilidade direta.

O peso desse movimento aparece no conjunto de atos e encaminhamentos que sustentam a administração municipal: planejamento e orçamento, decretos e regulamentos, projetos enviados à Câmara, respostas formais e organização interna. Em Dois Lajeados, a chefia do Executivo coloca Fabiana Giacomin no centro dessa rotina, onde a experiência acumulada precisa se traduzir em decisões que seguem o caminho certo, tramitam sem tropeços e têm efeito claro no funcionamento do município. ■

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

FAGUNDES VARELA

MUNICÍPIO DE FAGUNDES VARELA É PREMIADO COM O SELO OURO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA!

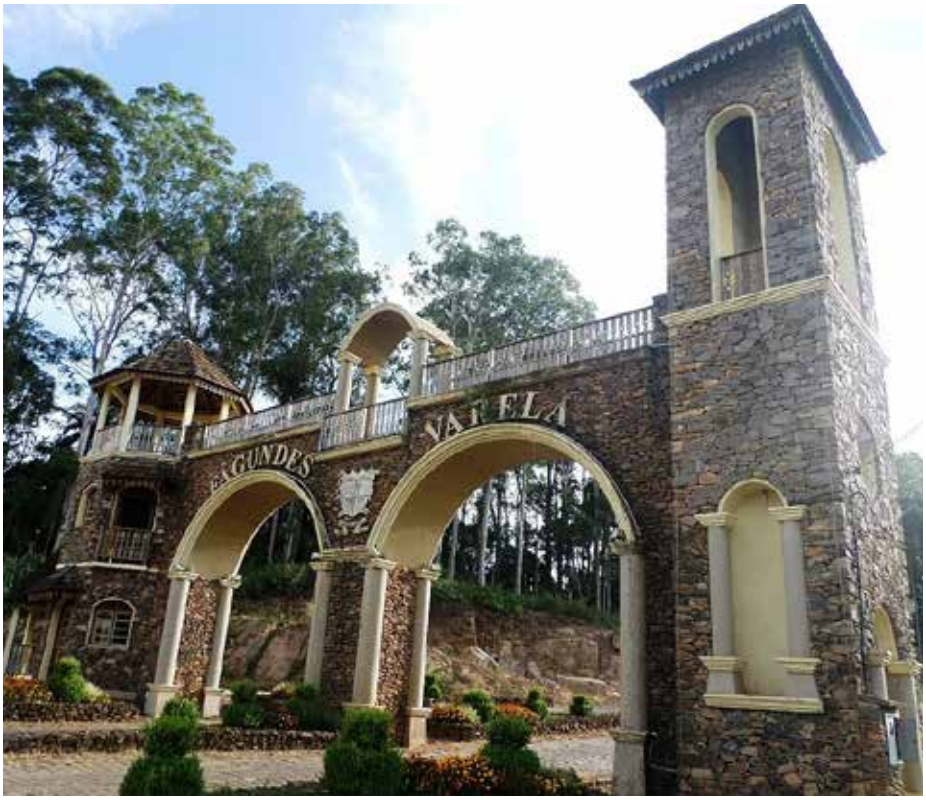
O Município de Fagundes Varela foi reconhecido com o Selo Ouro de Transparência Pública no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP)

Secom PMFV
Fotos: Secom PMFV

O Município de Fagundes Varela foi reconhecido com o Selo Ouro de Transparência Pública no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), iniciativa anual que avalia e premia os portais das instituições públicas que se destacam pela qualidade e acessibilidade das informações disponibilizadas à população.

O PNTP consolidou-se como um importante marco na promoção da transparência e no aperfeiçoamento da gestão pública no Brasil, estimulando a transparência ativa e garantindo o acesso dos cidadãos a informações essenciais. Anualmente, mais de 8.000 portais são avaliados em uma ação coordenada que envolve os 33 Tribunais de Contas do país, abrangendo os Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e o Tribunal de Contas da União.

Na avaliação realizada no ano de 2025, os portais do Poder Executivo e do Poder Legislativo de Fagundes Varela foram premiados com o Selo Ouro de Transparência Pública, alcançando índices de 87,25% e 89,12%, respectivamente. O processo de avaliação teve início em abril e foi concluído apenas no mês de dezembro, evidenciando o rigor e a abrangência da análise.



SELO OURO NO PNTP
Fagundes Varela recebeu o Selo Ouro de Transparência Pública no PNTP 2025, com reconhecimento aos portais do Executivo e do Legislativo pela qualidade, acessibilidade e organização das informações disponibilizadas à população

Essa conquista é resultado de um esforço conjunto e articulado entre a Administração Municipal, juntamente com o Controle Interno e todas as Secretarias Municipais, além do comprometimento dos servidores públicos, que não mediram esforços para aprimorar os processos, organizar as informações e garantir a correta e tempestiva divulgação dos dados, demonstrando o compromisso da gestão com a transparência, a responsabilidade e o respeito ao cidadão.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



RECONHECIMENTO À TRANSPARÊNCIA
O reconhecimento no PNTP 2025 reforça o compromisso de Fagundes Varela com a transparência, a organização das informações públicas e a qualificação contínua do acesso da população aos dados da administração. Na foto, o prefeito

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV

FARROUPILHA

FARROUPILHA NO TOP 3 NACIONAL DA EDUCAÇÃO E A TRADUÇÃO DOS INDICADORES EM DECISÃO DE REDE

Na etapa nacional do Prêmio Band Cidades Excelentes, em Brasília, Farroupilha ficou entre as três melhores do país em Educação e levou esse resultado para a rotina da rede, com turno integral e nova escola no bairro América

SECOM PMF
Foto: Acervo Pessoal

A noite de premiação do Prêmio Band Cidades Excelentes, realizada em Brasília, no final de 2025, colocou Farroupilha na mesma comparação que reúne gestores de todo o país: o município ficou entre os três melhores do Brasil no pilar Educação, na categoria de cidades entre 30 mil e 100 mil habitantes.

O resultado chama atenção por um motivo simples: não é algo baseado em um único número. O prêmio usa o IGMA, um índice que junta indicadores públicos e organiza a comparação por porte populacional, primeiro nas etapas estaduais e depois na etapa nacional. Quando esse tipo de comparação funciona bem, ele costuma mostrar um trabalho que se repete e dá resultado — não em um ponto isolado, mas em várias medidas ao mesmo tempo, ao longo do tempo.

Na cerimônia, o prefeito Jonas Tomazini e o vice-prefeito Thiago Brunet receberam o troféu em nome do município. O tom do discurso local apontou para uma rede que depende menos de ação pontual e mais de rotina: escola funcionando no dia a dia, equipe organizada, acompanhamento contínuo e participação das famílias na vida escolar.

O regulamento da edição de 2025 descreve esse desenho em duas camadas. Na etapa estadual, os municípios são agrupados por porte e aparecem os destaques de cada pilar; na etapa nacional, Brasília concentra o anúncio dos três melhores do país por pilar e por categoria populacional. A lógica é simples: colocar lado a lado realidades parecidas e medir desempenho com base em dados públicos, usando as mesmas regras para todos.

Em Educação, o IGMA reúne um conjunto de pontos acompanhados que vai do básico — como permanência e distorção idade-série — até aspectos de investimento e resultado. Por isso, o prêmio também funciona como reconhecimento e como fotografia do sistema: o indicador ajuda a orientar prioridades, e a rede traduz esse retrato em decisões, acompanhamento e execução no dia a dia escolar.

É nesse ponto que a agenda local fica mais clara. No mesmo período em que Farroupilha apareceu entre os destaques nacionais, a prefeitura comunicou um movimento de rede com impacto direto na vida das famílias: a construção de uma escola municipal de ensino fundamental com atendimento em turno integral no bairro América, com capacidade anunciada de até 250 estudantes, do 1º ao 9º ano.

Essa decisão conversa com perguntas práticas que um índice como o IGMA costuma colocar na mesa: onde a rede precisa ampliar capacidade, onde a estrutura exige reforço, em que bairros o crescimento da cidade pede expansão do atendimento, e como apoiar quem precisa conciliar trabalho e cuidado. Quando o turno integral entra no desenho, a discussão sai do planejamento e entra na rotina: a escola passa a organizar o dia de crianças e responsáveis, com efeito direto no horário, no deslocamento e no tempo disponível para estudo e acompanhamento.

O anúncio veio junto de uma leitura clara de prioridade. A mensagem pública da prefeitura ligou o reconhecimento nacional a um ciclo que continua e apresentou a nova escola como parte concreta dessa continuidade. Nesse contexto, a premiação reforça o compromisso com a continuidade das entregas: se a cidade se coloca como referência, o passo seguinte aparece na escola de verdade, na capacidade de atendimento e na sustentação do planejamento apresentado.

Na abertura do ano letivo de 2026, a rede municipal voltou ao centro do noticiário local, com a ordem de grandeza apontada em torno de nove mil estudantes e com a escola de turno integral no bairro América

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



TOP NACIONAL
Na cerimônia, o prefeito Jonas Tomazini e o vice-prefeito Thiago Brunet receberam o troféu em nome do município. O discurso destacou uma rede conduzida com trabalho contínuo, organização e acompanhamento permanente: escola funcionando no dia a dia, equipe organizada, acompanhamento contínuo e participação das famílias na vida escolar

tratada como um marco do início do ano. Esse tipo de informação ajuda a dimensionar o sistema e a entender por que decisões de expansão deixam de ser um detalhe interno e passam a ser assunto público: mexem com vagas, com estrutura, com planejamento e com a vida real das famílias.

O que o Prêmio Band Cidades Excelentes sinaliza, no fim, é o reconhecimento de um trabalho e a continuidade de uma linha de gestão. Quando indicadores públicos colocam um município entre os melhores do país, ganha força a expectativa de continuidade de escolhas no mesmo padrão de trabalho: planejar, acompanhar e entregar. Em Farroupilha, essa ligação entre reconhecimento e gestão aparece quando a conquista se conecta ao bairro, em decisões como ampliar a rede e adotar o turno integral como modelo.

IBSAÚDE
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV

FLORES DA CUNHA

SALA DO EMPREENDEDOR DE FLORES DA CUNHA RECEBE SELO OURO EM ATENDIMENTO

Município é o único da Serra a alcançar a premiação máxima do Sebrae/RS

Enzo Manfron/Comunicação
Foto: PMFC

A Sala do Empreendedor de Flores da Cunha conquistou, mais uma vez, o nível máximo de certificação, em reconhecimento à qualidade consistente do atendimento prestado aos pequenos negócios locais. Dos 232 municípios gaúchos que contam com a iniciativa, apenas 21 (9%) alcançaram a avaliação máxima, sendo Flores da Cunha o único da Serra a receber o selo ouro nesta edição.

A certificação, concedida pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e pelo Sebrae/RS, destaca as Salas do Empreendedor que se sobressaem pelas boas práticas de atendimento, orientação e suporte às empresas do município. A premiação foi entregue ao secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Inovação, Tiago Centenaro Mignoni, e ao coordenador da Sala do Empreendedor, Douglas Maciel da Silva em cerimônia oficial.

Para Mignoni, o reconhecimento confirma o compromisso de Flores da Cunha com o fortalecimento dos pequenos negócios e locais. “A Sala do Empreendedor é um espaço que orienta, facilita processos e aproxima o poder público de quem empreende no município. Seguiremos aprimorando nossas ações para impulsionar o desenvolvimento econômico local”, afirma.

O SIGNIFICADO DA CONQUISTA

A Sala do Empreendedor de Flores da Cunha conquistou o Selo Ouro de referência em atendimento do Sebrae/RS em 2025, posicionando-se entre os apenas 9% dos municípios gaúchos (21 no total) que alcançaram a avaliação máxima. A certificação destaca a excelência no suporte, desburocratização e agilidade na formalização de pequenos negócios, sendo a única da Serra a receber a premiação no ciclo.



Destaques da Conquista e Serviços:
Reconhecimento Máximo: A certificação é concedida pelo Sebrae/RS e Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), reconhecendo a alta qualidade no atendimento ao Microempreendedor Individual (MEI) e empresas locais.

Agilidade e Resultados:
Com foco na desburocratização, o espaço facilita a abertura de empresas, com redução significativa no tempo de consulta e formalização, registrando mais de 20 mil atendimentos desde 2021.

A certificação, concedida pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e pelo Sebrae/RS, destaca as Salas do Empreendedor que se sobressaem pelas boas práticas de atendimento, orientação e suporte às empresas.

Este reconhecimento reforça o compromisso da Prefeitura de Flores da Cunha com o desenvolvimento econômico e o fortalecimento do empreendedorismo local.

Suporte ao Empreendedor:
Oferece serviços de formalização, regularização, consultorias e orientação, funcionando como um importante elo entre o poder público e o setor privado no município.

Contato:
A Sala do Empreendedor disponibiliza suporte pelo número abaixo.
WhatsApp: **(54) 99602-3828**.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



RECONHECIMENTO
Dos 232 municípios gaúchos que contam com a iniciativa, apenas 21 (9%) alcançaram a avaliação máxima, sendo Flores da Cunha o único da Serra a receber o Selo Ouro. A premiação foi entregue ao secretário de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Inovação, Tiago Centenaro Mignoni, e ao coordenador da Sala do Empreendedor, Douglas Maciel da Silva



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS spo FAMURS É no município que tudo acontece. KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.

GARIBALDI

SÉRGIO CHESINI

PREFEITO DE GARIBALDI

Edição: Lucio Vaz
Entrevista: Cláudio Andrade e Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: ChicoPinheyro/Revista Em Evidência

Aos 150 anos de história e com uma agenda marcada por obras, turismo, educação e saúde, Garibaldi reafirma seu protagonismo na Serra Gaúcha como Capital Nacional do Espumante. Na entrevista, o prefeito detalha prioridades da gestão, investimentos em infraestrutura urbana e rural, ações de zeladoria, projetos de mobilidade e a estratégia para ampliar o turismo com base na identidade local e na valorização das tradições italianas. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) entrevistou o prefeito, que falou sobre esses e outros temas, com exclusividade. Confira

Como começou a história do champanhe em Garibaldi e por que a cidade tem essa singularidade em relação ao uso do termo Champagne?

Em 1913, Manoel Peterlongo Filho lançou pela primeira vez no Brasil, na cidade de Garibaldi, o champanhe. Em 1915, ele registrou a marca Champagne. Por isso, a nossa é a única empresa fora da região de Champagne, na França, que pode utilizar em seus rótulos a denominação Champagne, pelo método champenoise.

No início de uma gestão, com muitas demandas e um orçamento apertado, como a prefeitura define o que entra primeiro e o que fica para depois, especialmente na hora de realizar obras?

Como fazemos nas empresas e em casa: elegem-se prioridades. Desde o primeiro ano da nossa administração, a prioridade número um é a educação. Nenhuma criança sem escola e nenhuma criança sem creche, porque precisamos dar a oportunidade para nossos filhos e netos terem acesso a uma educação de qualidade. Investimos muito nisso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, vem a saúde. Ela é

um bem universal e o melhor que temos para preservar a vida, principalmente para as pessoas idosas que tanto trabalharam e construíram nossa cidade. Quando a doença bate à porta, às vezes faltam recursos ou até mesmo orientação. Por isso, a Constituição nos obriga a aplicar 15% da receita líquida na área, mas nós investimos muito mais. Chegamos a investir 23,5% em determinados anos e, no ano passado, aplicamos 21,36%. Saúde e educação se fazem com recursos, e essas são as nossas prioridades.

A prefeitura apresentou um balanço com mais de 30 obras e ações em infraestrutura. O que esse volume de entregas revela sobre a capacidade de investimento do município e sobre o que foi feito na prática?

Felizmente, Garibaldi é uma cidade bastante pujante. Temos uma indústria, um comércio e um setor de serviços muito fortes, o que dá um retorno muito bom de tributos para o nosso município. Além de investirmos acima da média em saúde e educação, ainda nos restam recursos confortáveis para aplicar em infraestrutura e, este ano, no turismo.

Foram mais de 30 obras recentes. Fizemos o maior trecho contínuo de asfalto da nossa história: foram quatro quilômetros no nosso interior. Tratamos todos igualmente, com obras na cidade, nos bairros e na área rural.

Qual é a relação entre área urbana e área rural em Garibaldi hoje, e como a história das emancipações do município ajuda a explicar essa configuração?

Garibaldi já sofreu três emancipações. Quatro, se contarmos a de Carlos Barbosa, em 1959. Emanciparam-se Daltro Filho, que hoje compõe Imigrante; Boa Vista do Sul, que era nosso distrito; e Coronel Pilar, que também era nosso distrito. Esses novos municípios levaram a maior fatia da nossa área rural original.

Hoje, 82% do nosso território é área urbana e só 18% é área rural. Porém, é uma área rural muito bonita e produtiva, repleta de vinícolas e parreirais. Para se ter uma ideia, 54% da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos fica em Garibaldi, assim como 34% de toda a área do Vale. Por isso, fizemos grandes investimentos em pavimentação, levando o asfalto e o turista para o nosso interior, que é lindíssimo.

Como Garibaldi e os municípios da Região da Uva e Vinho estão estruturando o turismo e de que forma a cidade tem levado essas atrações para as ruas?

Nós fazemos parte de uma região bastante rica, com atrações voltadas ao turismo natural, enoturismo e enogastronomia. Garibaldi tem 150 anos de história, desde a época da colônia Conde d'Eu, e possui cantinas maravilhosas.

Estamos incentivando a agroindústria para valorizar o que as nossas nonas mais sabem fazer: resgatar as receitas e iguarias que os imigrantes trouxeram da Itália. Essas tradições passam de geração em geração e hoje chegam aos nossos turistas. Também promovemos festivais de rua com acesso gratuito, onde cada um consome o que deseja, com opções para todos os gostos. É uma verdadeira alegria que remete àquelas antigas quermesses feitas ao redor da igreja.

O que é a festa Vintage e como ela se organiza no calendário de eventos do município?

O Vintage terá sua próxima edição no dia 13 de março. É uma festa fantástica que reúne cerca de 22 mil pessoas na nossa Rua Buarque de Macedo, que tem seus casarões históricos preservados. O público se veste com roupas de época, dos anos 1920 aos anos 1960. Temos veículos antigos, música nas sacadas dos prédios e nas ruas, além da nossa alta gastronomia servida a céu aberto. Cada restaurante prepara um prato especial e os nossos espumantes são servidos para todos. É um verdadeiro festival.

Qual é a população do município e a qual distância Garibaldi fica da capital gaúcha?

Ficamos a uma hora e meia de Porto Alegre, a cerca de 110 quilômetros de distância. A cidade tem 37 mil habitantes.

Garibaldi se apresenta como "um pedacinho da Itália fora da Itália". O que sustenta essa identidade no cotidiano da cidade?

É uma cidade que mantém as características típicas da Itália. Mantemos muito as tradições, o dialeto vêneto ainda é falado e preservamos toda a história e a cultura dos nossos imigrantes italianos.

No último aniversário do município, houve uma visita simbólica ligada a Giuseppe e Anita Garibaldi. O que ocorreu e qual foi o gesto realizado no museu local?

Recebemos no ano passado o tataraneto de Giuseppe Garibaldi. Junto com o Instituto Cultural Anita Garibaldi de Laguna, plantamos no museu municipal uma muda da Rosa de Anita, dedicada a ela. E, recentemente, a muda floriu para a alegria de todos nós, reforçando essa nossa devoção histórica a Giuseppe e Anita Garibaldi.

A imigração italiana no Rio Grande do Sul aparece como um eixo central da história local. Quais são os marcos em relação ao início da imigração e aos acontecimentos ligados a Garibaldi?

Os primeiros imigrantes chegaram em 1875. Logo na primeira década da imigração, a cidade foi contemplada com o primeiro cônsul italiano do estado do Rio Grande do Sul. Abramo Canini residia em Garibaldi em 1884 e deu um apoio fundamental à colonização. Temos uma história muito rica que devemos a esses pioneiros.

Além de obras, a manutenção cotidia-



na e a zeladoria pesam na avaliação do cidadão. Como a cidade estruturou esse cuidado diário?

Iniciamos cuidando do mais importante: as pessoas, através da saúde e da educação. A segunda missão de um prefeito é cuidar do espaço urbano. Para isso, criamos a Secretaria de Serviços Urbanos, que se ocupa dos detalhes: plantar uma flor, desentupir uma boca de lobo, reparar o asfalto desgastado, colocar um banco novo, revitalizar a praça, garantir que o chafariz funcione e que a internet pública esteja ativa.

É a missão de vestir a cidade. Garibaldi é bela e bem cuidada porque temos uma equipe que se dedica 24 horas por dia a esses pequenos detalhes.

Como a postura da prefeitura em ser a “porta de entrada” das demandas se conecta com a estratégia de turismo e com a identidade de Capital Nacional do Espumante?

A prefeitura recebe as demandas da população e temos o cuidado de atender e encaminhar tudo da melhor forma. No turismo, tratamos Garibaldi como a verdadeira Capital Nacional do Espumante com muito embasamento.

Em 1913, lançou-se o primeiro espumante do Brasil na cidade. Em 1951, a Georges Aubert lançou o primeiro champanhe pelo método Charmat. E, em 1978, a Martini & Rossi trouxe o Moscatel, pelo processo Asti. Hoje produzimos excelentes bebidas, premiadas no Brasil e no exterior. Por isso, elegemos o turismo como uma das grandes prioridades de investimento deste ano.

O que está previsto no plano de mobilidade urbana para reforçar a identidade do espumante no trânsito da cidade?

Vamos implementar ainda este ano um plano de mobilidade urbana para

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

dar maior fluidez ao trânsito. Planejamos um novo sistema de rótulas, e cada uma delas terá um elemento visual que remete à nossa vocação como Capital Nacional do Espumante.

Qual é a relação histórica de Garibaldi com a ferrovia e o que o passeio da Maria Fumaça representa para a região?

A nossa ferrovia integra o roteiro da saudosa Maria Fumaça, um passeio maravilhoso que sai de Bento Gonçalves, passa por Garibaldi e vai até Carlos Barbosa. É uma atração que remete aos tempos áureos dos trens e que precisa ser cada vez mais valorizada, já que hoje, infelizmente, o Rio Grande do Sul sofre com a falta de infraestrutura ferroviária.

Quais são os projetos atuais da prefeitura ligados aos museus, aos monumentos e ao turismo religioso?

Nós estamos revitalizando o nosso museu, onde já fica o monumento da imigração italiana inaugurado no ano passado, e onde vamos instalar um busto em homenagem a Anita Garibaldi. Também em março vamos inaugurar um busto dedicado a Armando Peterlongo, o grande pioneiro na elaboração dos espumantes locais, que merece esse reconhecimento.



No turismo religioso, Garibaldi possui uma igreja matriz belíssima, a segunda do estado em estilo neogótico. Vamos construir uma Via Sacra arborizada com oliveiras, ligando a Rua Júlio de Castilhos à Ermida de Nossa Senhora de Fátima, com um horto no topo. A religiosidade chegou com a imigração; a primeira coisa que os colonos fizeram foi erguer uma cruz de madeira para rezar a primeira missa. Hoje, integramos a Rota dos Capitéis junto com Bento Gonçalves e outros oito municípios, resgatando as pequenas capelas de pedra que os imigrantes construíam quando não podiam ir à igreja.

Como estão os investimentos e incentivos na hotelaria local, e qual é o destaque da cidade na área gastronômica?

Temos hoje oito grandes projetos de hotelaria em andamento. Um deles será espetacular, com um conceito diferenciado que vai projetar Garibaldi para o mundo. Na gastronomia, a cidade abriga dois dos cem melhores restaurantes do Brasil, ambos localizados na nossa área rural: o Valle Rústico e a Osteria Della Colombina.

Na educação, quais são os pilares da gestão para garantir o aprendizado, e qual foi o impacto da ampliação da Escola Municipal Pedro Cattani?

Investir em educação exige três pilares fundamentais. O primeiro é a infraestrutura: todas as nossas salas de aula têm ar-condicionado para que o aluno tenha conforto e aprenda melhor. O segundo é o aperfeiçoamento constante dos professores. E o terceiro é a interação entre escola e família, porque a educação só é completa e segura quando ambas fazem a sua parte.

Buscamos sempre novas metodologias, a exemplo da adoção do programa Ensina Brasil, que tem resultados fantásticos. A ampliação da Escola Pedro Cattani entregou praticamente uma escola nova: o prédio conta agora com 19 salas de aula modernas e abriu capacidade para mais de mil novos alunos. O espaço tem área de lazer e está preparado para

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



o contraturno escolar, mantendo as crianças em segurança com oficinas de teatro e música enquanto os pais trabalham.

Como funciona a parceria da rede municipal com o SENAI e a FIERGS, e quais são os planos de ampliação dessa oferta técnica?

Temos uma parceria fantástica com o SENAI, que oferece trilhas de aprendizagem técnica no contraturno escolar. Hoje temos cerca de 300 vagas, mas o espaço já ficou pequeno. Nós vamos dobrar o tamanho da escola técnica no município junto com a FIERGS. Esse casamento da educação básica com o ensino profissionalizante deu tão certo que, em época de matrícula, os pais chegam a ir para a fila de madrugada para garantir a vaga dos filhos.

Por que o município investe em saúde acima do percentual mínimo exigido por lei, e quais são as principais entregas e serviços recentes nessa área?

Nossa população está envelhecendo e a demanda por serviços médicos cresce proporcionalmente. Por isso investimos rotineiramente acima dos 15% constitucionais. Em parceria com o Estado e com nosso hospital filantrópico, que atende a mais de 30 municípios da região, inauguramos um novo bloco cirúrgico de quatro salas e 11 leitos de recuperação. É uma estrutura de primeiro mundo.

Nas urgências, temos o PAM 24 Horas, que ganha agora o suporte da nova UBS Santa Terezinha para absorver os atendimentos básicos. Também iniciaremos a construção de uma UBS no bairro Bela Vista 2, evitando que os moradores precisem cruzar a Rodovia 453 e se colocar em risco. Além da estrutura física, mantemos um serviço de atendimento domiciliar para curativos e locomoção de pacientes debilitados, além de campanhas ativas de vacinação.

Como foi concebida a ação de revisão do Bolsa Família aliada à oferta de emprego que ganhou destaque nacional, e como ela funciona na prática?

Aderimos a essa iniciativa em conjunto com a AMESNE, a partir de uma ação liderada pelo prefeito de Bento Gonçalves, Diogo Siqueira. O objetivo é dar dignidade à pessoa: não apenas dar o peixe, mas ensinar a pescar.

Toda a Serra Gaúcha está carente de mão de obra. No entanto, algumas pessoas acabam se acomodando com o benefício por toda a vida, gerando distorções. O que fizemos foi enviar assistentes sociais para visitar os cadastrados, verificar se têm condições físicas de atuar e, no mesmo momento, oferecer vagas de trabalho formal. Se a pessoa tem totais condições, recebe oportunidades e mesmo assim se recusa a trabalhar, o benefício é suspenso. Com essa triagem criteriosa, reduzimos o número de beneficiários do município de 389 para 314 famílias, mantendo a assistência financeira exclusivamente para quem realmente precisa.

Quais são os próximos grandes eventos no calendário turístico da cidade?

Deixo o convite para a próxima edição do Vintage, que ocorre no dia 13 de março. E logo em seguida, de 10 a 12 de abril, teremos o Festival do Grostoli, que é um sucesso absoluto ao resgatar essa iguaria tradicional da nossa culinária, preparada pelas próprias nonas da nossa comunidade.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

GUABIJU

A ATUAÇÃO DO PREFEITO NERI LEVA AS DEMANDAS DE GUABIJU A BRASÍLIA

Recentemente, o prefeito Neri Rosa da Silva levou a Brasília demandas de seu município. Por trás da agenda, há trabalho de gestão para transformar necessidades locais em projetos bem apresentados, aptos à análise e com possibilidade de financiamento

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

No fim de 2025, o prefeito de Guabiju (RS), Neri Rosa da Silva, esteve em Brasília para buscar recursos e acompanhar agendas que influenciam o ritmo de investimentos do município. A ida à capital federal ganha relevância quando se observa o trabalho que a sustenta: a capacidade de transformar demanda do dia a dia em um pedido formal, com objetivo claro, documentação em ordem e encaminhamento adequado às exigências de análise.



Para o município, o acesso a recursos federais depende de organização, preparo técnico e boa condução das etapas de apresentação. Em geral, ele nasce de uma sequência de decisões e adequações: entender a necessidade real, encaixar essa necessidade no desenho de um programa, definir contrapartidas quando existirem, preparar o que pede projeto básico e manter uma articulação ativa ao longo da tramitação. A diferença entre um pedido que avança e outro que perde ritmo costuma aparecer no nível de preparo do que chega à mesa.

Nesse percurso, o prefeito Neri aparece como quem decide prioridades e conduz prazos dentro da prefeitura. É ele quem define o que vem primeiro, organiza a pauta, coordena os prazos de engenharia, educação, saúde e obras, e garante que cada solicitação saia do município com clareza suficiente para ser analisada. A agenda em Brasília, sozinha, é uma etapa do processo: o trabalho mais exigente também está no “antes” e no “depois”, quando a prefeitura prepara o que o Governo Federal consegue receber, conferir e encaminhar.

O “caminho do recurso” começa geralmente com um filtro direto: separar desejo de necessidade e, dentro da necessidade, separar o urgente do que estrutura o município no longo prazo. A partir daí, a demanda vira um pedido bem definido, com começo, meio e fim. Em vez de uma in-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



BUSCANDO O QUE É DE DIREITO
Com foco nas prioridades do município e atenção à viabilização de projetos, a busca por recursos ajuda a transformar demandas em obra, serviço e aquisição. A agenda fora do município se confirma como ferramenta de gestão. Na foto, o prefeito Neri Rosa da Silva, em agenda em Brasília, e sendo recebido pelo senador Luis Carlos Heinze

tenção genérica, entra uma proposta com finalidade, justificativa, estimativa de custo e um roteiro mínimo de execução. Quando o pedido vem assim, ele deixa de depender de conversa e passa a ter formato de protocolo.

A segunda etapa é técnica e costuma decidir o resultado. Mesmo quando há interlocução política, um pleito só ganha tração se estiver alinhado ao tipo de repasse e suas regras. Isso inclui documentos, regularidade, aderência às diretrizes do programa e maturidade do projeto para análise. É nessa parte que a precisão na apresentação do pedido faz diferença: a urgência pode ser alta, mas o repasse segue prazos e critérios próprios.

A terceira etapa é a articulação. Em Brasília, a prefeitura não busca apenas um "sim"; busca o caminho certo dentro do órgão. Um gabinete abre portas, indica por onde começar, ajuda a identificar o formato mais viável e cria condições para que a proposta chegue à análise com menos confusão e retrabalho. Quando essa articulação é bem feita, ela evita idas e vindas de exigências, reduz correções repetidas e encurta o tempo entre o pedido e a chance real de execução.

O que volta para Guabiju, depois de agendas como a de agosto, normalmente é um direcionamento claro para os próximos passos, com ajustes técnicos e encaminhamentos necessários: contrapartidas quando cabíveis e o calendário em que o pedido precisa entrar para avançar. A gestão passa a trabalhar com uma lista curta de decisões objetivas, em vez de acumular expectativa sem direção.

Esse modo de operar conversa com o início da administração em 1º de janeiro de 2025, quando Neri Rosa da Silva assumiu o Executivo no começo da legislatura 2025–2028. Com foco nas prioridades do município e na viabilização de projetos, a forma de buscar recursos define, na prática, quais projetos saem do papel e se traduzem em obra, serviço ou aquisição. A agenda fora do município, então, deixa de ser apenas símbolo e se transforma em ferramenta: abrir caminho para que o que é local chegue a Brasília com clareza, seja aceito para análise e consiga avançar no ritmo possível do governo federal. ■

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV

GUAPORÉ

CONVÊNIO MARCA AVANÇO DE GUAPORÉ PARA A REVITALIZAÇÃO DO AUTÓDROMO NELSON LUIZ BARRO

Repasse estadual e contrapartida municipal abrem caminho para a revitalização do Autódromo Nelson Luiz Barro. O acordo define deveres, regras de conferência e um percurso de gestão até a assinatura e o início das obras

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

O Autódromo Internacional Nelson Luiz Barro voltou à pauta da Prefeitura e do Estado em Guaporé com a construção de um convênio que combina recursos estaduais e contrapartida do município. O autódromo carrega a força histórica de décadas de automobilismo na região e, nesta nova etapa, avança com um acordo que organiza com clareza quem faz o quê, em qual etapa, quais documentos entram em cada fase, quais regras valem e como cada passo será conferido.

O pacote de investimentos gira em torno de R$ 13 milhões, somando repasse estadual e participação local. Isso muda o foco da discussão: a pauta deixa de ser apenas "obra necessária" e passa a ser "obra que sai do papel", com etapas formais que precisam acontecer na ordem certa para o recurso sair da formalização do acordo e virar obra de fato. É nessa passagem — do anúncio para a contratação — que aparecem os pontos que ajudam a definir se a revitalização avança com continuidade e boa condução das etapas.

Na Prefeitura, Odair André Rossetto aparece como quem coordena o trabalho pelo município: é a administração local que precisa organizar o caminho interno para receber e aplicar o recurso, com responsabilidades claras de acompanhamento, fiscalização e comprovação do gasto. Na prática, isso pede alinhamento entre setores, uma rotina de conferência do que foi feito e do que foi pago, e capacidade de gestão para manter prazos que dependem de trâmites, documentos e decisões formais, não apenas de intenção.

Do lado do Estado, a Secretaria de Turismo entra como origem do repasse e como a área que define e cobra as regras do convênio. Quando o dinheiro chega por esse tipo de instrumento, ele não vem livre: já vem com regras, com o objetivo descrito com precisão, com deveres de explicar e comprovar despesas e com critérios para liberar parcelas. A obra passa a ter uma etapa documental tão decisiva quanto o lado físico, porque o que será feito na pista e no entorno depende do que estiver escrito, aceito e medido dentro do convênio.

O acordo prevê R$ 8,7 milhões de repasse estadual e R$ 4,2 milhões de contrapartida municipal. Esse volume reforça a importância do planejamento e do controle: quanto maior o valor, maior a necessidade de detalhar o escopo, dividir responsabilidades e criar formas simples e constantes de verificar o que foi executado. Aqui, um convênio bem escrito faz diferença porque evita dúvidas futuras sobre o que estava dentro da obra e o que exige ajuste, reduzindo a necessidade de revisões por falta de detalhamento.

Outro ponto relevante em Guaporé é a condição institucional do autódromo. A estrutura é ligada à Associação Guaporense de Automobilismo (AGA), e isso exige que o convênio organize com clareza a atuação de cada parte. Para o município, na prática, isso significa alinhar o objetivo do investimento, as responsabilidades de manutenção e as regras de uso futuro, de modo que o papel da associação esteja compatível com o interesse coletivo que justifica o aporte público.

A assinatura do contrato é tratada como etapa decisiva do processo, em Guaporé. Esse momento não é só protocolo: é o marco que transforma o anúncio em compromisso formal, define a largada dos prazos e libera o caminho para as etapas seguintes. Com a assinatura, entram em funcionamento as rotinas que dão andamento ao processo, do detalhamento do escopo à contratação e ao acompanhamento.

No dia a dia, o município passa a

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



DE VOLTA AO TOPO DO TURISMO
Obra pode recolocar Guaporé nos calendários do automobilismo novamente, fortalecer o turismo e gerar desenvolvimento. Na foto, secretário de Turismo do RS, Ronaldo Santini, e o prefeito de Guaporé, Odair André Rossetto

trabalhar em duas frentes ao mesmo tempo: a frente técnica, que traduz as necessidades em serviços que podem ser contratados, e a frente administrativa, que mantém o convênio regular e acompanhado com documentos, conferências e prestação de contas. Para o Estado, o foco é garantir que o repasse resulte numa entrega alinhada ao que foi combinado, dentro das regras, no prazo e com comprovação objetiva do que foi executado.

A revitalização do autódromo, portanto, começa com a organização do convênio e ganha força a cada etapa cumprida, com clareza sobre o que cada parte deve fazer e como isso será comprovado ao longo do caminho. É nessa combinação de deveres, prazos e conferências que se sustenta o andamento contínuo da obra, da expectativa pública à execução efetiva. ■

MARAU

MARAU EM EVIDÊNCIA

Gestão comandada pela prefeita Naura Bordignon consolida regras claras, canal digital e hospital mais completo

Jennifer Nunes
Foto: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

Um fato ajuda a entender o momento recente de Marau: em fevereiro de 2026, o Hospital Cristo Redentor abriu uma unidade de terapia intensiva adulta com dez leitos. Com isso, a cidade passou a ter condições de atender casos graves dentro do próprio município, com mais rapidez e continuidade, reduzindo a dependência de transferências como regra e permitindo que o cuidado siga com a rede local, acompanhando desde o início.

Inaugurada em fevereiro de 2026, a unidade passou a contar com dez leitos intensivos, ampliando a capacidade hospitalar de Marau para responder com mais agilidade aos casos graves

A mesma linha aparece em outras frentes da administração: organizar o acesso aos serviços com regras públicas e caminhos claros, reduzindo idas e vindas e facilitando a entrada do cidadão pelo mesmo fluxo. No recorte que levou ao reconhecimento da prefeita Naura Bordignon com o II Troféu Mérito Prefeitos em Evidência RS, o foco está em rotinas que diminuem dúvidas e permitem acompanhar o andamento, tanto para quem busca o serviço quanto para quem precisa organizar a entrega.

Na habitação, isso se traduz no Programa Habitacional Meu Novo Lar, em que o acesso é conduzido por chamamentos e critérios publicados em edital e documentos do programa. Na modalidade Casa Verde e Amarela, a seleção de famílias é apresentada como um procedimento com etapas definidas, comissão responsável e regras explícitas. Na prática, isso traz mais clareza no atendimento, porque ajuda a diferenciar o que está previsto no programa do que depende de novas etapas e deixa claro qual é o caminho para participar.

Quando uma política social depende de critérios bem definidos e de organização de prioridades, o cidadão se sente mais seguro e o poder público ganha capacidade de acompanhamento do processo: fica mais fácil saber quem pediu, quando pediu e em que etapa está o atendimento. Ao colocar critérios e etapas no centro, a prefeitura faz o acesso funcionar como serviço, com fila compreensível, decisão que possa ser explicada e um percurso previsível até a entrega.

A mesma lógica orienta a aposta em serviços digitais. O Marau Digital foi lançado como ponto de entrada para solicitações, orientações e agendamentos, com a proposta de transformar pedidos do cotidiano em registros que possam ser triados e encaminhados com um padrão. Na apresentação do aplicativo, feita pela prefeita e pelo vice-prefeito Vilmo Zanchin, a mensagem foi de evolução gradual e atualização constante, para que o cidadão possa utilizar com facilidade os serviços, acompanhar pedidos e resolver demandas sem depender apenas do balcão.

Aqui, o objetivo é traduzir tecnologia em serviço útil para o cidadão. A consequência esperada é simples e mensurável: fila menor, menos confusão e desencontro de informação, e respostas mais consistentes. Quando a solicitação entra registrada e segue um caminho definido, fica mais fácil priorizar com critério técnico e aumenta a chance de o cidadão saber em que etapa o pedido está e o que falta para avançar.

Somadas, as frentes de habitação, serviços digitais e hospital com estrutura mais completa ajudam a explicar a escolha de tratar o acesso como um processo estável

Na saúde, a abertura da UTI adulta do Hospital Cristo Redentor reforça esse compromisso com fluxo e continuidade dentro do próprio município. Inaugurada em fevereiro de 2026, a unidade passou a contar com dez leitos intensivos, ampliando a capacidade hospitalar de Marau para responder com mais agilidade aos casos graves, com maior suporte local e menor dependência de transferências como regra.

Além do impacto assistencial imediato, a nova UTI também reposiciona o



TRABALHO, INOVAÇÃO E ENTREGAS
Com habitação organizada por edital, serviços reunidos em um aplicativo e a abertura de leitos de UTI no hospital local, a gestão de Naura Bordignon vem se destacando na região por grandes entregas e conquistas inéditas na comunidade. Na foto, a prefeita Naura Bordignon recebe o II Troféu Mérito Prefeitos Em Evidência RS, promovido pela Revista Em Evidência

hospital no atendimento regional: segundo a Secretaria Estadual da Saúde, a estrutura permite oferecer cirurgias mais complexas com suporte adequado e fortalece a rede da 6ª Coordenadoria Regional de Saúde, ao mesmo tempo em que reduz deslocamentos em situações críticas e aumenta a continuidade do cuidado perto das famílias.

Somadas, as frentes de habitação, serviços digitais e hospital com estrutura mais completa ajudam a explicar a escolha de tratar o acesso como um processo estável. A premiação recebida por Naura Bordignon se encaixa nesse recorte: o trabalho de deixar a prefeitura mais fácil de entender para o cidadão e mais fácil de acompanhar para a própria gestão, com portas de entrada claras e entregas que aparecem na vida real. ■

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV

MONTAURI

MONTAURI CULTIVA PERTENCIMENTO E PROJETA SUA IDENTIDADE NA FORÇA DA COMUNIDADE

Com identidade comunitária marcada pela história local e base produtiva ligada ao campo, Montauri consolida uma vida pública próxima da população e liga ações de cuidado do dia a dia a sinais concretos de integração regional

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Montauri tem uma presença pública marcante e reconhecida no dia a dia. O município se destaca por uma combinação consistente para quem vive ali todos os dias: identidade comunitária forte, vida local reconhecível e um serviço público próximo das pessoas. Esse conjunto ajuda a explicar por que a cidade desperta orgulho em quem mora nela e transmite, para quem observa de fora, a imagem de um lugar que preserva sua essência e mantém a rotina organizada.

Essa impressão não nasce de um único fator. Ela se apoia em uma história local ligada à imigração italiana, na memória comunitária construída ao longo do tempo, na religiosidade e em uma formação histórica que deixou marcas claras no modo como Montauri se relaciona consigo mesma. A emancipação político-administrativa, em 09 de maio de 1988, aparece como marco dessa trajetória e reforça uma identidade que segue viva. Ao mesmo tempo, a posição do município na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, entre a Serra e o Planalto, ajuda a entender uma dinâmica em que pertencimento, trabalho e convivência caminham lado a lado.

É nesse ambiente que a gestão do prefeito Nelcir Stefenon se destaca no período 2025–2028, em uma linha de cuidado com a vida prática do município e atenção ao contato com a comunidade. O recorte que melhor representa esse momento aparece em uma presença pública visível nos detalhes que fazem diferença para o morador. Em Montauri, onde a relação entre poder público e população é mais próxima, essa característica se traduz em comando municipal atento ao ritmo local, respeito à cultura da comunidade e foco em respostas que facilitem a rotina e reforcem a boa experiência de atendimento.

Montauri também mantém sua identidade em uma base econômica ligada ao meio rural e à produção. A agricultura e a pecuária, com destaque para a atividade leiteira, além da criação de suínos e aves, ajudam a compor a paisagem econômica e social do município e mantêm uma ligação concreta entre território, trabalho e permanência das famílias no campo. Esse traço se soma a uma diversificação produtiva que inclui atividades industriais associadas ao setor agropecuário, reciclagem de plásticos, lâminas ecológicas, móveis, esquadrias, agroindústrias e comércio local. É uma combinação que movimenta a economia, amplia a circulação no dia a dia e reforça a sensação de cidade viva.

Quando esse pano de fundo encontra uma administração atenta aos canais de contato, aos setores e à relação com o cidadão, a percepção positiva fica mais visível. O município mantém canais institucionais e uma estrutura pública com secretarias, ouvidoria, transparência, legislação e acessos rápidos, formando uma presença administrativa que ajuda o morador a localizar serviços e buscar encaminhamentos com mais facilidade. Isso tem valor prático e também simbólico, porque reduz confusão sobre onde procurar atendimento e reforça a ideia de que a prefeitura está acessível, próxima e conectada à vida real da cidade.

Um exemplo dessa linha aparece na ação “Nossos Contatos”, publicada em 2025, com a proposta de centralizar informações atualizadas dos setores municipais para facilitar e agilizar o contato da comunidade com a administração. De efeito prático imediato, esse tipo de iniciativa dialoga diretamente com a dinâmica de Montauri. Em um município com relação próxima entre população e prefeitura, onde a confiança pública se constrói muito pela experiência do dia a dia, organizar os caminhos de comunicação entre população e administração reforça a percepção de cuidado e de presença da prefeitura, além de tornar o contato mais ágil no cotidiano.

Outro sinal concreto que ajuda a compor esse momento é a inauguração da pavimentação da ERS-447, ligação

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



MONTAURI EM EVIDÊNCIA
Montauri reforça sua imagem positiva com reconhecimento ligado à segurança, à saúde e à tranquilidade, atributos que ampliam a visibilidade do município e valorizam sua vida comunitária. Na foto, prefeito Nelcir Stefenon

entre Montauri e Serafina Corrêa, registrada em março de 2025. A entrega tem peso para o município porque amplia a leitura de conexão regional e mobilidade, aproximando deslocamentos, circulação e integração com o entorno. Para uma cidade com base produtiva ligada ao campo e com atividade econômica diversificada, uma ligação viária desse porte ganha significado além da obra em si: ela se relaciona com fluxo, acesso e tempo de deslocamento no dia a dia.

Montauri soma um reconhecimento externo de grande repercussão, que reforça a imagem positiva construída no dia a dia do município. Em ranking publicado em 2025 pela Gazeta do Povo, a cidade aparece em 2º lugar entre as melhores cidades para viver no Brasil, com destaque para aspectos associados à segurança, saúde e tranquilidade. O resultado amplia a visibilidade de Montauri em nível nacional e confirma, para além da região, uma percepção já consolidada entre os moradores. Para um município com identidade local bem marcada, esse reconhecimento fortalece o orgulho interno, valoriza a vida comunitária e projeta o nome de Montauri de forma ainda mais positiva.

Mais do que um dado de ranking, esse resultado ganha peso porque dialoga diretamente com a experiência cotidiana de quem vive em Montauri. Quando um reconhecimento nacional aponta a cidade entre as melhores para viver, ele também amplia a força institucional do município, dá visibilidade ao trabalho desenvolvido pela gestão e reforça uma imagem pública associada a cuidado, presença e organização. Em um caderno voltado às lideranças municipais, esse tipo de destaque tem valor adicional: apresenta Montauri como referência positiva e coloca o município em evidência por atributos que se conectam à vida real da população.

No conjunto, Montauri mostra uma combinação própria, marcada por história, memória e traços comunitários muito presentes. Há trabalho, produção e diversidade econômica na vida local. Há também uma administração que atua de forma alinhada à cultura do município e próxima da comunidade, cuidando de pontos objetivos e mantendo a prefeitura em contato com a população. Sob a condução de Nelcir Stefenon, essa linha de proximidade ganha forma no presente e reforça o vínculo com aquilo que faz Montauri ser reconhecida por quem vive ali.

O resultado é uma cidade que preserva sua identidade e, ao mesmo tempo, se apresenta com segurança no contexto regional. Montauri passa a ser lembrada pela consistência com que combina pertencimento, trabalho e presença pública, com imagem positiva que se destaca na região. Em caderno especial da AMESNE, essa é a imagem que permanece ao fim da leitura: um município de base comunitária forte, com vida local bem cuidada e com nome que se afirma com naturalidade na região.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

MONTE BELO DO SUL

PLURALIDADE COM CRITÉRIO PARA TRANSFORMAR DEMANDA EM DECISÃO

ACERVO PESSOAL



JORGE BENVENUTTI
Prefeito de Monte Belo do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Como prefeito, lido todos os dias com um desafio que organiza a vida da cidade inteira: receber pedidos e transformar essa demanda em decisão de fato. Um cidadão chega ao balcão com uma reclamação; outro procura a ouvidoria; uma comunidade leva uma pauta a um conselho; uma área técnica registra um risco no funcionamento de um serviço; um servidor aponta um gargalo que volta a aparecer. Tudo isso chega como pedido. Nosso trabalho de governo é separar o pedido da necessidade mais urgente, entender o que se repete e o que precisa de solução de fundo. Sem esse filtro, a gestão corre o risco de virar uma sequência de respostas pontuais que consome tempo e enfraquece a capacidade de atender com justiça.

Na prática da gestão, ouvir com método significa manter canais que funcionem e registrar o que se repete. Isso passa por atendimento que acolhe e orienta, ouvidoria que responde e fecha retorno, reuniões de coordenação com registro do que foi decidido, visitas técnicas com relatório do que foi encontrado, conselhos com pauta e encaminhamentos, e agendas nos territórios que não fiquem limitadas ao centro. Cada um desses instrumentos tem função prática: captar sinais do dia a dia, deixar a informação mais clara para decidir e permitir escolha com critério. Quando o município fortalece rotina, registro e formalização — inclusive com instrumentos oficiais de publicação e acompanhamento — a decisão ganha consistência e continuidade.

Um governo plural aparece quando a pluralidade entra na hora de decidir, e não quando fica apenas no discurso. Pluralidade, no dia a dia, significa colocar vozes diferentes na mesa antes da escolha final: bairros com realidades distintas, setores econômicos com interesses diversos, conselhos de áreas específicas, lideranças comunitárias, equipes técnicas e controle interno. Isso não elimina divergências, porque interesses legítimos podem competir. Como gestor, meu dever é conduzir essa pluralidade com critério, para que a decisão tenha base clara, mostre qual resultado se espera no serviço e não repita sempre o mesmo caminho.

Atender com justiça exige aceitar escolhas difíceis e sustentá-las com critérios que possam ser explicados. A justiça começa quando se reconhece que pessoas e territórios partem de condições diferentes. Se situações diferentes recebem a mesma resposta, o efeito pode aumentar desigualdades. Por isso, a decisão precisa distinguir quem precisa mais agora, quem já é atendido com regularidade e onde há risco imediato. Essa distinção precisa se apoiar em critério administrativo, protocolo e leitura do impacto real na vida do cidadão, para que a resposta seja organizada e a justificativa seja clara.

Essa mesma lógica precisa aparecer na distribuição interna de atenção e recursos. Uma administração que quer ser justa organiza o planejamento para não colocar o que tem de melhor apenas onde já existe mais estrutura e mais visibilidade. Isso vale para manutenção, contratos de serviços continuados, fiscalização, atendimento, presença de equipes e cuidado com o que fica longe do olhar cotidiano da sede. O equilíbrio não se resolve com promessa genérica. Ele depende de rotinas de priorização e de acompanhamento do serviço, com correção de rota quando um território começa a acumular atrasos, quando um equipamento público perde capacidade de funcionar direito ou quando um fluxo de atendimento cria fila e empurra o problema para outra porta do poder público.

A pluralidade também precisa conversar com o ciclo formal da gestão. O orçamento é limitado, e o município não consegue executar tudo o que a população espera, porque parte das políticas depende de competências e de recursos divididos entre diferentes esferas. O governo local tem o dever de organizar os serviços e garantir o funcionamento regular do que é sua responsabilidade direta, mas também precisa buscar cooperação com Estado e União quando a solução depende de recursos, regras ou rede integrada. Esse trabalho não é discurso: passa por convênios, formalização e articulação. Em 2025, por exemplo, a gestão participou da assinatura de convênio com o Estado, via Seapi, com recursos do Plano Rio Grande/FUNRIGS destinados à recuperação de estradas vicinais danificadas pelas enchentes, um tipo de ação que mostra como critério e cooperação viram entrega concreta.

> “O equilíbrio não se resolve com promessa genérica. Ele depende de rotinas de priorização e de acompanhamento do serviço, com correção de rota quando um território começa a acumular atrasos, quando um equipamento público perde capacidade de funcionar direito ou quando um fluxo de atendimento cria fila e empurra o problema para outra porta do poder público”

O ponto decisivo, para mim, continua sendo a postura administrativa. Governo plural, no sentido pleno, pede critérios estáveis, diálogo com método e coerência entre o que se decide e o que se entrega. Na minha gestão, isso significa tratar anúncio, formalização, execução e entrega como etapas que precisam andar com registro, responsabilidade e transparência. Também significa respeitar regras de compras, contratos e fiscalização, porque são essas regras que protegem o interesse público e dão continuidade ao serviço. É assim que entendo justiça na administração pública: ouvir com método, decidir com base na necessidade, executar com regularidade e prestar contas de um jeito que as pessoas entendam.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

NOVA ARAÇÁ

HENRIQUE OCCHI PERETTI E OS OBSTÁCULOS VENCIDOS DO INÍCIO DE MANDATO

À frente do Executivo de Nova Araçá, Peretti organiza a gestão por convênios, emendas e parcerias locais, combinando rotina de gabinete, pactuações regionais em saúde e ações de vigilância em saúde para viabilizar entregas

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

À frente do Executivo de Nova Araçá, Henrique Occhi Peretti organiza o início do governo com convênios, emendas e parcerias locais, conciliando rotina de gabinete, acordos regionais na saúde e ações de vigilância para viabilizar entregas. Peretti assumiu a Prefeitura de Nova Araçá para o mandato 2025-2028 depois de vencer a eleição municipal de 2024. No início de mandato, a gestão depende de transformar pedidos do dia a dia em decisões e documentos que liberam a execução: convênios assinados, recursos destinados, parcerias definidas, prazos e responsabilidades registradas. É esse caminho formal que viabiliza a entrega, porque é nele que entram os recursos, as regras, o dever de comprovar gastos e o calendário de cada etapa.

Na organização da Prefeitura, o Gabinete do Prefeito dá suporte direto ao prefeito e reúne funções de coordenação da comunicação e da representação institucional do município. Na prática, a rotina alterna decisões internas com conversas e negociações fora da Prefeitura. Um pedido que chega por moradores ou por equipes das secretarias não se resolve apenas com boa vontade: para sair do papel, ele precisa se transformar em um processo com recurso garantido, responsabilidades definidas, dever de comprovar gastos e prazos. Com isso, a demanda avança com mais clareza, a execução ganha sequência e o município mantém definido quem responde por cada etapa.

O ponto mais visível desse início de mandato aparece na busca de recursos além do orçamento próprio. Em 3 de outubro de 2025, Peretti assinou, ao lado do vice-prefeito Jônatas Sotoriva, um convênio para a construção da ciclofaixa do município. O investimento total informado foi de R$ 764.364,65, com repasse estadual de R$ 500.000,00 e contrapartida municipal de R$ 264.364,65. Antes de qualquer obra, a assinatura é o ponto que define quem faz o quê e inicia as etapas seguintes: projeto, licitação e execução conforme as regras do convênio. Quando esse rito está bem amarrado, o efeito é concreto: a obra ganha sequência, com etapas claras e cobrança de resultados dentro do que foi pactuado.

Outro exemplo de entrega com apoio local ocorreu em 5 de setembro de 2025, na inauguração do letreiro na entrada da cidade, realizada em parceria com o Sicredi. É uma entrega de outra natureza em relação a uma obra viária, mas segue a mesma lógica: combinar o que cabe ao poder público e ao parceiro, formalizar responsabilidades e manter a instalação em condição de uso. Mesmo quando a intervenção é simples, o acerto de deveres favorece boa execução e continuidade — tanto para o município quanto para quem participou da parceria.

Na área da saúde, a rotina do prefeito inclui acordos regionais, porque parte das soluções depende do fluxo entre municípios. Em 26 de novembro de 2025, o Conselho Municipal de Saúde realizou audiência pública no Auditório Municipal para discutir a proposta de alteração do hospital de referência para atendimentos de Nova Araçá. A pauta envolve urgência, emergência e procedimentos eletivos de média complexidade, com decisões que precisam manter o fluxo de encaminhamentos e dar segurança de organização ao atendimento. Quando esse tipo de mudança é conduzido com critério, o resultado aparece no dia a dia: menos incerteza sobre para onde encaminhar, menos interrupção no caminho do paciente e mais clareza para as equipes.

No início de 2026, a Secretaria Municipal de Saúde recebeu um veículo zero quilômetro destinado ao transporte de pacientes, adquirido por meio de duas emendas parlamentares de autoria do deputado estadu-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



UM PRIMEIRO ANO DE MUITAS ENTREGAS
O ponto mais visível desse início de mandato aparece na busca de recursos além do orçamento próprio. O atual prefeito demonstra forte articulação institucional, visto o volume de recursos obtidos e a capacidade de viabilizar investimentos para o município

al Dr. Thiago Duarte. O benefício é direto para a população, e nasce de um percurso formal que inclui solicitação, destinação do recurso, compra pública e registro de regras de uso e controle do bem. A condução desse processo pela gestão permite que o equipamento chegue com regularidade administrativa e condições reais de funcionamento.

A vigilância em saúde traz outro retrato de como a gestão municipal trabalha com metas e indicadores. Em dezembro de 2025, Nova Araçá esteve entre os 88 municípios gaúchos reconhecidos por realizar 20 ou mais ações no programa Qualifica Vigilância RS. Para o prefeito, esse resultado depende de rotina administrativa e de execução diária: equipes organizadas, registros em dia, inspeções, imunização, controle de endemias e resposta a riscos sanitários, tudo dentro de metas e prazos definidos. Quando isso se mantém, o efeito aparece na redução de atrasos, em respostas mais rápidas e em serviços com maior regularidade.

> Um pedido que chega por moradores ou por equipes das secretarias não se resolve apenas com boa vontade: para sair do papel, ele precisa se transformar em um processo com recurso garantido [...]

O começo de mandato também se apoia em instituições locais que ajudam a manter coesão comunitária e um canal contínuo de demandas. Em janeiro de 2026, Peretti recebeu no gabinete as Irmãs do Colégio Mater Amabilis e relacionou o encontro aos 75 anos da chegada das primeiras religiosas ao município, um marco educacional que atravessa gerações. Esse tipo de agenda reforça vínculos locais e dá contexto a decisões que, no dia a dia, precisam equilibrar prioridades, pedidos e capacidade real de execução.

Juntos, esses fatos mostram o início de governo em Nova Araçá pelo que acontece quando os trâmites andam: convênio que inicia obra, parceria que viabiliza uma entrega urbana, acordo que redefine referência de atendimento, emenda que se transforma em equipamento público, programa estadual que reconhece desempenho em ações de vigilância. Na gestão municipal, organização e regularidade são condição de entrega. Quando isso funciona, o resultado aparece em serviços com continuidade e em obras que avançam dentro das regras. ■

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

NOVA BASSANO

PROGRESSO COM TRABALHO, PRESENÇA E CUIDADO COM AS PESSOAS

ACERVO PESSOAL



JOÃO PAULO MAROSO
Prefeito de Nova Bassano

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Quando o progresso passa a ser critério de gestão, a cidade ganha ritmo, continuidade e confiança, mantém o que funciona com consistência e organiza investimentos com transparência, com resultados que aparecem no dia a dia da população.

Progresso, na administração municipal, faz diferença quando deixa de ser só palavra e passa a ser um critério de gestão. Em Nova Bassano, o sentido mais sólido de progresso aparece quando a prefeitura decide com clareza o que entra na agenda, escolhe prioridades pelo efeito no dia a dia e mantém o trabalho com continuidade e atenção permanente. O cidadão percebe isso em resultados que se repetem: atendimento organizado e resposta no tempo certo, rua com manutenção em dia e serviço público que funciona com regularidade.

Esse critério começa pelo básico, que ganha força quando a gestão mantém foco e método no dia a dia. Progresso se mede pela capacidade de organizar o município com clareza e continuidade. A gestão precisa deixar por escrito o que é prioridade, ligar cada decisão a uma entrega possível, aperfeiçoar continuamente o que pode avançar e preservar o que gera confiança. Quando essa disciplina vira rotina, a prefeitura encurta o caminho entre decidir e entregar e passa a tratar cada gasto como compromisso de entregar algo claro, com finalidade definida e boa aplicação dos recursos públicos.

Há um segundo ponto, menos visível, que define o rumo de uma cidade: continuidade. Progresso exige constância administrativa, com planejamento compatível com o orçamento e com escolhas que atravessam o calendário político com responsabilidade. Obras, serviços e políticas públicas se sustentam quando a prefeitura acompanha de perto, organiza compras, segue as etapas exigidas e trata manutenção como parte do compromisso. A administração municipal lida com procedimentos, contratos e controles que pedem organização e clareza na execução. O efeito prático dessa sequência é simples: a entrega acontece com mais método, o serviço se mantém estável e o cidadão encontra uma prefeitura presente e organizada.

O município avança com trabalho próprio e boa articulação institucional, e isso reforça a gestão. A prefeitura tem atribuições diretas, como organizar serviços locais, manter a infraestrutura urbana, cuidar de parte relevante da atenção à saúde com a rede municipal, garantir o acesso à educação básica dentro das responsabilidades legais e administrar políticas de assistência social em articulação com as redes públicas. Ao mesmo tempo, parte do progresso percebido pela população depende da coordenação com o Estado e a União, por meio de repasses, convênios, cooperação técnica e programas com regras próprias. A boa gestão aparece quando essa relação é conduzida com cuidado: projeto bem apresentado, documentação correta, plano de trabalho consistente e capacidade de executar com organização e responsabilidade.

Nesse ponto, progresso também se relaciona a um traço de identidade local: o modo de trabalhar e cooperar. Nova Bassano ganha ainda mais consistência quando a prefeitura organiza o serviço público, mantém diálogo institucional com entidades, apoia iniciativas econômicas dentro das regras e cuida do espaço comum com regularidade. O resultado aparece em uma administração presente, organizada e conectada com as necessidades da população.

Chamar isso de progresso tem consequência prática: muda a forma de avaliar governo e amplia o reconhecimento sobre o que a gestão entrega no dia a dia. A atenção deixa de ficar presa apenas à novidade e passa a valorizar a qualidade do serviço, a entrega contínua, a manutenção do que foi feito e a clareza do que está em execução. resultado é uma administração organizada, presente e confiável, com prioridades claras e com serviços que funcionam com regularidade para a população.

“O município avança com trabalho próprio e boa articulação institucional, e isso qualifica a gestão. Parte importante do progresso percebido pela população também passa pela coordenação com o Estado e a União, com repasses, convênios, cooperação técnica e programas com regras próprias”

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

NOVA PÁDUA

NOVA PÁDUA UNIFICA INCENTIVOS E QUALIFICA O APOIO A QUEM PRODUZ

A gestão municipal dá unidade aos incentivos e reforça uma forma de atendimento mais clara, organizada e alinhada às demandas de quem movimenta a economia local

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Ao transformar em lei um programa municipal único de subsídios e incentivos, Nova Pádua reúne em um mesmo texto apoios que atendem diferentes frentes da atividade produtiva local. A medida tem impacto prático importante para quem procura o Município para viabilizar etapas relevantes no campo, em obras de apoio e também em atividades urbanas ligadas a serviços e pequenos negócios.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, a Lei nº 1.507/2025 reúne incentivos voltados à agricultura, avicultura, indústria, comércio, serviços e turismo. Com a consolidação em lei, os apoios passam a estar organizados em um só programa, com orientação mais clara sobre o andamento do pedido, as condições de atendimento e o encaminhamento da solicitação dentro da Prefeitura.

A proposta saiu do Executivo. Como prefeito, Itamar Bernardi encaminhou o tema à Câmara por meio do Projeto de Lei nº 049/2025, que tramitou no Legislativo municipal e foi aprovado por unanimidade. O resultado reforça a entrada da medida em 2026 com respaldo institucional e evidencia a convergência entre Executivo e Legislativo em torno de um programa estruturado para atender diferentes setores do município.

Um dos pontos centrais da lei está na organização da entrada dos pedidos de apoio. Para quem precisa de horas-máquina, serviços de base, melhorias em estruturas ou incentivos ligados à atividade produtiva, o ganho está em mais clareza no atendimento: saber o que pode solicitar, quais documentos são exigidos e qual é a sequência do processo. Com essa referência em lei, o encaminhamento passa a contar com orientação mais uniforme dentro da Prefeitura.

No eixo rural, a organização do programa se destaca em áreas de demanda constante. A lei reúne subsídios ligados a serviços e insumos que interferem diretamente na preparação e na manutenção de áreas produtivas, como reforma e renovação de culturas, correção de solo e apoio de infraestrutura. Em termos práticos, com as modalidades reunidas e descritas, o produtor consegue entender com antecedência o que se enquadra e o que precisa comprovar para encaminhar a solicitação com mais segurança.

A avicultura ganhou um capítulo próprio com a incorporação do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Avícola (PIDA) dentro do programa consolidado. Para um setor em que implantação e reforma de instalações costumam exigir intervenções de base, materiais e logística, o efeito prático é ampliar a uniformidade de critérios no atendimento aos pedidos. Com a regra escrita no mesmo marco que atende outras frentes, quem planeja ampliar ou reestruturar consegue visualizar melhor quais apoios existem e quais etapas o Município considera atendíveis.

O programa também alcança demandas ligadas a obras e serviços, incluindo apoio a terraplanagem em construções e ampliações de empreendimentos, conforme critérios municipais. Aqui, a diferença está no processo: transformar a solicitação em um pedido com regra conhecida e roteiro definido. Para quem está do lado de fora, isso contribui para um planejamento mais seguro da execução e oferece orientação mais clara sobre etapas, critérios e encaminhamentos antes da contratação de fornecedores e da organização de cronogramas.

No turismo, a lei aponta incentivos direcionados a empreendimentos e estruturas de acolhimento, com condições que variam conforme a natureza da atividade e a finalidade do investimento. Mesmo sendo uma área com necessidades diferentes das do campo, a lógica é a mesma: colocar o apoio dentro de um programa único, com regra escrita e procedimento conhecido, para que o incentivo siga critérios definidos e consistentes em situações equivalentes.

Ao falar sobre o alcance do conjunto, Itamar Bernardi afirmou: “Acredito

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



INCENTIVOS EM LEI ÚNICA
Com a Lei nº 1.507/2025, Nova Pádua unificou incentivos e subsídios em um programa municipal único, com orientação mais clara, critérios definidos e atendimento mais organizado para os setores produtivos do município. Na foto, prefeito Itamar Bernardi.

que este seja o maior programa de subsídios da história de Nova Pádua. É uma lei bastante ampla, que envolve os setores de agricultura, indústria, comércio, serviços e turismo". A declaração do prefeito reforça o alcance da iniciativa e destaca o esforço de reunir, em um só lugar, apoios que atendem diferentes demandas do município, com uma referência comum para o encaminhamento dos pedidos.

Com a entrada em vigor em 2026, a Lei nº 1.507/2025 passa a ser o guia do pedido: orienta onde buscar informação, como formalizar a solicitação e por quais vias internas ela deve seguir nas áreas responsáveis. A nova lei consolida uma referência de atendimento para o Município e organiza, em um mesmo programa, critérios e procedimentos para os pedidos vinculados aos setores contemplados. ■

CONHEÇA A AMESNE
IBSAÚDE
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV

NOVA PRATA

BETO CARNEVALLI E A CONDUÇÃO DO EXECUTIVO DE NOVA PRATA

À frente da Prefeitura de Nova Prata, Beto Carnevalli conduz o Executivo com comando administrativo, definição de responsabilidades e organização dos serviços públicos

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Umberto Luiz Carnevalli, conhecido publicamente como Beto Carnevalli, está à frente do Executivo de Nova Prata com uma base de gestão bem definida: a estrutura oficial do governo, com gabinete, secretarias, responsáveis e canais de contato. É esse desenho que mostra por onde as decisões entram, quem conduz cada etapa e como o serviço público chega até a população. O cargo reúne coordenação, assinatura e direção administrativa, e o dia a dia do governo avança a partir dessas rotinas e desses caminhos formais.

A eleição municipal de 2024, em Nova Prata, registrou a vitória de Carnevalli no primeiro turno, com 9.391 votos. O segundo colocado, Volnei Minozzo, somou 5.397. Houve 415 votos em branco e 449 nulos. O município tinha 18.792 eleitores aptos; o comparecimento foi de 15.652 (83,29%), com 3.140 abstenções (16,71%). Esses números dão o retrato do resultado e da participação e ajudam a contextualizar o início do mandato, marcado pela organização da administração em funcionamento contínuo, com responsabilidades definidas e portas de entrada claras para as demandas que chegam todos os dias.

Na composição do Executivo municipal, Carnevalli atua ao lado do vice-prefeito Altir José Ferro. No gabinete, a chefia é exercida por Lucio Flavio Alves Albuquerque. A sede administrativa vinculada ao gabinete fica na Avenida Fernando Luzzatto, 158, no Centro, com e-mail institucional e telefone definidos para contato com a população e com a própria administração. Essa área, que às vezes é tratada apenas como "política", na prática recebe, organiza e encaminha solicitações: a demanda chega, é compreendida, ganha direcionamento e segue para quem tem competência técnica e legal para dar andamento, com fluxo definido e encaminhamento objetivo.

A condução do Executivo, nesse formato, aparece em rotinas concretas. O gabinete coordena agenda, despachos, reuniões, respostas formais e o caminho dos documentos que pedem decisão do prefeito. O que não se resolve ali segue para as secretarias, que são as áreas de execução, cada uma com atribuições definidas, responsáveis nomeados e canais próprios. Com isso, a administração atua com organização e clareza de fluxo: quem procura um serviço encontra onde entrar, e quem precisa acompanhar uma demanda consegue identificar com mais clareza quem responde por cada parte do trabalho.

Na estrutura administrativa do governo municipal, a Secretaria Municipal de Administração tem como responsável Paulo Ricardo Bristot Sobrinho. Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente está sob Marcos Polesello. Assistência Social e Habitação tem Greice Graff como responsável. Educação é conduzida por Andréia Guadagnin. Finanças e Desenvolvimento Econômico tem Ânderson Bolzan. Obras e Saneamento está com Gilmar Luiz Lovizon. Saúde tem Rosane Costenaro Sostisso. Turismo, Cultura, Esporte e Lazer está com Paulo Ricardo Bristot Sobrinho. Urbanismo e Mobilidade Urbana tem Evandro Frigo. Controle Interno é exercido por Diego Pessin. A assessoria jurídica é atribuída a Glaziela Casanova Gasparetto. Essa composição expressa a organização administrativa do governo e marca, de forma objetiva, quem responde por cada área e onde a demanda deve ser tratada.

É nesse ponto que o trabalho do prefeito passa a aparecer como método, ainda que o cidadão nem sempre veja o caminho inteiro. Quando uma solicitação envolve documentação, despesa, prazo e equipe, ela costuma passar por mais de uma etapa: entrada no gabinete, encaminhamento à secretaria competente, análise técnica, avaliação jurídica quando necessário, checagem orçamentária quando houver gasto e, por fim, formalização por meio de atos e procedimentos. Esse fluxo contribui para dar consistência aos encaminhamentos, segurança administrativa e melhor andamento às demandas.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



NOVA PRATA EM EVIDÊNCIA
Com serviços organizados e canais oficiais de atendimento, Nova Prata mantém a administração próxima da população e com rotinas claras para encaminhar demandas do dia a dia. Na foto, o prefeito Umberto Luiz Carnevalli, em Brasília, sendo recebido pela deputada Franciane Bayer

A formalidade do cargo também traz responsabilidades claras. As secretarias executam, mas o prefeito responde pelo conjunto: define direção, ajusta prioridades, acompanha o andamento e assina atos que dão validade ao que está sendo encaminhado. A assinatura do chefe do Executivo aparece em rotinas públicas, como expedientes e comunicações oficiais que exigem identificação do prefeito municipal. Isso faz parte do funcionamento regular de uma administração que registra decisões, mantém a publicidade dos atos e permite que o cidadão acompanhe o que está sendo feito.

Ao mesmo tempo, o organograma é uma ferramenta de acesso e de orientação ao cidadão, sem depender de intermediários. Quando cada pasta tem endereço, e-mail e telefone, o cidadão sai do caminho por tentativa e passa a usar a via institucional: o pedido entra onde deve entrar, e o acompanhamento se orienta por responsabilidade. Isso reduz confusão interna, encurta o caminho do pedido e ajuda a organizar o que é decisão do Executivo e o que é execução técnica das secretarias, em conformidade com a legislação vigente.

No início do mandato, o núcleo do perfil de Carnevalli, no que é verificável, está nessa condução do Executivo por meio de uma estrutura nominada e funcional: gabinete, secretarias, controle interno e assessoria jurídica formando o circuito que sustenta decisões e serviços. A administração municipal se destaca pela forma como organiza pessoas, competências e canais oficiais, porque é por esses caminhos que o município, de fato, se movimenta ao longo do ciclo administrativo.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

NOVA ROMA DO SUL

NOVA ROMA DO SUL AVANÇA EM INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Ponte com contrato assinado, rua estratégica pavimentada e reforço de máquinas apontam para a mesma direção em Nova Roma do Sul: qualificar a circulação e manter o ritmo de manutenção que sustenta a rotina da cidade

Jennifer Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Em 13 de janeiro de 2026, Nova Roma do Sul assinou o contrato para construir a ponte que fará a ligação com Nova Pádua. A disputa reuniu 10 empresas e terminou com economia superior a R$ 3,6 milhões, um resultado que combina competitividade na contratação e ganho concreto para o município. Quando uma obra desse porte deixa de ser plano e entra na fase de execução, com contrato assinado, o município passa a viver a organização das etapas, a mobilização do canteiro e o avanço concreto da entrega, com a obra acontecendo à vista de todos.

A ponte entra nessa agenda por um motivo simples. Em municípios com forte integração regional, a ligação intermunicipal não é detalhe: é caminho de trabalho, de acesso a serviços, de transporte de produção e de deslocamentos que se repetem toda semana. Quando uma conexão regional melhora, o resultado não fica só no tráfego. Isso costuma encurtar trajetos, distribuir melhor os fluxos e dar mais fluidez às rotas da região, especialmente nos períodos de maior movimento.

A mesma lógica aparece dentro da cidade. Em 19 de dezembro de 2025, a Prefeitura concluiu a pavimentação asfáltica da Rua Presidente Vargas, com investimento de R$ 1,18 milhão. A escolha do local ajuda a entender a prioridade: rua pavimentada significa mais regularidade em diferentes condições climáticas, mais conforto na circulação e mais previsibilidade para deslocamentos curtos, inclusive os deslocamentos do serviço público. No fim, é uma melhoria que fortalece rotinas essenciais do município, como ida de equipes a atendimentos, agilidade nos serviços e circulação ligada a serviços essenciais.

O ponto em comum entre ponte e pavimentação é a mobilidade, e o terceiro ponto mostra como a Prefeitura estrutura essa linha ao longo do tempo. Em outubro de 2025, foi formalizada a compra de uma escavadeira hidráulica CASE CX220C S2 por R$ 769.900, com recursos próprios. Esse tipo de aquisição pode parecer só item de frota, mas a diferença aparece quando chega a hora de fazer: a máquina amplia a capacidade de abrir e manter vias, atuar em pontos de drenagem, preparar base para serviços e dar mais agilidade às frentes de trabalho tanto no interior quanto no perímetro urbano.

As três ações fazem mais sentido juntas quando se olha para o intervalo entre elas. A pavimentação concluída no fim de 2025 melhora o fluxo interno e qualifica a rotina de circulação. A assinatura do contrato da ponte, já em janeiro de 2026, coloca no horizonte uma ligação regional que pode reorganizar deslocamentos e a relação prática entre municípios vizinhos. E a escavadeira, comprada antes, entra como apoio para o que vem depois, porque infraestrutura não se mantém só com obra entregue: ela exige continuidade de manutenção, acompanhamento técnico e capacidade de atender às frentes de serviço que surgem ao longo do percurso.

Quando uma conexão regional melhora, o resultado não fica só no tráfego. Isso costuma encurtar trajetos, distribuir melhor os fluxos e dar mais fluidez às rotas da região, especialmente nos períodos de maior movimento

Esse movimento tem o Executivo municipal como condutor. O prefeito Roberto Panazzolo conduz o ciclo 2025–2028, com o vice-prefeito Rogério Klin, e a agenda de infraestrutura aparece como uma escolha de gestão que mexe diretamente com a forma como a cidade acompanha o crescimento e mantém a circulação como eixo de eficiência e integração. A ponte aponta para a integração e deslocamento mais eficiente entre municípios. A pavimentação traz melhora imediata onde as pessoas circulam e vivem. O reforço de

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



PARA COMEMORAR
Foco na infraestrutura: Prefeito avança em entregas e conquistas importantes para a comunidade

máquinas dá condições para que as ações contem não apenas com contratos e empresas terceirizadas, mas também com capacidade de atuação municipal com agilidade e presença no território.

Nos próximos meses, os resultados dessa escolha vão ficar visíveis em dois pontos bem concretos. O primeiro é a obra da ponte, porque ela concentra expectativa regional e avança com execução organizada, com etapas claras e avanço contínuo. O segundo é a capacidade de manter ritmo de melhorias e manutenção, articulando obras planejadas com as demandas naturais da gestão urbana e rural ao longo do ano. Em infraestrutura, a confiança do público se consolida quando entrega e continuidade andam juntas, e Nova Roma do Sul decidiu colocar essa combinação no centro da sua agenda recente.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV

PARAÍ

TRABALHANDO COM SERIEDADE E COMPROMISSO COM A GESTÃO PÚBLICA

Em dezembro, Paraí recebeu certificação estadual no Qualifica Vigilância RS. O reconhecimento destaca a qualidade do trabalho realizado pela Vigilância em Saúde no município, com rotinas que sustentam resposta rápida e organizada aos riscos sanitários

Gabriela Nunes
Foto: Acervo Pessoal

No início de dezembro de 2025, Paraí recebeu um reconhecimento de destaque por um trabalho essencial da Vigilância em Saúde. Em cerimônia no Auditório Fernando Ferrari, em Porto Alegre, o município recebeu o Certificado de Reconhecimento do Qualifica Vigilância RS, programa estadual que valoriza rotina, organização e preparo para situações sanitárias que exigem resposta rápida. Ao lado do prefeito Gilberto Zanotto, a secretária municipal de Saúde e Assistência Social, Adriana Piaseski, participou do ato com a equipe que sustenta a resposta no dia a dia.

O Qualifica oferece um critério claro para acompanhar a execução da Vigilância em Saúde. O programa estimula a administração a manter rotina, comprovar a execução com registros e dar sustentação documental ao trabalho realizado

O que está em jogo vai além de uma placa. A Vigilância em Saúde é uma frente essencial do sistema, voltada a identificar riscos, organizar fluxos, acompanhar agravos, acionar respostas, orientar providências, registrar cada etapa e manter o padrão de trabalho com regularidade. Em municípios como Paraí, a resposta rápida e eficiente passa por rotina, coordenação e pela capacidade de comprovar, com registro, o trabalho realizado.

Aqui, a atuação de Adriana Piaseski aparece como ponte entre a gestão e a rotina da equipe. A certificação reforça uma vigilância baseada em método contínuo, com responsabilidades claras, registros consistentes e agenda de trabalho organizada. Quando esse padrão se consolida, o trabalho ganha previsibilidade: a equipe sabe o que precisa ser feito, a gestão consegue acompanhar, e o município atua com segurança e prontidão quando surge uma situação de risco.

No ciclo apresentado como referência, Paraí alcançou 23 ações e recebeu o certificado entregue pela secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann. A comitiva incluiu, além de Adriana Piaseski, a enfermeira da Vigilância Epidemiológica, Greice Perosa Bogo, e o fiscal sanitário Oberdan Camatti, evidenciando o trabalho articulado entre vigilância epidemiológica e vigilância sanitária para manter uma resposta organizada e consistente no município.

O Qualifica oferece um critério claro para acompanhar a execução da Vigilância em Saúde. O programa estimula a administração a manter rotina, comprovar a execução com registros e dar sustentação documental ao trabalho realizado. Com isso, o município amplia sua capacidade de resposta, fortalece protocolos, qualifica o acompanhamento das situações sanitárias e passa a trabalhar com informações mais precisas para orientar decisões no tempo certo.

Em cerimônia no Auditório Fernando Ferrari, em Porto Alegre, o município recebeu o Certificado de Reconhecimento do Qualifica Vigilância RS, programa estadual que valoriza rotina, organização e preparo para situações sanitárias que exigem resposta rápida

O reconhecimento de Paraí também ganha relevância no contexto regional. Na mesma divulgação municipal, aparecem outros municípios certificados dentro da 5ª Coordenadoria Regional de Saúde, o que reforça a con-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



AUTONOMIA
Na gestão do prefeito Gilberto Zanotto, a confiança no secretariado e a autonomia com responsabilidade fortalecem o trabalho das equipes e contribuem para resultados reconhecidos

sistência do critério adotado e valoriza ainda mais o desempenho de equipes que mantêm rotina e organização no trabalho. Para a gestão, isso tem efeito direto: ajuda a organizar prioridades, qualifica os registros do que foi executado e fortalece a continuidade das ações ao longo do tempo.

Ao comentar o resultado, Adriana vinculou o certificado ao compromisso da gestão e da equipe com a qualificação contínua da Vigilância em Saúde, conectando o tema ao que importa fora do setor: proteção e segurança da população. Mais do que o evento, o reconhecimento reforça um trabalho de rotina no cotidiano. A certificação ganha valor quando se traduz em hábito: manter padrão, cumprir as metas do programa e sustentar a disciplina de registrar e comprovar, ciclo após ciclo, para que a resposta municipal a riscos sanitários siga organizada, estável e confiável.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

PINTO BANDEIRA

PINTO BANDEIRA: 30 ANOS DE HISTÓRIA E ORGULHO

Entre a memória da colonização italiana e os 30 anos de emancipação, a cidade celebra sua trajetória, valoriza suas raízes e reafirma a força de sua identidade na Serra Gaúcha

Gabriela Nunes
Foto: PMPB



Pinto Bandeira se aproxima de um ciclo de celebrações que coloca a história no centro da vida pública. Ao mesmo tempo, a cidade volta os olhos para a chegada dos primeiros núcleos de colonização ligados à imigração italiana e para a lei que, décadas depois, criou o município — marcos que ajudam a contar uma trajetória de identidade, pertencimento e continuidade comunitária.

Comemorações tendem a reunir organização, cerimônias, encontros e atividades que mobilizam diferentes áreas da cidade, como educação, cultura, turismo, igrejas, associações e o cotidiano das famílias

O que está em destaque vai além da lembrança. Quando datas se transformam em agenda, a cidade ganha uma referência comum, organiza celebrações cívicas e fortalece o sentimento de pertencimento. Em Pinto Bandeira, isso aparece de forma concreta: escolas, entidades, poder público e famílias compartilham uma narrativa comum sobre a própria história, reconhecendo com ainda mais clareza suas origens e o valor do município.

A força simbólica dessas comemorações parte de um dado marcante: o povoamento associado à colonização italiana é situado em 1876. Esse marco atravessa a memória local e ajuda a entender por que Pinto Bandeira se liga tão diretamente à vida rural, aos vínculos comunitários e a um modo de organização em que trabalho, fé e vizinhança caminham juntos no cotidiano.

O outro eixo é institucional e vem da lei estadual que criou o município, marco que funciona como uma data de nascimento político-administrativa. A partir dali, Pinto Bandeira consolida sua vida pública com estrutura própria, organização administrativa e responsabilidades assumidas localmente, fortalecendo sua presença institucional e sua capacidade de conduzir a rotina municipal.

Em Pinto Bandeira, a autonomia municipal se consolidou como parte central da identidade local. Ao longo do tempo, a comunidade manteve viva essa referência com forte participação coletiva e valorização de sua história. Isso ajuda a explicar por que os aniversários carregam um sentido tão presente de continuidade: celebrar também fortalece, no dia a dia, a identidade municipal e reafirma o lugar de Pinto Bandeira com clareza e reconhecimento.

Esse contexto também conversa com a imagem que a cidade projeta para fora. No imaginário brasileiro, a Serra Gaúcha reúne paisagem, economia, turismo e cultura. Em Pinto Bandeira, a vitivinicultura, a produção de frutas e as experiên-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Pinto Bandeira, 30 anos de história, identidade e orgulho da comunidade

cias de visitação se somam à narrativa de origem e funcionam como vitrine quando o calendário público se volta para a memória, atraindo atenção e movimento para além das fronteiras locais.

É nesse ponto que as datas passam a organizar uma agenda viva de celebrações. Comemorações tendem a reunir organização, cerimônias, encontros e atividades que mobilizam diferentes áreas da cidade, como educação, cultura, turismo, igrejas, associações e o cotidiano das famílias. Quando isso acontece de forma bem conduzida, o resultado vai além de um evento isolado e se transforma em um período em que Pinto Bandeira se apresenta com unidade, participação e identidade bem afirmada.

No fim, a importância desse ciclo está em como ele valoriza o presente e projeta a cidade com consistência. Ao revisitar origem e emancipação, Pinto Bandeira aproxima memória e vida pública, reafirma o pertencimento da comunidade e fortalece uma identidade municipal que se mantém viva no calendário, nas instituições e no cotidiano.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

PROTÁSIO ALVES

PROTÁSIO ALVES AVANÇA COM OBRAS, SERVIÇOS E APOIO À PRODUÇÃO

Em Protásio Alves, a gestão de Itamar Antônio Girardi conduz prioridades que reúnem ligação regional, atendimento à população e apoio à produção, com impacto direto no dia a dia do município

Gabriela Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Em 2026, a gestão de Protásio Alves consolidou como prioridade o projeto de uma ponte com ligação direta a Antônio Prado. O tema ganhou encaminhamento institucional com estudos e alternativas técnicas em análise no governo local, reunindo obra, acesso e mobilidade regional em uma pauta com impacto no deslocamento cotidiano por trabalho, serviços e circulação entre municípios.

> De um lado, uma obra com potencial de ampliar conexões estratégicas; de outro, ações voltadas à continuidade da saúde; e, como base econômica, medidas de incentivo ao campo

Na prática, essa ligação tem efeito direto na rotina da população. Uma conexão segura e bem planejada pode melhorar tempo de viagem, rota de escoamento, acesso a serviços e a forma como Protásio Alves se conecta com a região. Quando esse traçado também dialoga com pontos de visitação e com iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional, a ponte se afirma como uma decisão de longo alcance, com reflexos na circulação, na atividade econômica e na integração entre municípios.

Itamar Antônio Girardi, prefeito de Protásio Alves, tem conduzido essa prioridade com foco e continuidade administrativa, mantendo a atenção sobre projetos estruturantes ao mesmo tempo em que acompanha o funcionamento dos serviços municipais. Esse alinhamento de gestão ajuda a dar ritmo às pautas estratégicas e estabilidade ao trabalho da prefeitura.

O projeto da ponte exige articulação técnica e institucional, com diálogo entre a prefeitura e os demais atores envolvidos. Em janeiro de 2026, uma reunião ligada à PCH Primavera reuniu estudos do projeto, a ligação entre Protásio Alves e Antônio Prado e a possibilidade de conexão com outros pontos de visitação da região. Esse tipo de encaminhamento qualifica a tomada de decisão, permitindo avaliar traçado, benefícios práticos e cuidados necessários no percurso.

Ao lado das pautas de infraestrutura, a saúde também aparece como prioridade de gestão em Protásio Alves. Em dezembro de 2025, a prefeitura divulgou vaga para médico, em uma iniciativa voltada a reforçar a equipe e manter a regularidade do atendimento à população. A medida mostra atenção prática à continuidade dos serviços, com foco na presença de profissionais e no funcionamento da rede municipal.

Outro eixo importante da gestão é o apoio direto ao campo, com reflexo na economia local e na rotina produtiva do município. Em fevereiro de 2026, uma lei municipal autorizou incentivo financeiro a um grupo de produtores rurais para viabilizar a compra de equipamento agrícola. A medida contribui para melhorar o ritmo de trabalho, apoiar períodos de plantio e colheita e qualificar serviços compartilhados, com efeitos também na circulação de mercadorias e insumos.

> Quando esse traçado também dialoga com pontos de visitação e com iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional, a ponte se afirma como uma decisão de longo alcance, com reflexos na circulação, na atividade econômica e na integração entre municípios

Esses movimentos ajudam a retratar um período de gestão marcado por prioridades bem definidas em Protásio Alves: ligação regional, atenção aos serviços e apoio à produção. De um lado, uma obra com potencial de ampliar conexões estratégicas; de outro, ações voltadas à continuidade da

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Itamar Antônio Girardi conduz em Protásio Alves uma gestão marcada por prioridades claras, atenção aos serviços e foco em obras e iniciativas que reforçam a conexão regional e a vida cotidiana do município

saúde; e, como base econômica, medidas de incentivo ao campo. O traço mais evidente é a condução simultânea de frentes estruturantes e demandas cotidianas, com foco em desenvolvimento e atendimento à população.

Há também uma frente de organização institucional que influencia decisões de médio prazo: em junho de 2025, um decreto nomeou integrantes do conselho municipal de acompanhamento do plano diretor e da cidade. No efeito prático, esse tipo de instância contribui para discutir regras de ocupação, orientar o crescimento e dar mais clareza aos encaminhamentos urbanísticos, favorecendo planejamento e segurança nas decisões futuras.

No lado mais visível do convívio urbano, o fim de 2025 trouxe uma ação valorizada pela população: a compra de elementos decorativos natalinos para ornamentar parques, praças, prédios públicos e vias próximas. A iniciativa reforça a presença da gestão nos espaços públicos e contribui para um ambiente urbano de cuidado e acolhimento, especialmente em um período de forte significado comunitário.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

SANTA TEREZA

GISELE CAUMO: LIDERANÇA QUE ULTRAPASSA FRONTEIRAS

Da reconstrução de Santa Tereza à articulação regional, a prefeita consolida um protagonismo que conecta Serra Gaúcha e Vale do Taquari

Patrícia Cruz
Foto: Acervo Pessoal

Em um município que é geograficamente divisor entre duas das mais importantes regiões econômicas do Rio Grande do Sul — Serra Gaúcha e Vale do Taquari —, a liderança exige mais do que gestão administrativa. Exige visão regional, capacidade de articulação e, sobretudo, compromisso genuíno com as pessoas. É nesse cenário que a prefeita Gisele Caumo vem consolidando seu nome como uma das principais lideranças municipais do interior gaúcho.

Entre as bandeiras que assumiu com firmeza está a discussão sobre a malha ferroviária. Em um momento decisivo para o futuro logístico do Estado, foi a primeira liderança a se manifestar publicamente sobre a importância estratégica da ferrovia para o desenvolvimento econômico

À frente de Santa Tereza, Gisele não limitou sua atuação ao território do município. Como presidente do Consórcio Intermunicipal da Serra Gaúcha (CISGA), liderou pautas estruturantes que impactam diretamente a vida da população regional, fortalecendo a cooperação entre municípios e ampliando o diálogo com o Governo do Estado e com a União.

Entre as bandeiras que assumiu com firmeza está a discussão sobre a malha ferroviária. Em um momento decisivo para o futuro logístico do Estado, foi a primeira liderança a se manifestar publicamente sobre a importância estratégica da ferrovia para o desenvolvimento econômico, defendendo investimentos que garantam competitividade e integração regional. A pauta extrapola infraestrutura: trata-se de geração de oportunidades, escoamento da produção e fortalecimento da economia.

A atuação na captação de recursos também evidencia sua capacidade de articulação. Seja por meio de emendas parlamentares, convênios estaduais ou programas federais, Santa Tereza ampliou investimentos em infraestrutura, agricultura, saúde, educação, patrimônio histórico e reconstrução. Essa habilidade de diálogo institucional tem garantido que um município de pequeno porte alcance resultados expressivos.

O maior teste de liderança, no entanto, veio com as catástrofes climáticas que atingiram o Estado. Santa Tereza enfrentou momentos críticos, com danos significativos à infraestrutura e à vida das famílias. A resposta foi rápida, organizada e baseada em presença constante. A reconstrução do município tornou-se símbolo de resiliência, mas também de gestão estratégica, com busca ativa por recursos, articulação regional e planejamento de longo prazo.

À frente de Santa Tereza, Gisele Caumo não limitou sua atuação ao território do município. Como presidente do CISGA, liderou pautas estruturantes, fortalecendo a cooperação entre municípios e ampliando o diálogo com o Governo do Estado e com a União

Ao mesmo tempo, Gisele mantém forte presença nas pautas que envolvem não apenas a Serra Gaúcha, mas também o Vale do Taquari. Essa posição geográfica singular de Santa Tereza transformou-se em ponte institucional. A prefeita atua como elo entre as regiões, defendendo interesses comuns e reforçando a importância da integração econômica.

Por trás da gestora técnica e articuladora regional, há também uma característica que frequentemente é mencionada por quem acompanha sua trajetória: o

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



AMOR INCONDICIONAL

Por trás da gestora técnica e articuladora regional, há também uma característica que frequentemente é mencionada por quem acompanha sua trajetória: o amor incondicional por Santa Tereza. Um vínculo que ultrapassa o mandato e se manifesta na defesa constante do município, na valorização do empreendedorismo local e na busca por oportunidades que projetem o município para além de suas fronteiras

amor incondicional por Santa Tereza. Um vínculo que ultrapassa o mandato e se manifesta na defesa constante do município, na valorização do empreendedorismo local e na busca por oportunidades que projetem o município para além de suas fronteiras.

Essa combinação de sensibilidade comunitária com visão estratégica regional tem despertado atenção. Em um cenário político que exige renovação, capacidade de diálogo e liderança consolidada, o protagonismo de Gisele Caumo já não passa despercebido.

O futuro ainda está sendo escrito. Mas, se depender da trajetória construída até aqui, é certo que os próximos capítulos continuarão sendo acompanhados de perto — não apenas por Santa Tereza, mas por toda a região.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

SÃO JORGE

MAPA DO TURISMO E ORGANIZAÇÃO QUE VALORIZA SÃO JORGE

ACERVO PESSOAL



DANILO SALVALAGGIO
Prefeito de São Jorge

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Entrar no Mapa do Turismo Brasileiro começa por uma decisão de gestão com visão de futuro. A inclusão indica que o município está alinhado aos critérios do programa, participa de uma região turística e adota um jeito de trabalhar com continuidade e presença. Esse ganho aparece quando a cidade consegue orientar melhor quem visita e, ao mesmo tempo, fortalecer rotinas que também ajudam o morador: informação disponível, serviços previsíveis e capacidade de combinar ações com o comércio e com a comunidade.

A ideia central é direta: estar no Mapa ganha ainda mais valor quando isso se consolida como rotina administrativa, com prioridades claras, entregas frequentes e acompanhamento contínuo dos resultados. O Mapa, por si, amplia oportunidades para políticas, programas e ações do Ministério do Turismo e ajuda a organizar o diálogo com o Estado e com a região. Com esse enquadramento, a gestão fortalece o cuidado com o básico, com método e constância, e cria base para avanços consistentes no turismo local.

No dia a dia, o visitante decide com base em coisas comuns e repetidas. Ele chega e procura orientação, seja numa placa, num ponto de atendimento ou no celular. Precisa achar endereço, horário de funcionamento, contato de serviço e uma referência clara de como se deslocar. Busca alimentação, banheiro, água, segurança e um jeito simples de entender o que está aberto. Tenta encaixar a visita na agenda da família ou do grupo e, para isso, quer saber se existe programação, se há algum evento ou se há um roteiro básico. Quando essas respostas são apresentadas com clareza e regularidade, a experiência ganha valor, o movimento local é favorecido e a imagem da cidade se fortalece.

Para consolidar essa boa experiência, a primeira frente de trabalho é organizar informação e atendimento. Isso pede um canal oficial atualizado, com dados básicos conferidos e uma rotina clara para manter tudo certo. Pede sinalização coerente, com nomes e direções alinhados ao que está publicado. Pede um ponto de apoio nos dias de maior movimento, mesmo que simples, com pessoas orientadas para receber, informar e encaminhar. Pede alinhamento com serviços essenciais e com prestadores locais, para que horários, contatos e endereços sigam um padrão. Esse conjunto traz mais clareza, melhora a fluidez do atendimento e reforça a percepção de cuidado.

A segunda frente é construir a experiência a partir do que já existe. Turismo começa no produtor local, na gastronomia, na paisagem, na cultura e no calendário comunitário, quando isso é apresentado de forma fácil de entender e com regularidade. Com planejamento e continuidade, a gestão pode organizar roteiros curtos e repetíveis, definir paradas, garantir limpeza, facilitar o acesso à informação e apoiar a formalização de quem presta serviço. Quando prestadores estão cadastrados e regulares, o visitante sente mais segurança para contratar e a cidade consegue registrar melhor o fluxo econômico. Esse avanço se fortalece com diálogo com o setor privado e com entidades representativas, em reuniões regulares e decisões bem organizadas, em sintonia com a dinâmica do Mapa.

A terceira frente é divulgar com base no que já está entregue. Uma divulgação conectada à realidade local fortalece a confiança do visitante e valoriza a experiência em São Jorge. O caminho mais seguro é divulgar o que já está organizado, com agenda pública, regras claras e contatos que realmente funcionem. Essa divulgação pode ser regional, combinada com o grupo regional de coordenação (a instância da região turística), para alinhar esforços entre municípios e criar complementaridade entre cidades próximas. Assim, o visitante planeja melhor e distribui a permanência entre diferentes pontos, o que aumenta a chance de retorno.

Nada disso anda sem responsabilidades definidas. São Jorge amplia seus resultados quando mantém uma área na prefeitura voltada ao turismo, um conselho ou fórum municipal em funcionamento e participação ativa na instância regional. Sob coordenação do Executivo municipal, avançam a organização dos serviços locais, da informação ao visitante, da qualificação e do cuidado com os espaços públicos, além da manutenção dos registros exigidos pelo sistema do Mapa. Com apoio regional e articulação com Estado e União, o município reforça sua capacidade de planejamento e execução no turismo.

> “Para consolidar essa boa experiência, a primeira frente de trabalho é organizar informação e atendimento. Isso pede um canal oficial atualizado, com dados básicos conferidos e uma rotina clara para manter tudo certo”

O que muda, portanto, é o padrão de organização e de continuidade. O município passa a contar com uma referência regional de coordenação que favorece presença, decisão e acompanhamento. A partir daí, o turismo ganha tratamento cada vez mais organizado, com rotinas que fortalecem a gestão local. Em São Jorge, essa oportunidade reúne comércio, produtores, entidades e comunidade em torno de um trabalho comum. Quando esse conjunto atua de forma alinhada, o resultado aparece no básico bem feito: informação confiável, recepção que funciona, agenda clara e uma experiência que se repete com qualidade.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

SÃO MARCOS

EDUCAÇÃO GANHA FORÇA NA GESTÃO DE VOLMIR RECH EM SÃO MARCOS

Com condução voltada a resultados e atenção às áreas estratégicas, a gestão de Volmir Rech destaca a educação em São Marcos com ações de formação, organização da rede e valorização do ensino

Juarez Marcante
Foto: Juarez Marcante

Sob a condução do prefeito Volmir Rech, São Marcos vem consolidando uma agenda de trabalho marcada por organização, continuidade e atenção direta a áreas estratégicas do município. Entre os destaques, a educação ocupa posição central, com ações que reforçam a qualidade do ensino, a valorização dos profissionais e o cuidado com a formação das novas gerações.

No campo do desenvolvimento econômico, São Marcos recebeu certificação no Programa Desenvolve Município, do governo do RS, para avançar na atração de investimentos e na criação de um ambiente mais favorável aos negócios

Nesse contexto, a rede municipal iniciou a formação em Aprendizagem Ativa para professores da Educação Infantil. A iniciativa qualifica o trabalho pedagógico, valorizando o protagonismo das crianças por meio do brincar e de práticas que estimulam autonomia, criatividade e aprendizagem. Cerca de 30 professores participaram da primeira formação, reforçando o investimento da gestão na educação infantil do município.

A Secretaria de Educação investiu em infraestrutura e organização. Foi entregue um carrinho de transporte coletivo para as escolas de Educação Infantil, garantindo mais segurança e praticidade nas atividades externas, passeios e deslocamentos das crianças, com atenção também à inclusão. A iniciativa reforça o cuidado com os alunos e oferece melhores condições de trabalho aos profissionais da rede.

O planejamento também pautou as reuniões com diretoras da Educação Infantil e equipes do Ensino Fundamental. Os encontros focaram na organização do ano letivo, no alinhamento de metas e na construção de estratégias conjuntas para fortalecer o ensino. A gestão participativa e o diálogo constante marcaram o trabalho da Secretaria, com reflexo direto na organização da rede e no acompanhamento pedagógico.

A valorização da cultura e da leitura também ganhou destaque com o convite à escritora e professora Rubiane Guerra para ser patrona da XVI Feira do Livro 2026. A escolha reafirma o compromisso do Município com o incentivo à literatura e à formação de leitores, aproximando a comunidade escolar de nomes relevantes do cenário cultural e fortalecendo o vínculo dos estudantes com a leitura.

Rubiane é formada em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Espanhola e atua como professora de Língua Portuguesa, Espanhola e Literatura, com 15 anos de experiência nas redes municipal e estadual. Ao longo da trajetória, recebeu reconhecimentos e premiações no Brasil e no exterior, o que valoriza a escolha feita pelo Município para a Feira do Livro e reforça a importância do evento no calendário cultural de São Marcos.

Sob a condução do prefeito Volmir Rech, São Marcos vem consolidando uma agenda de trabalho marcada por organização, continuidade e atenção direta a áreas estratégicas do município.

Além das ações já implementadas, a gestão mantém a educação entre as prioridades da administração municipal, com ampliação de programas educacionais e fortalecimento da formação continuada dos profissionais. No campo da valorização profissional, a gestão implantou 1/3 de hora-atividade para os professores, medida que garante maior tempo para pla-

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



TRABALHO COLETIVO
Para o prefeito Volmir Rech, os resultados refletem planejamento, responsabilidade e trabalho coletivo, com foco em entregas que fortalecem a educação e o desenvolvimento de São Marcos

nejamento, organização pedagógica e qualificação do trabalho docente.

No campo do desenvolvimento econômico, São Marcos recebeu certificação no Programa Desenvolve Município, do governo do RS, para avançar na atração de investimentos e na criação de um ambiente mais favorável aos negócios. A certificação reconhece o trabalho da administração na qualificação de processos e na modernização da gestão, com reflexos positivos no ambiente de negócios e na geração de oportunidades no município.

Para o prefeito, Volmir Rech, os resultados refletem planejamento, responsabilidade e trabalho coletivo. “Assumimos um compromisso claro com a comunidade e estamos mostrando, com ações concretas, que planejamento e trabalho geram resultados. Os avanços já entregues demonstram organização, seriedade e respeito com a população. Seguiremos avançando, especialmente na educação e no desenvolvimento econômico, que são bases para o futuro de São Marcos”, destacou.

IBSAÚDE INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

SERAFINA CORRÊA

SELO PRATA DO SEBRAE RECONHECE A QUALIDADE DO ATENDIMENTO EM SERAFINA CORRÊA

Ao receber o Selo Prata do Sebrae, a Sala do Empreendedor de Serafina Corrêa tem reconhecido um atendimento com rotina, clareza e consistência, da orientação inicial às etapas de abertura, regularização e baixa

Gabriela Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Em 10 de dezembro de 2025, Serafina Corrêa entrou no grupo de municípios gaúchos reconhecidos com o Selo Sebrae de Referência em Atendimento, na categoria Prata, em cerimônia realizada em Porto Alegre. O reconhecimento envia um sinal claro para quem depende desse serviço municipal: o atendimento passa a ser avaliado por critérios que verificam, na prática, se a orientação chega completa e com clareza.

Esse tipo de padrão de atendimento se reflete em três pontos que o cidadão percebe rapidamente. O primeiro é a previsibilidade: a mesma pergunta recebe a mesma orientação correta, com consistência. O segundo é a completude[...]

Para o empreendedor, o que está em jogo não é apenas um selo na parede. É um atendimento que facilita decisões do dia a dia, como entender qual documento falta, qual etapa vem primeiro, para onde encaminhar um pedido e por que certas exigências existem. Quando a orientação é clara e consistente, o resultado aparece em mais agilidade, menos retornos e mais segurança. Uma certificação com padrão de atendimento reforça um ponto essencial: a qualidade do balcão aparece no detalhe que se repete todos os dias.

O Selo Prata indica que a Sala do Empreendedor passou por uma avaliação voltada ao atendimento do começo ao fim, com foco em padrão de orientação e consistência na experiência do cidadão. Parte do processo inclui simulações de atendimento, o que reforça a importância de manter a mesma clareza em diferentes situações. Isso costuma organizar a rotina por dentro: respostas ganham mais uniformidade, dúvidas recorrentes passam a ter referência comum, e as etapas seguem uma sequência bem definida.

Esse tipo de padrão de atendimento se reflete em três pontos que o cidadão percebe rapidamente. O primeiro é a previsibilidade: a mesma pergunta recebe a mesma orientação correta, com consistência. O segundo é a completude: a pessoa sai com uma noção clara do conjunto de documentos e de etapas, evitando retornar porque uma informação ficou incompleta. O terceiro é o encaminhamento: quando o serviço municipal não resolve tudo, a Sala indica o caminho adequado, com critério, para que o empreendedor avance com mais segurança.

Para o empreendedor, o que está em jogo não é apenas um selo na parede. É um atendimento que facilita decisões do dia a dia, como entender qual documento falta, qual etapa vem primeiro, para onde encaminhar um pedido e por que certas exigências existem

O selo também repercute no que vem depois. A avaliação entrega uma leitura técnica para a equipe local, com pontos fortes e indicações de aperfeiçoamento, e isso funciona como um mapa para evoluir o atendimento com foco prático. Na rotina, essa leitura ajuda a transformar o que a equipe já sabe em procedimentos registrados: como anotar demandas, como tratar solicitações mais frequentes e como

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



SELO PRATA
Serafina Corrêa recebeu o Selo Sebrae de Referência em Atendimento na categoria Prata, destacando a Sala do Empreendedor por orientação mais clara, previsível e consistente no dia a dia

orientar abertura, regularização e baixa com clareza e critério.

Para o município, a certificação ajuda a consolidar uma disciplina importante: manter consistência mesmo quando a procura aumenta. Em 2025, as 232 Salas ativas do Rio Grande do Sul somaram 340 mil atendimentos, número que mostra como a qualidade na rotina diária faz diferença em escala. Quando o atendimento segue um mesmo critério, o efeito aparece do outro lado também: uma resposta correta e consistente poupa tempo do empreendedor e reduz retrabalho dentro da própria prefeitura.

O reconhecimento valoriza a forma como as regras chegam a quem precisa delas. Para quem quer empreender, o Selo Prata aponta para um atendimento mais claro, previsível e confiável, apoiado em rotina bem definida. Para a cidade, aponta para um serviço de orientação pública com informação correta, sequência bem explicada e consistência na entrega.

Ao entrar no ciclo do Selo, Serafina Corrêa passa a trabalhar com uma lógica de continuidade: manter no dia a dia o padrão de atendimento reconhecido. Assim, o selo deixa de ser apenas um evento e se consolida como referência permanente de atendimento, com impacto direto no tempo, na segurança e na decisão de quem está do outro lado do balcão.

VERANÓPOLIS

CARTAS, ESCOLA E CONTINUIDADE: VERANÓPOLIS FORTALECE LAÇO HISTÓRICO COM O JAPÃO

A visita de uma delegação de Ninomiya ao gabinete do prefeito Cristiano Dal Pai, em Veranópolis, mostra como parcerias internacionais se consolidam com continuidade escolar, organização e acompanhamento institucional

Gabriela Nunes
Foto: Acervo Pessoal

No dia 6 de novembro, o gabinete do prefeito de Veranópolis, Cristiano Valduga Dal Pai, recebeu uma delegação do município japonês de Ninomiya, na província de Kanagawa. A reunião reforçou uma relação internacional marcada pela continuidade, pela organização e pela presença institucional.

> O exemplo mais direto é a troca anual de cartas e desenhos entre estudantes. Como acontece todos os anos, a prática se consolida como uma rotina organizada: professores e equipes escolares coordenam a produção e o envio dos materiais[...]

Ali, o que se destaca é a capacidade de Veranópolis de sustentar, com consistência, um vínculo internacional que chega ao cotidiano da cidade. Quando o intercâmbio ganha data, responsável e entrega combinada, ele se consolida como compromisso que atravessa gestões, porque passa a integrar o trabalho das escolas e dos setores que dão suporte a essas ações.

Cristiano Dal Pai, à frente do Executivo municipal, conduz um papel central na continuidade dessa relação, ao receber a comitiva, formalizar o contato e garantir interlocução ativa entre os envolvidos. São decisões que dão estabilidade ao projeto e sustentam sua continuidade ao longo dos ciclos anuais, especialmente em uma agenda que envolve escolas, calendário e organização interna.

A delegação de Ninomiya foi composta por Yuko Abe e Masayuki Yamagishi, em nome da prefeita Kuniko Murata. O encontro também reuniu o vereador Pastor Elias Dornelles e o médico Emílio Moriguchi, nomes ligados à vida pública local e à relação com a comunidade japonesa no Rio Grande do Sul.

Kuniko Murata está à frente da administração de Ninomiya desde 2014, e o envio de uma carta à prefeitura de Veranópolis, com votos de êxito e disposição de continuidade, formalizou de maneira institucional a permanência do canal de diálogo entre os dois municípios.

A parceria entre os dois municípios já soma mais de dez anos e tem um eixo específico: intercâmbio cultural e educacional. O vínculo se mantém por iniciativas recorrentes, com prazos, organização das escolas e apoio da prefeitura, o que dá regularidade e força a essa cooperação ao longo do tempo.

O exemplo mais direto é a troca anual de cartas e desenhos entre estudantes. Como acontece todos os anos, a prática se consolida como uma rotina organizada: professores e equipes escolares coordenam a produção e o envio dos materiais; as turmas trabalham temas em sala; famílias acompanham; e a administração municipal mantém datas, responsáveis e o combinado para garantir a continuidade da remessa.

Quando uma parceria internacional se apoia nesse tipo de atividade, ela ganha estabilidade e continuidade. Um projeto com data marcada e entrega esperada se fortalece na execução, e isso aparece em resultados concretos e verificáveis, como o envio e o recebimento de materiais ano após ano.

A visita da delegação integra esse mesmo funcionamento. Ela permite atualizar representantes, alinhar o ciclo seguinte e reafirmar compromissos de forma direta, com presença



INTERCÂMBIO COM NINOMIYA

A visita da delegação japonesa ao gabinete do prefeito Cristiano Valduga Dal Pai reforçou a continuidade da parceria entre Veranópolis e Ninomiya, com intercâmbio cultural e educacional e ações recorrentes envolvendo escolas, calendário e organização institucional

institucional e registros que reforçam a segurança do vínculo.

Para Veranópolis, o sentido prático do encontro está no fato de que a relação com Ninomiya chega ao cotidiano da cidade pelo caminho da escola. A cooperação se expressa em ações contínuas e concretas, mobilizando crianças, educadores e a estrutura municipal de apoio.

Depois da reunião, a sinalização foi de continuidade do intercâmbio, com novos contatos previstos a partir dos trâmites de cada prefeitura e do calendário das instituições envolvidas. É assim que uma parceria internacional municipal se mantém: com constância, organização e continuidade institucional.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

VESPASIANO CORRÊA

COOPERAÇÃO MUNICIPALISTA E GESTÃO COM CONTINUIDADE

ACERVO PESSOAL



TIAGO MANOEL MICHELON
Prefeito de Vespasiano Corrêa

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Quando um município decide contratar um serviço regional, aderir a um programa com exigências específicas de prestação de informações e comprovação de atos e gastos, ou uniformizar um procedimento para dar mais consistência à execução, a prefeitura precisa conduzir essa decisão com segurança técnica e boa coordenação. A decisão precisa estar correta do ponto de vista jurídico, precisa caber na equipe e precisa sair do papel dentro de rotinas que envolvem prazos e atendimento diário. Quando esse processo é enfrentado de forma isolada, o trabalho tende a ficar mais lento e repetitivo, porque cada setor precisa interpretar a regra e montar o caminho do zero. Também aumenta o volume de esforço administrativo, com repetição de etapas e reescrita de documentos semelhantes. A cooperação entre municípios ajuda a encurtar esse caminho, com referências mais claras e procedimentos já amadurecidos.

> “O prefeito está na linha de frente das demandas da população e da continuidade dos serviços públicos, com responsabilidade direta sobre a condução da administração municipal”

Associações municipalistas ajudam a diminuir esse tipo de desgaste porque mantêm uma cooperação contínua entre prefeituras voltada a resolver temas comuns com método, orientação e representação. Quando os municípios trabalham em conjunto, ganham um mesmo critério técnico, reduzem retrabalho e ampliam a capacidade de construir soluções, sem abrir mão da autonomia local para decidir o que faz sentido no próprio território.

Um ganho decisivo está em trazer a regra para o passo a passo da prefeitura. Em muitos temas, a norma nasce distante do balcão de atendimento, da escola e da unidade de saúde, e chega ao município como demanda de cumprimento imediato. Isso exige critérios, envio de informações, ajustes de processo, publicação de atos, registro de despesa e organização de cada etapa. A associação ajuda a transformar essa demanda em roteiro executável, com orientação técnica, minutas e referências de procedimento, além de espaços de esclarecimento para compras, finanças, jurídico, controladoria, educação, saúde e assistência. O efeito prático é reduzir dúvida, reduzir idas e vindas e dar mais segurança para decisões que precisam ser formalizadas corretamente.

Outro ganho vem da cooperação de rotina, sem depender de ocasião especial. Em vez de esperar um evento para trocar experiência, a associação organiza reuniões técnicas, capacitações e grupos de trabalho. Isso evita que cada prefeitura reaja sozinha quando aparece uma mudança de regra de repasse, uma nova exigência de sistema, uma orientação de controle externo ou uma situação recorrente de contratação em vários municípios. A experiência que deu certo em um lugar vira referência para outros, e a administração passa a trabalhar com padrões mais estáveis, com menos improviso e mais segurança procedimental.

Também há efeito concreto quando existe base legal e adesão formal para compras compartilhadas e soluções padronizadas. Muitos itens e serviços se repetem em qualquer município: materiais, insumos, equipamentos, manutenção, tecnologia e capacitações. Quando cada município compra por conta própria, é comum que o mesmo objeto gere editais diferentes, descrições com critérios variados e mais tempo consumido pela equipe. A cooperação permite concentrar esforço técnico, melhorar a descrição do que será comprado e dar mais consistência à contratação, mantendo o rito legal, a transparência e a clareza de atribuições de cada gestor no que foi decidido.

Existe ainda um ganho de representação institucional, sem entrar em disputa partidária. Associações municipalistas levam pautas práticas dos municípios a instâncias estaduais e federais, com base na execução real. Um município isolado apresenta uma demanda. Um conjunto de municípios mostra padrão, aponta pontos de ajuste e indica como uma regra, um prazo ou um procedimento pode ser aperfeiçoado para viabilizar a entrega. Esse tipo de interlocução melhora a qualidade das políticas públicas porque aproxima a norma de quem precisa executar e entregar resultados à população.

Esse conjunto de ações precisa ser visto como ferramenta de gestão. O prefeito está na linha de frente das demandas da população e da continuidade dos serviços públicos, com responsabilidade direta sobre a condução da administração municipal. A prefeitura não escolhe o momento em que uma exigência aparece, e precisa cumprir suas atribuições sem perder o ritmo de funcionamento. A cooperação por meio de associações municipalistas ajuda a sustentar esse trabalho com mais regularidade, alinhando norma e execução, firmando um mesmo critério de procedimento e apoiando decisões com mais segurança.

Nesse cenário, a leitura política e administrativa do prefeito faz diferença na forma de organizar prioridades, dar direção às equipes e buscar, com responsabilidade, instrumentos de cooperação que mantenham a gestão em funcionamento contínuo.

Valorizar essas entidades significa tratá-las como parte da base de funcionamento disponível ao município. Cooperação formal, capacitação continuada, referências de procedimento, representação e apoio técnico. Quando bem utilizadas, elas contribuem para um serviço público mais previsível e mais responsável, com decisões melhor instruídas e entregas mais consistentes, dentro dos limites de cada competência e da realidade administrativa de cada município.

VILA FLORES

VILA FLORES CONQUISTA CERTIFICAÇÃO MÁXIMA DE TRANSPARÊNCIA

Vila Flores entrou na faixa Ouro do PNTP no ciclo 2025. O selo reconhece um trabalho contínuo de organização, atualização e cuidado com a informação pública, fortalecendo a consulta do cidadão e valorizando a condução da gestão municipal

Gabriela Nunes
Foto: Acervo Pessoal

Vila Flores entrou na faixa Ouro do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), coordenado pela Atricon, que avalia com critérios nacionais o quanto o Portal da Transparência contribui para o acompanhamento de gastos e atos do poder público no dia a dia. No ciclo de 2025, o Executivo municipal chegou a 93,04% e ficou no nível Ouro. O número chama atenção e ganha ainda mais relevância porque expressa uma rotina consolidada de transparência, com registro e atualização constantes ao longo do trabalho da gestão.

Para o cidadão, o ganho é prático, e para a prefeitura, o resultado reflete um trabalho contínuo de manutenção e organização. Quando o portal está bem organizado e atualizado, a pergunta comum vira consulta rápida. A pessoa encontra um edital com facilidade, confere um contrato diretamente no portal, entende um ato administrativo com clareza e compara despesas de meses diferentes com mais segurança. Isso não substitui atendimento presencial ou por telefone, mas amplia a autonomia de consulta e qualifica o acesso à informação pública.

O resultado aparece como consequência de método e disciplina interna. Sob a gestão do prefeito Evandro Antônio Brandalise, o município aponta o Controle Interno como eixo do trabalho, com participação de servidores e equipes de várias secretarias. Na prática, isso significa manter documentos organizados, preencher campos obrigatórios do portal, manter a navegação e os conteúdos em conformidade, ajustar formatos, revisar informações para garantir consistência dos dados e atender às exigências técnicas ao longo do processo de avaliação. É um trabalho contínuo e estratégico, que se reflete na experiência de quem consulta informações públicas no dia a dia.

O PNTP funciona como uma avaliação periódica do que está publicado sobre a administração pública e alcança pontos concretos, como receitas e despesas, licitações, contratos, transferências, informações de pessoal, acessibilidade e itens ligados a dados abertos. O programa reconhece não apenas a existência do conteúdo, mas também a forma como o cidadão encontra e entende o que procura, com atualização e organização compatíveis com uma consulta clara e acessível.

Quando esse tipo de avaliação entra no calendário de uma prefeitura, ele qualifica o jeito de trabalhar por dentro. Cada setor passa a seguir um mesmo ritmo de registro e publicação. Documento que circula internamente ganha fluxo digital desde o início, o que favorece organização, continuidade e agilidade no acesso às informações. Com essa rotina bem estruturada, a prefeitura melhora o atendimento, reduz etapas desnecessárias e mantém a informação disponível com mais clareza para o cidadão.

Para o cidadão, o ganho é prático, e para a prefeitura, o resultado reflete um trabalho contínuo de manutenção e organização. Quando o portal está bem organizado e atualizado, a pergunta comum vira consulta rápida

Esse padrão também fortalece o trabalho de acompanhamento e a própria gestão. Com dados bem estruturados, fica mais fácil realizar conferências e comparações de informações, acompanhar prazos e manter registros consistentes ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, a qualidade do que está publicado passa a integrar de forma mais clara o serviço prestado ao cidadão, com mais previsibilidade, clareza e confiança no acesso às informações públicas.

No Executivo municipal, o resultado



PNTP OURO

Vila Flores entrou na faixa Ouro do PNTP, com 93,04% no ciclo de 2025, reforçando a organização e a atualização do Portal da Transparência como rotina de trabalho da gestão. Na foto, prefeito Evandro Antônio Brandalise

no ciclo 2025 reforça o avanço de Vila Flores na organização e na publicação de informações públicas, com foco em clareza e acessibilidade para o cidadão. A classificação Ouro destaca a consistência do trabalho realizado pela gestão, tanto na estruturação dos dados quanto na manutenção de rotinas que sustentam a consulta pública no dia a dia.

O selo, por fim, consolida um padrão de trabalho que a gestão vem sustentando. Para permanecer no nível Ouro, o município mantém o portal em dia, acompanha atualizações técnicas, distribui responsabilidades entre as áreas e acompanha mudanças nas regras do programa. Transparência se fortalece com rotina, atenção aos detalhes e atualização contínua, e o resultado de Vila Flores mostra exatamente essa capacidade de organização e continuidade.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP DIREITO PÚBLICO
MASPER TV INFINITAS POSSIBILIDADES

VISTA ALEGRE DO PRATA

VISTA ALEGRE DO PRATA SEGUE COM PRIORIDADE EM MOBILIDADE, SAÚDE E EDUCAÇÃO

Entre infraestrutura e serviços essenciais, a prefeitura de Vista Alegre do Prata conduz três frentes articuladas de trabalho: avanço na ERS-441, requalificação da UBS e ampliação de salas de aula

Gabriela Nunes
Foto: Acervo Pessoal

No início do ciclo atual, Vista Alegre do Prata passou a tratar como prioridade o que impacta diretamente a rotina da população: deslocamento mais previsível, atendimento com estrutura e escola com espaço. O prefeito Roberto Donin conduziu esse momento com uma agenda que reúne obra e serviço, para que cada melhoria avance com planejamento e continuidade. O foco está em manter o trabalho em andamento com sequência e integração entre as frentes.

> O que une as três frentes é uma sequência de decisões e entregas que se conectam. A ERS-441 facilita o acesso, a UBS organiza o atendimento, e a escola amplia a capacidade de acolhimento

O sinal mais visível desse momento está na ERS-441, eixo que organiza mobilidade, acesso a serviços e circulação da produção. A pavimentação avança por etapas, com intervenções que envolvem preparação de trecho, retirada e reaproveitamento de material, em uma sequência de trabalho que reforça a continuidade da obra. Na prática, o efeito é claro: com a melhoria da ligação, o município ganha mais segurança e previsibilidade para a circulação de pessoas e da produção.

A estrada se soma a outras frentes que qualificam a rotina de quem precisa de atendimento e de quem trabalha na entrega dos serviços básicos. Nesse ponto, a reforma e ampliação da UBS aparece como o segundo eixo desse movimento. Ao prever novos ambientes de recepção, espera e vacinação, a prefeitura organiza o atendimento básico com fluxo mais simples para o paciente e melhores condições para as equipes em um serviço presente no dia a dia da população.

O terceiro eixo aparece na educação. A ampliação de salas na Escola Municipal Giuseppe Tonus responde a uma demanda objetiva da rede, com reflexo na organização das turmas e no planejamento do ano letivo. Ao colocar esse ponto na agenda de obras, a gestão conduz uma solução duradoura, com impacto direto na rotina de alunos, professores e famílias.

O que une as três frentes é uma sequência de decisões e entregas que se conectam. A ERS-441 facilita o acesso, a UBS organiza o atendimento, e a escola amplia a capacidade de acolhimento. Quando esses três pontos caminham juntos, o município ganha fluidez na rotina dos serviços e reforça a capacidade de atendimento com mais previsibilidade.

> Nesse ponto, a reforma e ampliação da UBS aparece como o segundo eixo desse movimento

Nesse desenho, o papel do prefeito Roberto Donin aparece de forma clara na coordenação do trabalho: alinhar áreas da prefeitura, sustentar cronogramas e manter foco em infraestrutura essencial. Esse conjunto de escolhas dá ritmo à administração e amplia a qualidade das entregas em áreas centrais da rotina da população.

Vista Alegre do Prata entra no ciclo atual com um recorte claro: mobilidade, saúde e escola andando no mesmo sentido. A ERS-441 dá o tom regional, a UBS fortalece o atendimento do dia a dia, e a ampliação das salas de aula traz previsibilidade para a rede municipal. O conjunto dessas frentes reforça um município com serviços mais regulares e alinhados ao que a população precisa para seguir a vida com segurança.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



TRÊS FRENTES EM ANDAMENTO
Vista Alegre do Prata avança com pavimentação na ERS-441, reforma e ampliação da UBS e novas salas na Escola Municipal Giuseppe Tonus, reunindo mobilidade, saúde e educação em uma agenda de continuidade. Na foto, prefeito Roberto Donin.

MANCHETE: CISGA AVANÇA COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO E EFICIÊNCIA ENTRE MUNICÍPIOS

DIVULGAÇÃO



RUDIMAR CABERLON
Diretor-Executivo do CISGA

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Criado a partir da articulação entre gestores municipais da Serra Gaúcha, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA) consolidou-se, ao longo da última década, como uma das principais ferramentas de cooperação regional para a execução de políticas públicas, a gestão associada de serviços e a promoção do desenvolvimento sustentável. Atualmente, o consórcio reúne 25 municípios e abrange uma população estimada em 451.288 habitantes, fortalecendo a atuação conjunta dos entes públicos em benefício da região nordeste do Rio Grande do Sul.

Neste ano de 2026, o Consórcio é presidido pelo prefeito de Fagundes Varela, Nelton Conte tendo como vice-presidente o prefeito de Flores da Cunha, César Ulian e como secretário o prefeito de Carlos Barbosa, Everson Kirch.

A trajetória do CISGA teve início em 2010, quando prefeitos de dez municípios passaram a debater a criação de um consórcio intermunicipal com foco na economicidade coletiva e na melhoria da qualidade de vida da população. O processo resultou na assinatura do Protocolo de Intenções em 18 de abril de 2011, marco oficial da criação do consórcio. Na sequência, em 22 de julho do mesmo ano, foi formalizado o Contrato de Consórcio Público e, em outubro, publicado o Estatuto, com a eleição da primeira diretoria. As atividades operacionais começaram em dezembro de 2011, com a organização administrativa e os registros legais necessários.

Com o passar dos anos, o CISGA ampliou sua atuação e o número de municípios consorciados, tornando-se referência em gestão associada. Integram o consórcio os municípios de André da Rocha, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores.

O principal objetivo do CISGA é viabilizar a gestão compartilhada de serviços públicos em diferentes áreas da administração, promovendo maior eficiência, redução de custos e padronização de processos. O consórcio também está habilitado a captar recursos por meio de convênios e outros instrumentos legais, permitindo a execução de projetos estratégicos de interesse regional.

Para os próximos anos, a projeção é de fortalecimento de instrumentos inovadores de gestão pública, com destaque para a ampliação das compras compartilhadas, que geram economia de escala e maior transparência. Além disso, o CISGA pretende expandir sua atuação em políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à infraestrutura regional e à qualificação dos serviços públicos.

A governança do consórcio é estruturada a partir da Assembleia Geral, instância máxima de deliberação composta pelos prefeitos dos municípios consorciados. O Conselho de Administração coordena e supervisiona a gestão, enquanto o Conselho Fiscal responde pelo controle das contas. A execução das decisões cabe à Diretoria Executiva, com apoio de câmaras setoriais e grupos técnicos.

> “Além disso, o CISGA pretende expandir sua atuação em políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à infraestrutura regional e à qualificação dos serviços públicos”

Embora atuem de forma complementar, o CISGA e a Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste (Amesne) possuem naturezas distintas. Enquanto o CISGA executa políticas e serviços de forma técnica e operacional, a Amesne atua na articulação política e na representação institucional. Juntas, as entidades fortalecem o municipalismo e impulsionam o desenvolvimento regional da Serra Gaúcha.

Quem faz, está
Em Evidência.
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE: 51 98444-4616
revistaemevidencia
revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência



INSCREVA-SE @revistaemevidencia

GLADIMIR CHIELE

DIRETOR DA CONSULTORIA EM DIREITO PÚBLICO - CDP

Edição: Lucio Vaz
Entrevista: Cláudio Andrade e Lucio Vaz
Revisão: Patrícia Cruz
Fotos: ChicoPinheyro/Revista Em Evidência

Em uma conversa centrada nos desafios concretos da administração municipal, o entrevistado abordou temas que hoje estão no centro das preocupações dos prefeitos, como limites orçamentários, competências legais, reforma tributária, previdência, controle externo e a dificuldade de transformar decisões em ações viáveis dentro da lei. Ao longo da entrevista, também destacou a importância de uma visão sistêmica da gestão pública, capaz de conciliar exigência técnica, responsabilidade institucional e a dimensão humana do mandato. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) entrevistou o convidado, que falou sobre esses e outros temas, com exclusividade. Confira

Na prática, como o senhor equilibra a exigência técnica da gestão pública com a dimensão humana do mandato, quando o prefeito quer fazer, mas esbarra em limitações e exigências formais?

Nós usamos uma frase na CDP: "O prefeito pode fazer quase tudo". O que varia é a forma de fazer, é como fazer. E isso vem muito dos procedimentos de 28 anos em que atuamos diretamente com os municípios, com o estado e com o poder público em geral, lidando com atos administrativos e com a rotina real do gestor.

A legislação muda muito rápido, especialmente a federal, e isso interfere diretamente na vida do cidadão. Agora, por exemplo, a mudança tributária vai mexer com todo mundo, inclusive com prestador de serviço informal. Então, o município precisa estar sempre atualizado, mas a estrutura administrativa, sozinha, tem dificuldade de acompanhar.

Você tem um volume enorme de normas: leis federais, estaduais, municipais, além de decretos, portarias, regulamentos e instruções. E ainda tem interpretação do Judiciário, pa-



GESTÃO PÚBLICA VISTA POR QUEM CONHECE A ROTINA DOS MUNICÍPIOS

Com atuação voltada ao poder público, a CDP reúne experiência técnica e visão prática sobre os desafios da administração municipal, da legislação à execução

pel das Câmaras Municipais e atuação dos órgãos de controle. Por isso, a gestão pública acaba sendo uma área que atravessa praticamente toda a nossa vida.

Existe diferença relevante, do ponto de vista de competências e problemas de gestão, entre municípios pequenos e cidades maiores como Porto Alegre, Canoas e Caxias, ou as limitações e exigências acabam sendo as mesmas?

A confusão de competências e atribuições não é só do cidadão. Ela aparece também no Judiciário e nos órgãos de controle. Cada um tem o seu papel, mas o conjunto disso precisa ser visto "de fora" pelo gestor. Os demais estão dentro da engrenagem; o gestor precisa enxergar o todo.

Por isso eu falo em gestão sistêmica: o prefeito lida com Judiciário, cidadão, Ministério Público, Tribunal de Contas, Câmara Municipal, Executivo — e tudo isso dentro de um orçamento. O município não fabrica dinheiro; recebe do contribuinte e recebe transferências. E tem limitações, sobretudo orçamentárias. Atribuições se misturam muito em Saúde, Educação e Assistência Social,

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

mas a pergunta decisiva é sempre: quem tem competência legal e, principalmente, capacidade financeira para executar? Se esse entendimento falha, os conflitos viram rotina.

Com a Reforma Tributária em regulamentação e a transição entre sistemas, o que muda, na prática, para o município em termos de autonomia e disponibilidade de receita? Isso tende a apertar ainda mais a margem de decisão do prefeito?

É uma decisão muito polêmica do Congresso, porque, na verdade, nós estamos retrocedendo. Hoje o município tem impostos de sua competência e a receita própria, em média, é pequena: varia conforme o tamanho e a estrutura do município, com IPTU, ITBI, ISSQN e taxas específicas.

Com a Reforma Tributária, a aplicação começa no ano que vem, de forma lenta: entra o sistema novo e o sistema velho vai caindo até 2033. O ponto sensível é a centralização: o ISSQN se junta ao ICMS e ao IPI e forma o IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços. Isso vai para um fundo nacional, gerido por um conselho com 27 representantes de estados e 27 de municípios, o Conselho Gestor, o Comitê Gestor — que ainda não está completo.

Na prática, o município perde autonomia para comandar essa arrecadação e passa a depender da gestão centralizada. É um retorno a um modelo mais concentrado em Brasília.

Mesmo com a eventual centralização da arrecadação, permanecem as obrigações constitucionais de gasto mínimo. Como funcionam, na prática, esses percentuais e quais são os riscos quando há glosa, contestação ou incerteza sobre a receita disponível?

Saúde é 15% e Educação é 25%, percentuais constitucionais. Se o gestor aplica, mas os valores são contestados — por exemplo, um projeto não se enquadra no que pode ser computado —, pode haver glosa. Aí o percentual cai no fechamento, e o prefeito pode ser penalizado. Se ficar abaixo, responde, inclusive, por improbidade; é a pessoa do prefeito que é responsabilizada.

A Emenda 132 prevê, em tese, que o município não tenha redução de receita. Só que ainda não está definido como isso será medido: último ano, média de vários anos, cinco, vinte, por exercício. E, nesse tema, eu repito: é preciso cuidado para não cravar conclusão, porque muda. O Senado já fez alteração recente no texto, por erro dentro da própria emenda. Quando vier regulamentação, vai ter lei federal, decretos, instruções, e muita disputa de interpretação. Isso vai exigir ajuste contínuo.

Além de Saúde e Educação, há uma pressão estrutural pouco discutida: a previdência, inclusive nos municípios com regime próprio, como Porto Alegre. Qual é o tamanho do problema e quais os impactos possíveis para o pagamento futuro de benefícios?

A previdência é um caos no país, e pouca gente está levando a sério. Um estudo do Banco Mundial, publicado no ano passado, apontou um gasto de 54% do PIB com previdência. A gente se aproxima de países com sistemas impagáveis, como a França, e isso pressiona o orçamento de forma gigantesca.

Se não houver enfrentamento, em pouco tempo — quatro, cinco anos — pode haver parcelamento de aposentadorias ou redução de valores. Esse risco existe.

Nos municípios com previdência própria, o risco segue a mesma lógica do sistema federal se não houver planejamento e reformas? E, do ponto de vista técnico, o que torna essa equação tão difícil de fechar?

Sim. O modelo federal impacta estados e municípios. Desde 93, nós tivemos seis reformas previdenciárias. A última foi agora, com a Emenda 136 de 2025, em setembro, mas, no fundo, são ajustes que não entram a sério no problema. A de 2019, a Emenda 103, avançou mais ao elevar idade.

O ponto é demográfico: menos gente contribuindo para mais gente recebendo. E tem distorções históricas: percentuais de contribuição mudaram, hoje é 14%, mas quem entrou até 2003, por exemplo, recebe integralmente. Contribui com pouco e recebe muito. Isso cria valores estratosféricos.

No INSS, há três milhões na fila. E como benefícios são atrelados ao salário mínimo, qualquer aumento repercute no sistema todo. Os municípios também precisam reformar seus regimes e mexer em idade. Cada ano a mais reduz pagamento e aumenta contribuição: "cada ano vale dois". O cálculo atuarial olha décadas à frente, em geral 35 anos, para projetar passivo e definir alíquota. E isso precisa ser tratado com clareza: se virar disputa política, o sistema quebra.

No cotidiano do município, como o prefeito deve lidar com pressões políticas e partidárias, polarização e interesses locais, sem perder o rumo do que tecnicamente precisa ser feito — inclusive em estruturas como consórcios, como a Granpal?

É um jogo permanente de equilíbrio. O prefeito é um equilibrista e, no município, ele precisa buscar consenso, porque governa para todo mundo, inclusive para quem é oposição. Em cidades menores, a polarização tende a ser menor, mas a convivência é mais direta: o opositor é vizinho, é parente, está perto.

O nosso trabalho técnico produz normas e procedimentos, mas, se forem só técnicos, são inexecutáveis. O papel aceita tudo. O gestor pega e diz: "Tá, eu vou executar. E ago-



ra?". Então o que a gente busca é fazer programas e projetos aplicáveis: dentro da lei e com condição real de funcionar.

Em ano eleitoral, as restrições legais de fato travam a administração municipal? O que muda, concretamente, para o município e para o prefeito diante das regras eleitorais do próximo ano?

É importante discernir: no ano que vem a eleição é federal e estadual, não é municipal. Isso está na Lei 9.504. Então, no que diz respeito à atividade do município, as restrições típicas de eleição municipal não se aplicam do mesmo modo.

As limitações mais sensíveis recaem sobre Estado e União, especialmente transferências voluntárias, projetos e emendas, com prazos e vedação de vantagens. Para o município, a restrição maior é sobre verbas estaduais e federais. Fora isso, a vida municipal segue.

Quando a eleição é municipal, aí sim o prefeito candidato ou o prefeito que pretende eleger sucessor não pode usar a máquina em favor disso, e existe uma série de regras bem extensa.

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

CONHEÇA A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

AMCENTRO







A **Associação dos Municípios da Região Central do Estado (AMCENTRO)** reúne 33 municípios da região central do Rio Grande do Sul em uma articulação voltada à representação institucional, à cooperação entre prefeituras e à qualificação da gestão pública. Em um território estratégico do Estado, marcado por produção, circulação regional e diversidade econômica, a associação expressa uma agenda de trabalho baseada em diálogo, organização administrativa e busca permanente por soluções comuns para os municípios.

CONHEÇA A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO
AMCENTRO



MUNICÍPIO
Agudo

PREFEITO
Luís Henrique Kittel

PARTIDO
PL



MUNICÍPIO
Cacequi

PREFEITO
Ana Paula Mendes Machado Delolmo

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Cachoeira do Sul

PREFEITO
Leandro Tittelmaier Balardin

PARTIDO
PSDB



MUNICÍPIO
Capão do Cipó

PREFEITO
Adair Fracaro Cardoso

PARTIDO
PDT



MUNICÍPIO
Dilermando de Aguiar

PREFEITO
Jorge Alberto Pereira Saidelles

PARTIDO
UNIÃO BRASIL



MUNICÍPIO
Dona Francisca

PREFEITO
Saul Antonio Dal Forno Reck

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Faxinal do Soturno

PREFEITO
Lourenço Domingos Moro

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Formigueiro

PREFEITO
Cristiano Cezar Cassol Rubert

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Itaara

PREFEITO
Sandro Roberto Galarça Ferigollo

PARTIDO
PT



MUNICÍPIO
Ivorá

PREFEITO
Josemar Zorzi Osmari

PARTIDO
Progressistas 11

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

SINTERGS spo FAMURS É no município que tudo acontece. KAYSERMAQ DISTRIBUIDORA LTDA.



MUNICÍPIO
Jaguari

PREFEITO
Igor Rosa Tambara

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Jari

PREFEITO
Osnei dos Santos Azeredo

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Júlio de Castilhos

PREFEITO
Bernardo Quatrin Dalla Corte

PARTIDO
PSD 55



MUNICÍPIO
Mata

PREFEITO
Sandro Savegnago

PARTIDO
PSD 55



MUNICÍPIO
Nova Esperança do Sul

PREFEITO
Ivori Antonio Guasso Junior

PARTIDO
PDT



MUNICÍPIO
Nova Palma

PREFEITO
Jucemara Rossato

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Paraíso do Sul

PREFEITO
Claiton Cleo Muller

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Pinhal Grande

PREFEITO
Lucas Michelon

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Quevedos

PREFEITO
Taís Fabiane da Maia Flores Rosa

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Restinga Sêca

PREFEITO
Norton Soares da Rosa

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Santa Maria

PREFEITO
Rodrigo Decimo

PARTIDO
PSD 55



MUNICÍPIO
Santiago

PREFEITO
Marcelo Gorski de Matos

PARTIDO
Progressistas 11

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES



MUNICÍPIO
São Francisco de Assis

PREFEITO
Rubemar Paulinho Salbego

PARTIDO
PDT



MUNICÍPIO
São João do Polêsine

PREFEITO
Jaqueline Maria Schmitz Milanesi

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
São Martinho da Serra

PREFEITO
Robson Flores da Trindade

PARTIDO
UNIÃO BRASIL



MUNICÍPIO
São Pedro do Sul

PREFEITO
Fernando Pilar Cezar

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
São Sepé

PREFEITO
Marcelo Faria Ellwanger

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
São Vicente do Sul

PREFEITO
Fernando da Rosa Pahim

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Silveira Martins

PREFEITO
Sadi Tolfo

PARTIDO
MDB



MUNICÍPIO
Toropi

PREFEITO
Vandir Oesterreich

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Tupanciretã

PREFEITO
Gustavo Herter Terra

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Unistalda

PREFEITO
Jose Gilnei Manara Manzoni

PARTIDO
Progressistas 11



MUNICÍPIO
Vila Nova do Sul

PREFEITO
José Luiz Camargo de Moura

PARTIDO
MDB

KAYSERMAQ
DISTRIBUIDORA LTDA.
R. Minas Gerais, 143 - Niterói - Canoas/RS
Tel.: (51) 3475-2666 - 9958-0099 | kaysermaq@kaysermaq.com.br
www.kaysermaq.com.br

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



EM EVIDÊNCIA NA TV

LUÍS HENRIQUE KITTEL

Prefeito de Agudo e presidente da AMCENTRO

Entrevista: Lucio Vaz e Cláudio Andrade
Fotos: Chico Pinheyro/Revista Em Evidência

À frente da Prefeitura de Agudo e agora também na presidência da AMCENTRO, Luís Henrique Kittel falou sobre os desafios de representar 33 municípios da região central, a importância estratégica desse território para o Rio Grande do Sul e as pautas que hoje mobilizam os prefeitos, como infraestrutura, saúde, previdência, turismo e desenvolvimento regional. Ao longo da entrevista, também destacou o papel de Agudo nesse contexto, a força econômica do município e a necessidade de ampliar a atenção do Estado e da União para uma região que ocupa posição central no mapa gaúcho e nas decisões que impactam o futuro do interior. O Programa Em Evidência na TV (aos domingos na Masper TV, canal 520 da Claro NET, das 17h30 às 19h, e também no canal @revistaemevidencia no YouTube) entrevistou o prefeito, que falou sobre esses e outros temas, com exclusividade. Confira

Prefeito Luís Henrique Kittel, o senhor está no sexto ano de mandato em Agudo e agora assume a presidência da Associação dos Municípios da Região Central do Estado (AMCENTRO). Quais são os principais desafios dessa nova missão e qual a importância estratégica da região?

É uma missão muito importante neste ano de 2026. Já estamos no sexto ano de mandato em Agudo, após a reeleição, e agora temos a oportunidade de representar 33 municípios de extrema relevância. Trata-se de uma área estratégica para o Rio Grande do Sul, tanto sob o ponto de vista logístico quanto geográfico. A nossa cidade-referência é Santa Maria, a quinta maior do estado, que, infelizmente, muitas vezes é esquecida, fazendo com que a nossa região fique para trás em relação a outros polos. Temos várias pautas em andamento. Já realizamos a primeira reunião ordinária deste ano, no dia 15 de janeiro, quando assumimos a presidência da AMCENTRO, para tratar de assuntos fundamentais para o desenvolvimento da nossa região central.

Para contextualizar os nossos leitores, como o senhor descreve Agudo em termos de localização, perfil populacional e base econômica?

Agudo é uma cidade muito simpática da região central, localizada na Quarta Colônia, área que ganhou bastante evidência com a certificação do Geoparque Quarta Colônia pela Unesco, em 2023. Essa microrregião funciona quase como uma área metropolitana de Santa Maria, da qual estamos a 60 quilômetros de distância. Somos um município de 16 mil habitantes, com foco no setor primário. Apesar da população relativamente pequena, a nossa extensão territorial é grande. Para sAe ter uma ideia, temos 1.500 quilômetros de estradas de chão, e garantir a manutenção de toda essa malha é um desafio diário. A nossa economia é fortemente ligada ao agronegócio de pequenas propriedades, com destaque para a cultura do arroz, da soja, do tabaco, do gado leiteiro e do morango. Inclusive, somos conhecidos como a terra do moranguinho e da cuca.

Na área da paleontologia, somos considerados o berço dos dinossauros. A nossa região central abriga a Faixa de Santa Maria, que se estende de Venâncio Aires até o município de Mata. É nessa extensão que surgiram os dinossauros triássicos, há 230 milhões de anos. Em São João do Polêsine, cidade vizinha dentro da Quarta Colônia, fica o Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPA), vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, uma pauta de turismo e pesquisa que também trabalhamos ativamente.

Outra característica marcante é que somos uma cidade de colonização alemã cercada por municípios de origem italiana, e o nosso divisor natural é o rio Jacuí. Do lado de cá, abrangendo Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco e Novo Cabrais, a colonização foi alemã. Do outro lado do rio, englobando Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Polêsine, Nova Palma, Ivorá, entre outras, predomina a colonização italiana. Além de tudo isso, o nosso município abriga, no Cerro da Figueira, um marco do IBGE que aponta exatamente o centro geográfico do Rio Grande do Sul.

Voltando à AMCENTRO, o que representa, na prática, liderar uma associação que congrega 33 municípios com perfis urbanos e demográficos tão distintos?

Na prática, é uma responsabilidade imensa. A AMCENTRO é uma das maiores associações de municípios do nosso estado e reúne realidades bem variadas. Temos cidades pequenas no entorno, de quatro a oito mil habitantes; municípios médios, como Agudo e Restinga Sêca, na casa dos 16 mil habitantes; e polos maiores, como Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Santiago e, principalmente, Santa Maria. Com quase 300 mil habitantes, Santa Maria é a nossa cidade-mãe, concentrando os serviços de saúde, de educação, a Aeronáutica e um dos maiores contingentes do Exército Brasileiro no país.

Uma característica peculiar da nossa região é a localização no meio de

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

uma divisão histórica do estado. O norte, a Serra Gaúcha e a Região Metropolitana são polos desenvolvidos, enquanto a metade sul ainda busca alavancar o seu crescimento. Nós estamos exatamente no centro dessa balança. Em algumas situações, conseguimos nos equiparar ao nível de desenvolvimento do norte; em outras, ainda deixamos a desejar.

Outro fator de impacto é a nossa atual representatividade política. Há 30 anos, a região de Santa Maria elegia de cinco a seis deputados federais e quatro a cinco estaduais por mandato. Hoje, a realidade é diferente: mais de 70% da representação política gaúcha concentra-se na Região Metropolitana e na Serra. Esse é um desafio adicional para 2026. Precisamos avançar nas pautas pluripartidárias, pois as entregas reais ocorrem nas cidades. Daqui a alguns meses, os eleitores escolherão presidente, governador, senadores e deputados. Os agentes políticos da nossa região têm uma responsabilidade muito grande na construção dessa representatividade.

Como o senhor pretende estruturar a gestão da AMCENTRO ao longo deste ano para garantir que as decisões sejam efetivadas com agilidade, superando a burocracia na resolução dos problemas regionais?

Estamos dando sequência a pautas fundamentais que já vêm sendo trabalhadas. A reforma previdenciária é um exemplo claro. Os municípios com regime próprio de previdência, como é o caso de Agudo e de vários outros na região, enfrentam enormes dificuldades. Durante 2025, na gestão do prefeito Gustavo Terra, de Tupanciretã, já amadurecemos esse tema, orientando a apresentação da matéria nas câmaras de vereadores. Na área da saúde, o foco são as regulações de internações e especialidades. Tudo o que sai da atenção básica é encaminhado para Santa Maria ou Santiago. Questionamos o motivo de a Coordenadoria de Saúde local não ter gerência sobre isso, obrigando Porto Alegre a definir a abertura de vagas para demandas que ocorrem na nossa região. Também reivindicamos o passe livre direto nas praças de pedágio para as ambulâncias.

Temos ainda o desafio das obras de reconstrução pós-enchentes. A região central acabou ficando um pouco para trás se comparada à Serra Gaúcha, que já está com a recuperação bem adiantada. A RSC-287, por exemplo,



LIDERANÇA REGIONAL
À frente da AMCENTRO, Luís Henrique Kittel representa 33 municípios e conduz pautas ligadas ao desenvolvimento e aos interesses da região central do Estado

cuja concessão da Sacyr abrange mais de 200 quilômetros de Tabaí a Santa Maria, foi severamente atingida. O trecho de Mariante, em Venâncio Aires, foi destruído, e, quase dois anos após a enchente, ainda operamos com desvios, assim como em Candelária, Novo Cabrais e Paraíso do Sul. Em Santa Maria, próximo à base da Aeronáutica, só não enfrentamos um cenário pior graças ao trabalho do Exército Brasileiro, pois as obras da ponte principal demoraram a iniciar. Entendemos que os novos cálculos de engenharia exigem estruturas de resiliência muito maiores e mais altas, mas precisamos de celeridade.

Para agilizar esses processos institucionais, a AMCENTRO decidiu aumentar a frequência de suas reuniões ordinárias. No ano passado, foram 12 encontros. A meta agora é manter pelo menos uma reunião mensal, além das extraordinárias necessárias. Como estamos em ano eleitoral, a legislação impõe restrições a partir de abril e engessa ainda mais a máquina pública 90 dias antes do pleito. Por isso, nosso foco é dar um ritmo intenso neste primeiro semestre para encaminhar soluções concretas.

O senhor mencionou as obras de resiliência, que exigem infraestruturas mais robustas. Na sua avaliação, como o estado deve equilibrar a necessidade de agilidade na reconstrução com as exigências de licenciamento ambiental e fiscalização?

A demora para superar os entraves burocráticos, especialmente os ambientais, é uma queixa unânime na administração pública. Sabemos da importância de cumprir a legislação e agir com responsabilidade ambiental, mas a agilidade é indispensável. Durante a vigência dos decretos de calamidade ou emergência, os trâmites fluíam com mais facilidade. Em períodos normais, no entanto, o rito volta a ser moroso.

Na duplicação da RSC-287, por exemplo, a própria Secretaria da Reconstrução e a concessionária informaram que o licenciamento ambiental está sendo feito por trechos a serem executados, e não de forma integral na rodovia. É evidente que precisamos evoluir nesse aspecto, embora eu reconheça que houve avanços consideráveis nos últimos anos. Acredito plenamente que o desenvolvimento econômico e a infraestrutura podem e devem caminhar ao lado da preservação. Há engenharia capacitada para desenhar soluções que utilizem o meio ambiente a nosso favor, sem intervenções destrutivas. Basta que haja bom senso e vontade de fazer as coisas darem certo.

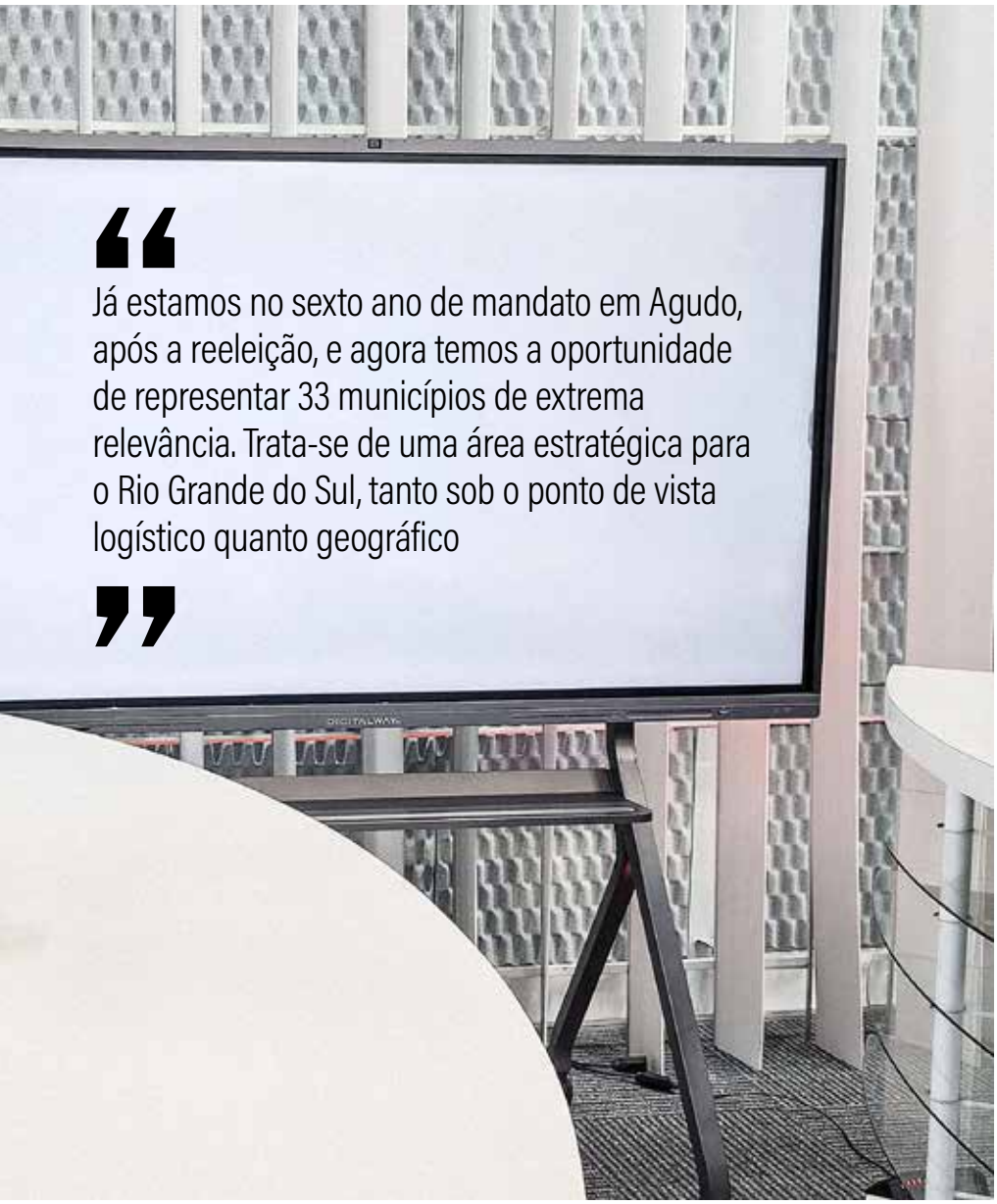


Diante de uma região com municípios de portes tão variados, como a AMCENTRO define as prioridades de atuação e estrutura projetos que beneficiem o coletivo?

Muitas das nossas pautas são comuns a todos. A reforma previdenciária e a nova reforma tributária, que começa a ser implementada de fato em 2026, exigem atenção redobrada dos secretários de Fazenda e de Gestão, independentemente do tamanho da cidade.

Por outro lado, também focamos em projetos propositivos de impacto

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



macrorregional. Recentemente, debati com o prefeito de Santa Maria a necessidade de um aeroporto regional. Hoje, a cidade utiliza a estrutura da Base Aérea para voos comerciais, e consolidar essa infraestrutura é vital para a nossa conectividade. Outro ponto fortíssimo é o turismo. Há uma avaliação no mercado de que, à medida que a Serra Gaúcha atingir sua capacidade máxima, duas novas áreas despontarão: a região de Encantado, impulsionada pelo Cristo Protetor, e a nossa região central, ancorada no Geoparque Quarta Colônia, no Geoparque Caçapava e no Vale do Jaguari. Temos um turismo religioso forte, roteiros históricos, natureza exuberante e excelente gastronomia. Em Agudo, por exemplo, temos rampas de voo livre que unem esporte e turismo.

No entanto, todo esse potencial exige estruturação. Os prefeitos precisam ter uma visão integrada, saindo do foco exclusivo de seus municípios. O turismo demanda segurança pública eficiente. Santa Maria possui Guarda Municipal, mas as cidades menores dependem integralmente da Brigada Militar e das polícias rodoviárias Federal e Estadual. A infraestrutura logística é outro gargalo histórico. Nossa região é a rota de escoamento das safras de soja, arroz e tabaco em direção à Região Metropolitana e ao Porto de Rio Grande. Como a malha ferroviária existente é subutilizada, a carga recai sobre os caminhoneiros, que literalmente sustentam a nossa economia. Melhorar as condições de trafegabilidade é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável de toda a região.

Para concluir, qual é a mensagem central que o senhor deixa para as autoridades estaduais e federais em relação ao futuro e à importância da região central do Rio Grande do Sul?

A minha mensagem é um apelo para que todos os nossos representantes, e falo de qualquer pessoa que ocupe cargo eletivo ou seja formadora de opinião, olhem com mais atenção e carinho para a região de Santa Maria e para todo o centro do estado. Geograficamente, estamos em um ponto altamente estratégico, a cerca de 250 quilômetros da capital, o que garante um deslocamento relativamente ágil. Contamos com a presença do Exército, da Aeronáutica e de uma base aeroportuária. Estamos, literalmente, no coração do Rio Grande do Sul e queremos que essa área evolua cada vez mais.

Na administração pública, o nosso dever diário é atuar com seriedade, responsabilidade e transparência, sempre sob a supervisão atenta do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Precisamos fazer o que é correto e necessário do ponto de vista técnico, e não apenas o que parece mais fácil. Com a experiência acumulada nestes anos de mandato, percebo que os problemas de um município de três mil habitantes ou de uma capital metropolitana são, na sua essência, os mesmos; o que muda é apenas a proporção. Encaro a presidência da AMCENTRO como uma grande missão e trabalharei intensamente para que a região central prospere. Esse é o nosso grande desafio e o nosso maior desejo.

COOPERAÇÃO MUNICIPAL ORGANIZADA E CAPACIDADE DE ENTREGA NA GESTÃO PÚBLICA

ACERVO PESSOAL



NEREIDA ISONIA OMIZZOLO GIACOMINI
Secretária-executiva da Amcentro

A administração municipal lida, todos os dias, com decisões que têm efeito imediato sobre serviços essenciais e sobre o equilíbrio das contas públicas. Em muitos casos, a resposta depende menos de uma iniciativa isolada e mais de coordenação entre municípios que compartilham território, fluxos de pessoas e demandas semelhantes. O associativismo municipal entra como instrumento de gestão, com governança, pautas comuns e rotina de trabalho.

A AMCENTRO foi fundada em 24 de novembro de 1992 e reúne 33 municípios da região central do Estado do Rio Grande do Sul. Ao reunir prefeitos, equipes técnicas e coordenações temáticas, a entidade cumpre uma função prática de representação política e institucional, respeitando a competência de cada prefeitura. A associação organiza espaços de decisão coletiva, consolida demandas regionais e cria suporte para que projetos comuns avancem com método, menos retrabalho e maior aderência a exigências legais e administrativas.

A tese central é objetiva. Políticas públicas e serviços com execução complexa ganham consistência quando há cooperação formal entre municípios. Isso vale para temas que envolvem compras públicas, planejamento, padronização de procedimentos, capacitação de equipes e articulação com órgãos estaduais e federais. Uma associação municipal cria o ambiente para pactuar prioridades, definir o que pode ser compartilhado e separar o que precisa permanecer específico a cada município.

A cooperação funciona por rotinas. Reuniões regulares, agendas técnicas, grupos de trabalho e coordenações de área organizam a circulação de informação e a tomada de decisão. A AMCENTRO mantém coordenações em áreas como agricultura, assistência social, cultura, defesa civil, educação, finanças, saúde, comunicação, jurídico e turismo, além de espaços permanentes para tratar de temas transversais de administração. O efeito prático é clareza de processo: quais documentos preparar, quais etapas cumprir, quais prazos observar, quais responsabilidades atribuir, quais registros manter e como documentar decisões para prestação de contas.

Um ganho frequente desse arranjo é a redução de superposição de esforços. Quando municípios enfrentam juntos uma mesma exigência normativa, a interpretação tende a se estabilizar e o aprendizado se espalha com rapidez. Isso preserva recursos humanos e financeiros, diminui risco de decisões divergentes e melhora a qualidade das entregas. Em temas com forte componente regulatório, como prestação de contas, compras e contratação, a padronização reduz erros simples que custam tempo e podem comprometer prazos de contratação e execução.

A cooperação regional também melhora a relação com órgãos de controle e com instâncias de apoio técnico. A utilidade desse tipo de interação é direta: aproxima a gestão municipal de entendimentos consolidados, amplia a segurança jurídica nas decisões e reduz risco de apontamentos em auditorias.

Outro aspecto relevante é a governança voltada a riscos e eventos críticos. No ano de 2025, foi criada a coordenação de Defesa Civil da AMCENTRO, com a finalidade de integrar representantes municipais e qualificar ações de preparação e resposta em âmbito regional. A experiência recente do estado com eventos climáticos extremos reforçou a necessidade de rotinas de prevenção, planejamento e comunicação entre municípios, sobretudo quando os impactos ultrapassam limites administrativos e pressionam equipes, infraestrutura e capacidade de resposta.

Há dimensões em que a cooperação aparece como organização de agenda comum e promoção territorial. A AMCENTRO nos últimos anos está se organizando e dedicando na área turística, com mais incentivos, esse processo somou positivamente para o desenvolvimento regional e criou novos horizontes. A região participa efetivamente do FESTURIS, realizado em Gramado anualmente, onde a associação tem espaço próprio, que é estruturado através da Coordenação da Área de Turismo Quando o planejamento é compartilhado, a comunicação institucional ganha consistência e os municípios conseguem alinhar materiais e informações.

A diretoria executiva eleita para 2026, presidida por Luís Henrique Kittel, com Bernardo Quatrin Dalla Corte na 1ª vice-presidência e Marcelo Ellwanger na 2ª vice-presidência, assume a responsabilidade de conduzir um espaço institucional que combina representatividade e execução. Este ano algumas pautas importantes que serão desenvolvidas e cuja demanda envolve grande parte dos municípios: Reforma da Previdência, Reforma Tributária, Sistema de Agendamentos na área da Saúde, Obras de reconstrução referentes a enchente, tendo em vista a região foi bastante atingida e as obras estão atrasadas, entre outros.

O desafio permanente é transformar pauta em rotina e rotina em entrega. Cada prefeitura mantém sua autonomia e suas decisões, e a associação cria condições para que soluções sejam comparadas, procedimentos sejam alinhados e a região tenha voz institucional quando precisa tratar de pautas comuns.

Associações municipais existem para organizar o que é comum. O interesse público se manifesta quando a cooperação se transforma em método: governança clara, agenda verificável, apoio técnico e respeito à autonomia municipal. Em um cenário de demandas crescentes e regras cada vez mais detalhadas, sustentar essa coordenação contínua melhora a previsibilidade das políticas e a capacidade de gestão dos municípios associados.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO E A VALORIZAÇÃO DE SUA REPRESENTATIVIDADE NAS LIDERANÇAS

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



HELENA TREGNAGO PANICHI
Procuradora Municipal de Porto Alegre e vice-presidente da Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA)

A jornada da mulher no mercado de trabalho é um dos fenômenos sociais e econômicos mais transformadores dos últimos séculos. De uma participação historicamente restrita à esfera doméstica e a papéis de cuidado, a mulher avançou progressivamente sobre todos os setores da atividade humana, redefinindo não apenas a sua própria condição, mas as próprias estruturas da sociedade e do mundo corporativo. Essa trajetória, marcada por lutas, resiliência e conquistas notáveis, atinge hoje um ponto de inflexão crucial: a ascensão à liderança. A presença feminina em posições de comando deixou de ser uma mera questão de justiça ou equidade para se consolidar como um imperativo estratégico, um diferencial competitivo para organizações que almejam inovação, sustentabilidade e melhores resultados. Nesse cenário de vanguarda, instituições como a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA) emergem como exemplos emblemáticos da importância de se fomentar e valorizar a liderança feminina em espaços de poder e decisão, refletindo e impulsionando as transformações que a sociedade demanda.

A inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro é indissociável das grandes transformações industriais e dos movimentos por direitos civis que moldaram o século XX. O avanço dos processos de industrialização, especialmente a partir da década de 1930, gerou uma demanda por mão de obra que abriu as primeiras portas das fábricas para as mulheres, ainda que em condições precárias e com remuneração

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

inferior à masculina. Este foi o ponto de partida de uma longa evolução, impulsionada por marcos legislativos fundamentais, como a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 7º, inciso XX, estabeleceu a "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei", e por avanços contínuos na legislação trabalhista que buscaram coibir a discriminação e garantir direitos. Contudo, apesar dos progressos formais e do aumento expressivo da participação feminina na força de trabalho, que atingiu um recorde em 2023, persistem desafios estruturais profundos. A persistente desigualdade salarial, onde mulheres ainda recebem significativamente menos que homens mesmo exercendo funções idênticas, e a sobrecarga da "dupla" ou "tripla jornada", que impõe às mulheres a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado não remunerado, continuam a ser barreiras substanciais ao pleno desenvolvimento profissional e à ascensão na carreira.

Superar o patamar da mera participação e adentrar o universo da liderança é, hoje, o principal desafio e, ao mesmo tempo, a mais vital das missões. A importância da liderança feminina transcende a reparação histórica e se firma como um vetor de modernização e eficiência para as organizações. Estudos e a prática corporativa demonstram consistentemente que empresas com maior diversidade de gênero em seus quadros de comando apresentam melhores resultados financeiros, maior capacidade de inovação e um clima organizacional mais saudável. Estilos de liderança frequentemente associados às mulheres, como a promoção da colaboração, a empatia, a comunicação aberta e a inteligência emocional, mostram-se cada vez mais alinhados às necessidades de um mercado dinâmico e de equipes que demandam propósito e engajamento. Dados recentes apontam que, no Brasil, a presença feminina em posições de alta liderança, como diretoria e C-level, ainda é drasticamente minoritária, revelando que o caminho para o topo da pirâmide corporativa e institucional é desproporcionalmente mais árduo para as mulheres.

Neste contexto, a atuação de entidades representativas de carreiras de Estado, como a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA), ganha uma dimensão exemplar. Bem no ano em que a Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre (APMPA) celebra 40 anos de história, possuir em seu cargo de Vice-presidente uma mulher representa um significado especial e um grande avanço. A APMPA, enquanto entidade de classe, desempenha um papel crucial nesse processo, não apenas na defesa das prerrogativas de seus membros, mas também na promoção de um ambiente institucional que valorize e impulsione o talento feminino. A presença de mulheres em posições de destaque, a exemplo de sua Vice-presidente e da diretoria da associação composta por inúmeras mulheres, envia uma mensagem poderosa sobre a importância da representatividade e da competência, independentemente de gênero. Neste marco comemorativo das quatro décadas de existência, a importância de termos uma vice-presidente da associação mulher simboliza um avanço concreto rumo à paridade e à pluralidade decisória. Associações de classe fortalecidas e inclusivas, funcionam como catalisadoras de mudanças, fomentando o debate sobre equidade, apoiando o desenvolvimento profissional de suas associadas e advogando por políticas internas que garantam oportunidades iguais de ascensão. A liderança feminina no âmbito de empresas, setor público e associações não é apenas uma conquista para as mulheres da carreira, mas um fortalecimento da própria instituição, que se torna mais plural, representativa e, consequentemente, mais apta a cumprir sua missão constitucional.

O caminho a ser percorrido para a plena igualdade de gênero no mercado de trabalho ainda é longo e exige um esforço conjunto e multifacetado. A superação dos desafios remanescentes passa, necessariamente, pela implementação de políticas corporativas e públicas eficazes. Nas empresas, é fundamental a adoção de processos de promoção transparentes, programas de mentoria e patrocínio (sponsorship) para mulheres, auditorias de equidade salarial e uma cultura de tolerância zero ao assédio moral e à discriminação. Igualmente importante é a criação de políticas de apoio à parentalidade que envolvam homens e mulheres, desconstruindo a noção de que o cuidado com os filhos é uma responsabilidade primordialmente feminina e, assim, aliviando o peso da dupla jornada.

> “Superar o patamar da mera participação e adentrar o universo da liderança é, hoje, o principal desafio e, ao mesmo tempo, a mais vital das missões”

Em última análise, a construção de um futuro onde o talento e a competência sejam os únicos critérios para o sucesso profissional é uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade. A ascensão da mulher ao mercado de trabalho e, de forma mais acentuada, aos cargos de liderança, não representa um benefício restrito a elas, mas um avanço civilizatório que enriquece a economia, fortalece as instituições e torna a sociedade mais justa e próspera. O percurso histórico, com suas dificuldades e vitórias, demonstra que cada espaço conquistado abriu portas para novas possibilidades e transformações profundas. Entidades como a APMPA, ao se posicionarem na vanguarda da valorização da liderança feminina em uma área tão estratégica, não apenas cumprem um papel de representação de seus associados, mas também servem de inspiração e modelo. Elas demonstram que o futuro da liderança é, inegavelmente, um futuro construído sobre a diversidade de perspectivas, a colaboração e a força conjunta de homens e mulheres dedicados ao bem comum, e o respeito à valorização das mulheres.

COMPROMISSO COM A VIDA: LIDERANÇA E RESULTADOS NA PROTEÇÃO À MULHER

CHICO PINHEYRO/REVISTA EM EVIDÊNCIA



VERIDIANA PACHECO
Vereadora de Sapucaia do Sul

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

> “Ao unir o setor privado e o poder público em prol da empregabilidade feminina, entregamos a ferramenta mais poderosa que uma mulher pode ter: a sua própria autonomia financeira”

A política que transforma realidades não se faz apenas com discursos, mas com presença, escuta e, principalmente, com a capacidade de articular soluções. Em Sapucaia do Sul, entendo meu papel como uma ponte entre as necessidades da nossa população e as entregas do poder público. O combate à violência contra a mulher, para mim, é uma prioridade que exige maturidade institucional e uma rede de proteção que funcione sem falhas.

Minha atuação tem sido pautada por estar onde a vida acontece: nas comunidades, nas empresas e junto ao poder público. Ao longo do mandato, fiz questão de estreitar o diálogo com nossas forças de segurança no âmbito municipal. Essa proximidade técnica serve para garantir que as políticas públicas cheguem à ponta, onde a mulher mais precisa de amparo. Quando promovemos debates e levamos as forças de segurança para o diálogo público, nosso objetivo é um só: fortalecer a integração e garantir que a proteção seja uma percepção real em cada rua de nossa cidade.

Acredito na política que constrói o futuro com planejamento. A indicação que apresentei para a criação da Secretaria Municipal da Mulher nasce da compreensão de que Sapucaia do Sul está pronta para um novo patamar de atendimento. Este é um projeto de construção conjunta, focado em transformar o acolhimento em uma política de Estado robusta, capaz de oferecer não apenas abrigo, mas dignidade e caminhos de recomeço para todas as mulheres sapucaienses.

> “A indicação que apresentei para a criação da Secretaria Municipal da Mulher nasce da compreensão de que Sapucaia do Sul está pronta para um novo patamar de atendimento”

Sabemos que o rompimento do ciclo de violência passa, muitas vezes, pela independência. É por isso que idealizamos iniciativas como o Reconecta Mulher. Ao unir o setor privado e o poder público em prol da empregabilidade feminina, entregamos a ferramenta mais poderosa que uma mulher pode ter: a sua própria autonomia financeira. O meu compromisso é garantir que nenhuma mulher se sinta presa a uma situação de abuso por falta de oportunidade.

Seguiremos trabalhando com firmeza, discrição e resultados. Meu objetivo é continuar servindo a Sapucaia do Sul com a responsabilidade de quem sabe que, para proteger uma vida, é preciso união, estratégia e, acima de tudo, ação constante.



RODRIGO GOMES MASSULO E A CONTINUIDADE DA GESTÃO COM ROTINAS MODERNIZADAS

No segundo mandato, o prefeito moderniza rotinas e aproxima inovação dos resultados diários, conectando a experiência do InovaSAP e o diálogo municipalista ao atendimento, à organização interna e à responsabilidade de explicar e comprovar decisões e investimentos

Lucio Vaz
Fotos: Chico Pinheyro e Acervo Pessoal

Rodrigo Gomes Massulo vive o segundo mandato na Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha com uma agenda marcada pela continuidade da gestão e pela qualificação das rotinas administrativas. Neste novo momento, o foco está em manter a Prefeitura em pleno funcionamento, com organização interna, atenção ao atendimento e compromisso com decisões bem fundamentadas e devidamente apresentadas à população.

No Executivo municipal, continuidade significa preservar o bom andamento dos serviços, manter contratos em dia, dar sequência a programas já em andamento e assegurar que a estrutura administrativa siga organizada e alinhada. Isso aparece em tarefas que sustentam o funcionamento diário da Prefeitura: registrar e encaminhar solicitações, despachar processos, organizar compras, manter reuniões regulares com as secretarias, definir prioridades e acompanhar o que foi planejado até sua efetiva realização.

A trajetória de Massulo ajuda a entender por que a ideia de rotina aparece de forma tão presente em sua atuação. Ele trabalhou como redator no jornal Folha Patrulhense até 2015 e, naquele ano, ingressou na área política como assessor no gabinete de Marcel van Hattem, então deputado



INOVASAP
Com Rodrigo Massulo, Santo Antônio da Patrulha levou o primeiro lugar no Prêmio Boas Práticas da Famurs na categoria Ecossistemas de Inovação, com o projeto InovaSAP

INSCREVA-SE @revistaemevidencia



Reeleito em Santo Antônio da Patrulha, Rodrigo Massulo conduz a Prefeitura com atenção ao andamento da gestão, à organização interna e à sequência das ações iniciadas no primeiro mandato. Na foto, o prefeito celebra a vitória na carreata após sua primeira eleição, ao lado do seu vice, Marcelo Gaúcho

estadual. Em 2016, concorreu a vereador pela primeira vez, foi eleito e terminou o pleito como o candidato mais votado, com 1.637 votos. Em 2020, venceu a eleição para prefeito com 14.640 votos. Quatro anos depois, foi reeleito para mais um mandato com 21.583 votos.

A experiência de um primeiro mandato amplia a capacidade de condução no segundo, e isso se reflete na segurança das decisões, na clareza das prioridades e na organização do trabalho administrativo. Nesse contexto, decisão, orçamento, contrato, execução e entrega precisam caminhar em sintonia, com registro, acompanhamento e clareza administrativa.

Massulo iniciou o novo mandato em 1º de janeiro de 2025, em cerimônias realizadas na Câmara Municipal e, depois, na sede do Executivo, com transmissão de cargo e posse do secretariado. Mais do que um rito institucional, o momento marcou o início de um novo ciclo com equipe definida, estrutura organizada e responsabilidades distribuídas, para que a administração seguisse atuando desde o primeiro dia.

Quando o tema é modernizar rotinas, o desafio é fazer com que as melhorias se convertam em prática diária. Rotina modernizada significa reduzir idas e vindas do cidadão, dar previsibilidade a prazos, definir caminhos mais claros para cada pedido, qualificar processos e manter a informação organizada para a tomada de decisão. Em uma prefeitura, isso costuma aparecer em três frentes que se cruzam o tempo todo: atendimento ao cidadão, organização interna entre secretarias e clareza nos processos, nas compras e nos investimentos.

No atendimento, o que importa é a clareza de canal e de retorno. Um pedido de serviço ou uma demanda da comunidade precisa virar protocolo, ir para a área responsável, voltar com resposta, gerar execução quando couber e permitir acompanhamento. Quando a Prefeitura trabalha com fluxo definido, o cidadão entende

melhor o caminho do seu pedido, o servidor atua com mais segurança e a resposta ganha mais consistência. Um mesmo critério, aqui, representa uma escolha administrativa que favorece o bom funcionamento do serviço público.

Na organização interna, um dos pontos mais importantes é a articulação entre as áreas. Obras depende de planejamento, compras e jurídico; saúde depende de contratos e logística; educação depende de rede e manutenção; assistência social depende de cadastro, repasses e relatórios. Quando as secretarias atuam de forma alinhada, a gestão ganha fluidez, os processos avançam com mais clareza e a Prefeitura consegue acompanhar melhor cada etapa do trabalho.

O dever de explicar e comprovar decisões e gastos, por sua vez, exige disciplina. Executar e registrar bem caminham juntos na administração pública. Cronogramas, justificativas, editais, contratos, medições e publicações formam uma sequência que dá solidez às decisões do município e reforça a condução administrativa. O prefeito, nesse contexto, atua como coordenador de uma estrutura que define prioridades, acompanha entregas e assegura a formalização adequada de cada etapa do trabalho público.

É nesse tipo de ambiente, em que or-



BICAMPEÃO
Prefeito Rodrigo Massulo faz parte de um grupo dos oito vencedores que foram agraciados em 2024 e 2025, pela Revista Em Evidência

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

ganização e método fazem diferença, que iniciativas de inovação ganham valor quando saem da ideia e viram procedimento repetível. Em 2022, Santo Antônio da Patrulha ficou em primeiro lugar na categoria Ecossistemas de Inovação no Prêmio Boas Práticas da Famurs, com o projeto InovaSAP. O projeto trabalha a implementação de planos de inovação com a chamada quádrupla hélice, envolvendo poder público, iniciativa privada, universidade e sociedade civil. Na agenda do podcast Conexão Municipal, Massulo participou do episódio sobre a experiência do município com o projeto.

O projeto trabalha a implementação de planos de inovação com a chamada quádrupla hélice, envolvendo poder público, iniciativa privada, universidade e sociedade civil

O mérito de uma iniciativa desse tipo, quando chega ao dia a dia da prefeitura, aparece nas regras claras de trabalho. Parcerias e cooperação exigem combinar responsabilidades e registrar combinados. Quando essa construção é bem conduzida, o município consegue transformar ideias em agenda, acompanhamento e resultado, fazendo com que a inovação se aproxime da rotina administrativa e contribua para o andamento da gestão.

A presença de Massulo nas discussões do campo municipalista também aparece na articulação com pautas que interessam aos municípios gaúchos. Em janeiro de 2025, o Correio do Povo noticiou que o PP iniciaria conversas para definir o nome que disputaria a presidência da Famurs, e o prefeito de Santo Antônio da Patrulha foi citado entre os interessados. Esse tipo de inserção reforça a presença do prefeito em debates que ultrapassam os limites do município e dialogam com temas relevantes da administração pública no Estado.

Para um prefeito em segundo mandato, participar de redes municipalistas tem utilidade quando volta para casa em forma de referência, diálogo e aperfeiçoamento de práticas. A troca entre cidades permite comparar soluções, adotar referências e valorizar experiências que podem contribuir com a rotina local. É desse ambiente de circulação de ideias que muitas iniciativas ganham forma mais madura dentro da administração.

A continuidade administrativa de Massulo, na prática, depende dessa capacidade de transformar pauta em operação. Isso passa por decisões de gestão que estruturam o funcionamento do governo: quem responde ofícios e em quanto tempo, como se organizam processos de compras, como se controla a execução de contratos, como se comunica etapa por etapa de uma obra, como se dá retorno a uma demanda de bairro, como se registra a justificativa de uma escolha e como se mantém a documentação organizada e acessível.

O segundo mandato também amplia o peso do critério. A experiência acumulada passa a favorecer uma condução ainda mais segura e consistente, preservando o que funciona e qualificando pontos que podem evoluir ainda mais. O resultado esperado, nesse tipo de gestão, é uma Prefeitura mais organizada no atendimento, mais integrada internamente e mais preparada para apresentar com clareza cada compromisso público.

Dentro da Prefeitura, o gabinete funciona como ponto de encontro das demandas. É ali que chegam pedidos de comunidades, solicitações de vereadores, reivindicações de entidades e demandas internas das secretarias. A rotina inclui triagem, encaminhamento e acompanhamento de retorno. O resultado desse funcionamento depende de duas escolhas administrativas: organizar o fluxo para que cada assunto tenha responsável e criar um padrão de acompanhamento que fortaleça a continuidade do trabalho e a organização da gestão.

Há também um conjunto de regras e exigências próprias da administração pública que acompanha qualquer governo local. O prefeito define prioridades municipais, coordena orçamento e estrutura administrativa, mas atua dentro de regras de repasse, exigências técnicas e marcos legais que vêm de outras esferas. Muitas entregas que o cidadão associa diretamente ao Executivo dependem de contratos, licenças, repasses e cronogramas que precisam ser cumpridos com documentos e procedimentos definidos. Nesse cenário, a qualidade da gestão aparece na capacidade de conduzir cada etapa com organização, clareza e continuidade.

Esse tipo de disciplina é o que faz a modernização de rotina aparecer na vida real. Quando o cidadão encontra um canal de contato, recebe resposta e consegue acompanhar o andamento de um pedido, a relação com o poder público muda. Quando o servidor trabalha com fluxo definido, o trabalho ganha mais clareza e melhor organização. E quando a prefeitura mantém registros e publicações em ordem, a prestação de contas se integra naturalmente ao cotidiano da administração.

A continuidade administrativa que Massulo imprime neste novo mandato depende dessa soma de método e consistência. A experiência com o InovaSAP e a circulação em redes municipalistas ajudam quando se transformam em regra interna, procedimento e rotina. O ponto de chegada é um padrão de gestão em que atendimento, organização interna e dever de explicar e comprovar decisões e gastos funcionem todos os dias, com mais clareza, mais organização e mais previsibilidade para quem depende do serviço público municipal.

IBSAÚDE
INSTITUTO BRASILEIRO DE SAÚDE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO
CDP
DIREITO PÚBLICO
MASPER TV
INFINITAS POSSIBILIDADES

MUNICIPALISMO: ONDE A VIDA REALMENTE ACONTECE

ACERVO PESSOAL



COMANDANTE NÁDIA
Vereadora de Porto Alegre

INSCREVA-SE @revistaemevidencia

Falar em municipalismo é falar da essência da vida pública. É no município que o cidadão nasce, cresce, trabalha, cria seus filhos e constrói sua história. É também ali que ele procura respostas concretas para as demandas mais imediatas do dia a dia: a poda da árvore que ameaça cair, a vaga na escola, a iluminação pública que garante segurança, o atendimento de saúde que acolhe. O cidadão não bate à porta do presidente da República nem do governador para resolver essas questões. Ele procura o vereador, o prefeito, a estrutura mais próxima — aquela que conhece sua realidade pelo nome e pelo rosto.

Ao longo do meu terceiro mandato como vereadora da Capital de todos os gaúchos, tendo tido a honra de presidir a Câmara Municipal de Porto Alegre, reafirmo diariamente essa convicção: tudo acontece no município. É ali que as políticas públicas deixam de ser discurso e se tornam ação concreta. É ali que a boa gestão faz diferença real na vida das pessoas. Por isso, fortalecer o municipalismo é fortalecer a democracia, a eficiência do Estado e, sobretudo, a dignidade do cidadão.

Nesse contexto, a atuação da FAMURS — Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul — é fundamental. A entidade cumpre um papel estratégico ao unificar vozes, articular soluções conjuntas e qualificar o debate sobre gestão pública. Mais do que representar interesses, a FAMURS constrói caminhos: promove capacitação técnica, incentiva boas práticas administrativas e atua como ponte entre os municípios e as demais esferas de poder.

Defender o municipalismo também é defender autonomia com responsabilidade. Os municípios precisam de recursos compatíveis com suas atribuições, segurança jurídica para inovar e liberdade para planejar políticas públicas de acordo com suas realidades locais. Não existe solução única para um país continental como o Brasil. O que existe é a necessidade de reconhecer que cada cidade tem seus desafios, suas potencialidades e sua própria forma de servir à população.

A boa gestão pública nasce dessa proximidade. Nasce do olhar atento ao bairro, da escuta sensível às comunidades, da coragem de decidir com base no que realmente importa. Governar bem um município exige planejamento, transparência e compromisso com resultados. Exige também cooperação — entre municípios, com o Estado, com a União e com a sociedade civil. É exatamente essa cultura colaborativa que o movimento municipalista e a FAMURS ajudam a fortalecer.

Quando investimos nos municípios, investimos na base do desenvolvimento. Cidades bem cuidadas geram oportunidades, reduzem desigualdades e constroem ambientes mais humanos. Cada escola aberta, cada rua iluminada, cada serviço público que funciona representa mais do que uma entrega administrativa: representa respeito às pessoas.

Por isso, seguir defendendo o municipalismo é seguir defendendo quem mais precisa do poder público perto. É acreditar que a transformação do Brasil começa nas cidades. E é trabalhar, todos os dias, para que a gestão pública seja sinônimo de eficiência, sensibilidade e responsabilidade com o futuro.

Porque, no fim das contas, é no município que a vida acontece — e é ali que devemos continuar fazendo a diferença.

“Quando investimos nos municípios, investimos na base do desenvolvimento. Cidades bem cuidadas geram oportunidades, reduzem desigualdades e constroem ambientes mais humanos. Cada escola aberta, cada rua iluminada, cada serviço público que funciona representa mais do que uma entrega administrativa: representa respeito às pessoas”

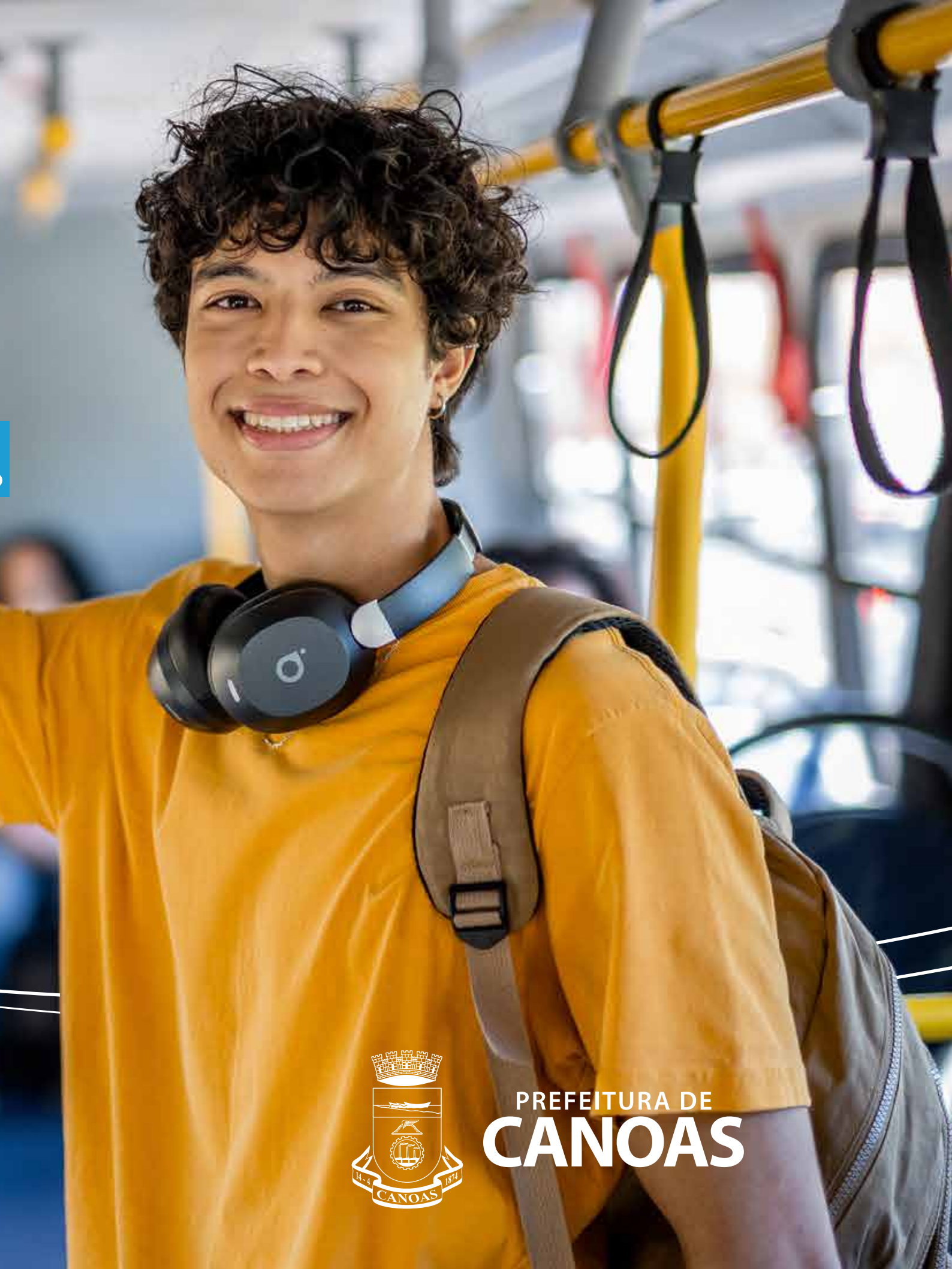
Quem faz, está **Em Evidência.**
POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANUNCIE: 51 98444-4616 revistaemevidencia
revistaemevidencia revistaemevidencia.com.br
Revista em evidência



EM CANOAS O PASSE LIVRE AGORA É DEFINITIVO.

Transporte público gratuito já mudou o dia a dia na cidade e veio para ficar. Com mais de **300 novos horários** e mais que o dobro de passageiros, o **Passe Livre é mais qualidade de vida e acesso para todos**.

TÁ ACONTECENDO.
TÁ AVANÇANDO.


PREFEITURA DE
CANOAS
14-4
CANOAS
1874

FENACHIM

18ª FESTA NACIONAL DO CHIMARRÃO

40 ANOS



DE 30 DE ABRIL A 10 DE MAIO DE 2026

EM VENÂNCIO AIRES - RS

Venha celebrar a Festa com Sabor do Rio Grande

- **Shows Nacionais**
- Gastronomia
- Rodeio Crioulo
- Esporte
- Exposições
- Escola do Chimarrão
- Artesanato
- Motocross
- Agroindústria familiar
- **Shows gratuitos e Atrações diárias**

30/04	02/05	07/05	08/05	09/05	09/05
César Menotti & Fabiano	Hungria + Petroski	Grupo Chocolate	Papas da Língua	Os Fagundes	Menos é Mais

Leia o QR Code e confira a **programação completa.**

REALIZAÇÃO:

PATROCÍNIO: